



NARA FRANCISCA SILVA DA COSTA

**MEMÓRIA SOCIAL: NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS SOBRE AÇÕES
AFIRMATIVAS NA UFRGS (2008-2015)**

CANOAS, 2017

NARA FRANCISCA SILVA DA COSTA

**MEMÓRIA SOCIAL: NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS SOBRE AÇÕES
AFIRMATIVAS NA UFRGS (2008-2015)**

Relatório de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle para obtenção do grau de Mestra em Memória Social e Bens Culturais.

Orientadora: Profa. Dra. Margarete Panerai Araújo
Co-orientadora: Profa. Dra. Danielle Heberle Viegas

CANOAS, 2017

NARA FRANCISCA SILVA DA COSTA

**MEMÓRIA SOCIAL: NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS SOBRE AÇÕES
AFIRMATIVAS NA UFRGS (2008-2015)**

Relatório de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle para obtenção do grau de Mestra em Memória Social e Bens Culturais.

Aprovado pela banca examinadora em 20 de junho de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Margarete Panerai Araújo (Orientadora)

Profa. Dra. Danielle Heberle Viegas (Co-orientadora)

Prof. Dr. Artur César Isaia (Universidade La Salle)

Prof. Dr. José Edimar de Souza (Universidade de Caxias do Sul)

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho não teria sido possível sem a participação de pessoas especiais que acreditaram no meu potencial. Primeiramente, agradeço a Deus, por eu estar neste plano, e aos Orixás, que sempre me guiaram rumo à felicidade e ao sucesso.

À minha mãe, Nicolina Silva, pela oportunidade de estar aqui e por quem tenho muito respeito e orgulho.

Aos meus filhos, Rafael Costa e Natália Costa, que sempre acreditaram no meu sucesso, pela paciência e compreensão nos meus dias de estafa.

Ao meu namorado, Jefferson Macedo, pelo carinho e compreensão, por estar sempre orando por mim e ser tão presente no final desta etapa.

Em especial, à turma 302, pelo carinho, pela amizade, pelo companheirismo dos colegas e pelos momentos em que aprendemos juntos. Colegas:

Se os obstáculos que surgiram só nos uniram cada vez mais, eu posso concluir que a gente se ama mais do que qualquer pessoa possa imaginar. Fizemos das pedras nossos degraus. Algumas vezes parecia que estávamos andando nas pedras com salto alto, e que qualquer virada de pé poderia nos derrubar. Ao menos, machucar. E digo com toda a certeza do mundo que as pedras sempre estarão ali, mas jamais nos farão cair. Quando é verdadeiro, conseqüentemente, é eterno. E recíproco (AUTOR DESCONHECIDO).

À orientadora, Profa. Dra. Margarete Panerai Araújo, e à co-orientadora, Profa. Dra. Danielle Heberle Viegas, que me fizeram acreditar na minha capacidade de vencer, por todo o apoio, dedicação e ensinamentos durante minha trajetória e pelo amparo nas horas difíceis. Gostaria de registrar meus agradecimentos, da mesma forma, à Profa. Dra. Aline Accorssi e à Profa. Dra. Paula Pinhal de Carlos, por terem colaborado na primeira fase deste trabalho, como orientadora e co-orientadora, respectivamente.

Aos membros da banca, pelos ensinamentos, problematizações e incentivos, que me direcionaram a me tornar uma vencedora.

“Agradeço todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas, eu não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as críticas nos auxiliam muito.”

(Chico Xavier)

RESUMO

O presente relatório de pesquisa versa sobre as narrativas de trajetórias de mulheres negras que ingressaram na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por meio do Programa de Ações Afirmativas, entre os anos de 2008 e 2015. O principal objetivo da pesquisa foi descrever a memória social de uma amostra constituída por depoentes vinculadas aos cursos de graduação em Psicologia, Serviço Social e Administração da UFRGS. Metodologicamente, a pesquisa tem cunho qualitativo e esteve orientada pela análise textual discursiva. Nesse sentido, os depoimentos foram categorizados a partir das seguintes unidades de análise: gênero/etnicidade e ações afirmativas. Os resultados apresentados, ainda que parciais, refletem uma investigação a partir da construção de um quadro de memória social quanto aos desafios do Programa de Ações Afirmativas e quanto às expectativas e opiniões das acadêmicas sobre as categorias propostas.

Palavras-chave: Memória social. Ações Afirmativas. Gênero. Etnicidade.

ABSTRACT

This research report discusses the narrative discourse of the background of black women who have come into the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS – in its original abbreviation) throughout the Program of Positive Actions (Programa de Ações Afirmativas – as its original name) between the years of 2008 and 2014. The main objective of this research was to describe the social memory of a sample formed by the testifying people in connection with the undergraduate course of Psychology, Social Service and Management at UFRGS. When it comes to its methodology, this is a qualitative research and it is based on the Textual Discourse Analysis. For that reason, the testimonies were classified under the following units of analyses: gender/ethnicity and positive actions. Although they are partial, the results represented here reflect an investigation through a social memory board that reflects the challenges of the Program of Positive Actions as well as the expectations and opinions of the women testifying about the chosen categories.

Keywords: Social Memory. Positive Actions. Gender. Ethnicity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Ocupação nos serviços domésticos – gênero	27
Gráfico 2 – Ocupação nos serviços domésticos – raça.....	28
Gráfico 3 – Relação entre vagas disponíveis e classificação de pretos e pardos entre os anos de 2008 e 2014.....	32
Quadro 1 – Perfil das estudantes entrevistadas.....	39
Quadro 2 – Unidade de análise: etnicidade e gênero	40-42
Quadro 3 – Unidade de análise: ações afirmativas	48-50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASSUFRGS	Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS
CAF	Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
CONSUN	Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FASUBRA	Federação dos Sindicatos das Universidades Brasileiras
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MNU	Movimento Negro Unificado
NIEM	Núcleo Interdisciplinar de Estudo da Mulher e Gênero
ONG	Organização Não Governamental
PED	Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RS	Rio Grande do Sul
RU	Restaurante Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPPIR	Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial
SERVIPOL	Sindicato dos Trabalhadores da Polícia Civil do Rio Grande do Sul
SINDJUS/RS	Sindicato dos Servidores da Justiça do Rio Grande do Sul
SINTRAJUFE	Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário do Rio Grande do Sul

SRH	Recursos Humanos de Brasília
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UNEGRO	União dos Negros pela Igualdade
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNILASALLE	Universidade La Salle

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	12
2 TEMÁTICA INVESTIGATIVA	14
3 REFERENCIAIS TEÓRICOS	19
3.1 Memória e suas interfaces	19
3.1.1 <i>Intersecção de etnicidade e gênero</i>	21
4 CAMINHOS METODOLÓGICOS	30
4.1 Tipos de pesquisa	30
4.1.1 <i>Técnicas de coleta de dados</i>	30
4.1.2 <i>Definição do universo da pesquisa</i>	31
4.1.3 <i>Definição do grupo amostral</i>	32
4.2 Instrumentos de pesquisa	33
4.2.1 <i>Procedimentos de análise</i>	34
4.2.2 <i>Limitações da pesquisa</i>	36
4.2.3 <i>Proposta de produto</i>	37
5 ANÁLISE DE DADOS	39
5.1 Perfil das depoentes	39
5.2 Categorização	40
5.2.1 <i>Unidade de análise: etnicidade e gênero</i>	40
5.2.2 <i>Unidade de análise: ações afirmativas</i>	48
6 CONCLUSÕES	55
REFERÊNCIAS	58

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	61
APÊNDICE B – Roteiro da Entrevista Narrativa.....	62
APÊNDICE C – Transcrição das entrevistas.....	64
ANEXO A – Lista de presença e fotos do evento realizado.....	109

1 APRESENTAÇÃO

O relatório de pesquisa ora compartilhado oferece uma singela contribuição amostral aos estudos sobre a implementação do Programa de Ações Afirmativas no Rio Grande do Sul, a partir da ótica da memória social. Trata-se do produto final relacionado a um estudo desenvolvido entre os anos de 2015 e 2017 junto à linha de pesquisa *Memória, Cultura e Identidade* do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, na categoria Mestrado Profissional.

Considerando-se que o objetivo da pesquisa foi descrever a memória social quanto ao Programa de Ações Afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), realizaram-se entrevistas com cinco estudantes negras vinculadas a cursos de educação superior da Universidade. Nesse sentido, desenhou-se a configuração de uma investigação, ainda que parcial, sobre a interseccionalidade existente entre temas como gênero, etnicidade e ações afirmativas. Ressalta-se, portanto, o anseio de que o presente relatório seja um encaminhador de estudos aprofundados sobre as problemáticas apontadas.

Complementarmente, a pesquisa sugere um evento acadêmico e comunitário sobre os resultados obtidos. Trata-se de um evento junto ao Grupo de Trabalho (GT) de Políticas Sociais do Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS (ASSUFRGS), realizado em maio de 2017. O evento foi concebido para compartilhar com outros integrantes e interessados o resultado da pesquisa, que se originou a partir das próprias demandas do GT contra as desigualdades sociais e raciais.

O relatório está dividido a partir das seguintes seções, além da apresentação e considerações conclusivas:

- Capítulo 2: Temática Investigativa: construção do problema de pesquisa e elaboração da justificativa, do objetivo geral e dos objetivos específicos;
- Capítulo 3: Referenciais Teóricos: apresentação das referências teóricas e das categorias de estudo propostas;
- Capítulo 4: Caminhos Metodológicos: definição do tipo de pesquisa, das técnicas de coleta de dados, do universo de pesquisa e dos métodos de análise dos dados, além da proposta de produto final;

- Capítulo 5: Análise de Dados: análise dos dados e das categorias de forma comparativa e apresentação do perfil da amostra.

2 TEMÁTICA INVESTIGATIVA

O relatório de pesquisa versa sobre a trajetória parcial de um grupo de mulheres negras que ingressaram na UFRGS por meio do Programa de Ações Afirmativas entre os anos de 2008 e 2014. Abordaram-se, além do acesso das estudantes que optaram pela categoria de cotistas dentro das modalidades dispostas nas políticas públicas, questões relativas à etnicidade e ao gênero.

O processo de construção da pesquisa emergiu das relações conceituais entre memória social, gênero e etnicidade, considerando-se a necessidade de acesso às instituições superiores, frente às desigualdades historicamente impostas no Brasil. O Programa de Ações Afirmativas nas universidades brasileiras, criado em 2007 na UFRGS por intermédio da Decisão 134 do Conselho Universitário (CONSUN), instituiu o ingresso por reserva de vagas para acesso a todos os cursos de graduação e técnicos, para candidatos egressos do sistema público de Ensino Fundamental e Médio, autodeclarados negros e indígenas. Essa decisão gerou um grande impacto na comunidade universitária, e também na sociedade. Em sua segunda etapa, ocorrida em 2012, houve ampliação das vagas de 30% para 50%, contemplada por meio da Decisão 268/2012, que revogou a decisão anterior.

Embora as cotas não se configurem como a solução dos males advindos das desigualdades, ressalta-se a importância dessa realidade na sociedade, pois as políticas públicas devem ser direcionadas para atingir seus objetivos em um prazo razoável (BRITTO, 2011).

Mesmo que esse assunto venha impregnado de opiniões desfavoráveis, para Santos (2009) o momento ainda é de discussões sobre a permanência dessas políticas e de criações de outros projetos relacionados. A política de acesso ao ensino superior contribuiu com o aumento da presença de uma população de excluídos nas universidades federais, que historicamente não eram contemplados.

O escopo da pesquisa está centrado a partir da seguinte diretriz: como as narrativas de um grupo amostral de cinco mulheres negras elaboram a memória social sobre o Programa de Ações Afirmativas na UFRGS?

Os objetivos específicos são:

- Oportunizar uma teorização parcial reunindo referenciais teóricos para embasar a pesquisa;

- Efetuar uma coleta de dados baseada nas narrativas junto a uma amostra de mulheres negras na UFRGS, entre 2008 e 2014;
- Descrever, de forma comparativa, as trajetórias de ingresso e permanência das estudantes, buscando a reconstrução da memória social do grupo amostral sobre o Programa de Ações Afirmativas;
- Apresentar um relatório descritivo e uma proposta de evento como produtos finais do curso de Mestrado Profissional realizado.

Em que pese a trajetória da própria autora deste relatório, identificada etnograficamente com os temas aqui desenvolvidos, justifica-se o uso da primeira pessoa em parte desta seção do relatório. As minhas experiências pessoais, afinal, nortearam a origem e construção da problemática de pesquisa e o uso do conceito de memória social. Nesse ínterim, a investigação desenvolvida está profundamente relacionada com as minhas memórias de vida. Como mulher, negra, sindicalista, integrante do movimento negro e funcionária da UFRGS, buscava refletir sobre as problemáticas de gênero e etnicidade em relação ao acesso ao ensino superior no Brasil.

Esta trajetória se iniciou a partir das minhas dificuldades de inserção da mulher negra na sociedade. Em 1988, dei meus primeiros passos na construção de uma carreira profissional, ao mesmo tempo em que acompanhava a luta constante de negras e negros contra a desigualdade. Essa situação se estendeu durante a década de 1990. Em meados dos anos 2000, tive contato com um pequeno GT que atuava dentro da ASSUFRGS, designado para debater assuntos relacionados a políticas públicas. Esse grupo me fez perceber a amplitude de assuntos que poderiam ser abordados, bem como a possibilidade de realizar trabalhos e eventos em parceria com outros sindicatos ou associações.

O GT, composto exclusivamente por servidores técnico-administrativos da UFRGS filiados, era intitulado “GT de Políticas Sociais e Antirracismo” e passou a reunir-se periodicamente no interior da sede da ASSUFRGS, localizada no bairro Cidade Baixa, próximo à zona central de Porto Alegre (RS). Nas reuniões quinzenais, o GT divulgava atividades paralelas de outras entidades e sempre se fazia representado por seus membros, que davam o feedback ao grupo sobre as ações desenvolvidas por outros setores. Algumas ações eram finalizadas com seminários locais, que contavam com a participação de palestrantes convidados.

Em decorrência de minha participação nesse GT, e de meu aperfeiçoamento na luta contra o racismo dentro dos movimentos sociais, por intermédio de parcerias com o Movimento Negro Unificado (MNU) e com os coletivos raciais do Sindicato dos Servidores da Justiça do Rio Grande do Sul (SINDJUS/RS), do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário do Rio Grande do Sul (SINTRAJUFE) e do Sindicato dos Trabalhadores da Polícia Civil do Rio Grande do Sul (SERVIPOL), aceitei o convite de filiação à União dos Negros pela Igualdade (UNEGRO), criada em 1988, em Salvador. Tal associação possui o objetivo de combater o racismo e toda forma de discriminação racial e social, bem como o machismo e a opressão de classe.

A minha filiação contribuiu muito com as atividades que eu desenvolvia no GT. Participei de congressos regionais e nacionais em defesa de políticas públicas e ações afirmativas, sendo o último congresso nacional da UNEGRO realizado no estado do Maranhão, em junho de 2016. A partir dessa filiação, minha participação no GT desenvolveu um trabalho mais organizado, ampliando o número de servidores envolvidos e registrando seus encontros em atas, abrindo precedentes para participações em debates em sindicatos, associações e órgãos públicos e em reuniões em Brasília convocadas pela Federação dos Sindicatos das Universidades Brasileiras (FASUBRA).

O número de participantes no GT oscilava, contudo sempre contou com membros fiéis, que acreditavam na relevância dos assuntos discutidos. Para melhor identificação do grupo, foram confeccionadas camisetas pretas com mangas coloridas nas cores verde, vermelha e amarela, cores que significam o símbolo da Unidade Africana e que coincidem com as cores da bandeira do estado do Rio Grande do Sul. Essa ideia superou as expectativas pensadas. Em 2004, durante congresso da FASUBRA, o GT vendeu mais de 150 camisetas. Em novembro de 2005, na segunda Marcha Nacional Zumbi dos Palmares, a Federação adotou o modelo gaúcho e mais de 30 mil pessoas marcharam nas ruas de Brasília com a nossa ideia. Isso demonstrou um reconhecimento nacional do trabalho, que teve início numa sala de reunião e que estava sendo compartilhado com todos os sindicatos das universidades brasileiras.

Já em 2005, entrava para debate no Congresso Nacional o Substitutivo do Projeto de Lei, apresentado pelo senador Paulo Paim (Partido dos Trabalhadores/RS), que instituía o Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2015). Tal proposta ampliou os espaços de discussões sobre o Programa de Ações Afirmativas, que ficou conhecido como política de cotas e repercutiu no país inteiro, gerando muitos debates e protestos.

O GT de Porto Alegre acompanhou atentamente esses atos e também organizou um seminário para discutir o assunto no mesmo período em que a UFRGS se posicionava a respeito. O evento, realizado no interior da Universidade, contou com um número significativo de participantes, inclusive com um representante do gabinete do senador Paim, que contribuiu com a distribuição de exemplares do Estatuto. Em julho de 2008, o CONSUN aprovou o Programa de Ações Afirmativas, com validade de cinco anos, e imediatamente vieram os afrontamentos por parte daqueles que eram contra a política de ações afirmativas nas universidades brasileiras.

Elemento simbólico do descontentamento de alguns foi a frase “Negro só se for na cozinha do RU, cotas não!”, pichada no interior da UFRGS. É importante salientar que, segundo a Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas da UFRGS (CAF), a política de cotas estava contribuindo para a redução das desigualdades e oportunizando um aumento no ingresso na ordem de mais de 30% de jovens negras e negros de escolas públicas nas instituições públicas de ensino de nível superior.

Em resposta à frase ofensiva, que o GT considerou um ato desumano e racista, foi realizada uma exposição intitulada “Negros que constroem a UFRGS”. O sentido da palavra “negros” nessa atividade foi usado de forma generalizada, que contempla também as negras que construíram a Universidade.

A referida exposição contou com fotos de servidoras e servidores afrodescendentes em seus respectivos locais de trabalho, realizando suas funções de laboratorista, cozinheiro, secretário, apontador, marceneiro, almoxarife, entre outras. Mais uma vez, fomos notados. A exposição circulou nos três campi da UFRGS e em eventos realizados em Brasília e nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A exposição de fotos foi uma resposta sensata e digna e, ao mesmo tempo, um incentivo para aquelas servidoras que se ofereceram para contribuir com a segunda temporada da exposição. O GT de Políticas Sociais não se deu por vencido: em meados de 2014, passou a atuar em parceria com o GT-Mulher, criado no ano anterior. Infelizmente, muitos registros se perderam sobre a atuação no GT de Políticas Sociais e Antirracismo da ASSUFRGS. No entanto, em conjunto, foi possível focar mais sobre o papel da mulher negra na sociedade e sua participação nos movimentos sociais e sindicais.

O trabalho compartilhado, portanto, vinculado à minha participação no GT de Políticas Sociais e Antirracismo da ASSUFRGS, bem como à minha militância na UNEGRO, me inspirou no desenvolvimento desta pesquisa. Como mulher, negra e atuante de movimentos sociais, me insiro no grupo étnico e de gênero que contribui com falas em eventos e debates em defesa dos direitos da mulher e da cultura afro-brasileira.

Defini para este estudo a pesquisa das trajetórias de estudantes que, como eu, buscam o seu crescimento pessoal e profissional, assim como estão dispostas a traçar um caminho do qual se orgulham, independente da sua classe, gênero e raça. A memória social foi o caminho para instrumentalizar esse canal de comunicação do passado em um determinado espaço de tempo. Considero de extrema importância essa rememoração, que permitiu compartilhar, com toda a comunidade universitária, que sala de aula é o lugar de alunos. É sabido que as pessoas vítimas de qualquer tipo de discriminação costumam ficar no anonimato, não expondo a situação vivenciada, para não tornar pública a situação e evitar maiores constrangimentos, configurando-se num quadro de memória e ressentimento (ANSART, 2004).

Considerando as justificativas pessoais, acadêmicas e sociais relacionadas a essa temática, a elaboração do estudo acadêmico utilizou-se da pesquisa descritiva com as cinco colaboradoras do programa. Como técnica de coleta de dados, fez-se uso das pesquisas bibliográfica e documental, que foram de fundamental importância para a obtenção do resultado da aplicação das entrevistas através do roteiro estruturado. Devido aos tipos de dados coletados, utilizou-se para a análise um modelo qualitativo.

Apresento, agora, as bases teóricas deste relatório.

3 REFERENCIAIS TEÓRICOS

O aprofundamento teórico do relatório foi construído com base na pesquisa bibliográfica junto às áreas de interesse do estudo efetuado. Neste capítulo são apresentadas as referências teóricas das categorias, que fazem parte do objetivo específico “teorizar sobre memória e suas interfaces e sobre etnicidade e gênero”.

3.1 Memória e suas interfaces

Diversas áreas de pesquisa estudam as sensações de desenraizamento e perda de referência sofridas pelo indivíduo, como elemento portador de memória e transportador de lembranças. A memória é a identidade em ação. Trata-se de dois fatores indissociáveis que se reforçam mutuamente. Nesse sentido, compreende-se a categoria memória de forma indissociável às categorias gênero e etnia, tendo em vista a carga identitária (re)configurada no cenário atual.

O jogo da memória, na construção da identidade do indivíduo, é necessariamente composto por diferentes manifestações que agem de acordo com o nível em que se enquadram: baixo e alto, que Candau (2016) define como Protomemória e Metamemória, respectivamente.

A memória humana, conforme Candau (2012), tem capacidade particular de reativar e ordenar os acontecimentos do passado, mesmo que de uma forma errônea. Ela implica uma codificação e armazenamento das informações, em que a evocação ou conhecimento variam infinitamente ao longo da vida. Por um lado, a mente humana usa um bloqueio – irrupções amnésicas – como proteção de trazer a lembrança de acontecimentos traumáticos, que pode se manifestar através dos sonhos, ou seja, a capacidade de lembrança do indivíduo é a mesma de esquecimento. Por outro lado, o indivíduo usa como proteção a sua capacidade de restaurar sua identidade e mascarar as lembranças dolorosas. Essa liberação de cargas traumáticas é conhecida atualmente como construção psíquica, segundo o autor.

Reforça Candau (2012, p. 61) que “através da memória o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, manifesta sua intenção a este respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem (tanto no tempo, como no espaço) conferindo-lhe sentido”. Halbwachs (2006), ao discorrer sobre o tema, destaca que não há

identidade sem memória, assim como toda busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade. Faz uma referência à dimensão da memória, que ultrapassa o plano individual, pois nenhuma lembrança pode existir apartada da sociedade.

O funcionamento da memória individual não é possível sem as palavras e ideias, que o indivíduo toma emprestado de seu ambiente, evocando seu passado a partir das lembranças, de outras pessoas e se transporta a pontos de referências que existem fora de si, determinados pela sociedade. As pessoas não são capazes de lembrar senão do que elas veem, sentem, fazem e pensam em um determinado espaço de tempo.

Diante dessa socialização, é possível que pessoas de um mesmo grupo possam compartilhar diversas maneiras de dizer ou fazer algo, o que Halbwachs (2006) define como memória coletiva. Dito de outra forma, trata-se daquilo compartilhado em um conjunto de indivíduos ou agrupamento que pode ser representado por uma comunidade de tendências variadas, crenças e recordações.

Dentro das perspectivas historiográficas, de acordo com Diehl (2002), a memória não pode ser vista apenas como um ato de busca no passado, mas entendida como um processo dinâmico de memorização. Do cruzamento dos conceitos de memória e identidade, destacam-se três variáveis, que podem abrir outras possibilidades de estudo da história e da memória: o tempo como força da corrosão, o *espaço* como *locus* da experiência da lembrança e o movimento como uma estrutura simbólica da cultura.

Esta lembrança, ou memorização, produz significados que, dependendo do indivíduo, fazem com que a forma de compensação dos elementos culturais seja destituída. Para Diehl (2002), a memória está intimamente ligada a tradições familiares e pode ter características coletivas, assumindo funções de identificação cultural de diferenciação e de integração. Baseado no discurso iluminista, o autor destacou o processo de racionalização do saber sobre o passado. É necessária a criação de regras metodológicas para a ocupação do vazio produzido entre o horizonte de expectativas e as experiências do passado:

O tempo age sobre o espaço da experiência como força destituidora que resulta em movimentos culturais identitários [...] o espaço da experiência produz, sob a ação do tempo, a possibilidade de sistematizar os fragmentos do passado em memória (DIEHL, 2012, p. 114).

No aspecto da contemporaneidade, o tempo também age como um articulador das lembranças no espaço de memorização. Com a ação do tempo, o indivíduo produz fragmentos do passado, que são reconstituídos a partir da experiência do presente. Ao se retomar um momento do passado através da lembrança, a memória estará sendo alimentada, conseqüentemente, com fatos que ocorrem no presente. Esses conceitos estruturam a análise referente às memórias coletadas através das narrativas.

3.1.1 Intersecção de etnicidade e gênero

O termo etnicidade, conforme Luvizotto (2009), significa o reconhecimento das diferenças étnicas, e o conceito de gênero normalmente foi definido como a construção sociocultural que define o que é ser mulher e o que é ser homem, com base no corpo sexuado. Ambos os conceitos fundamentam o homem social e necessitam de constantes reflexões. Neste relatório esses conceitos estão inter-relacionados.

As diferenças étnicas, segundo Schwarcz (1993), se manifestam principalmente pelo tom de pele, o que definiu historicamente a inferioridade dos negros com relação aos brancos. No Brasil, essas diferenças ocorreram nas populações indígenas e negras, pois tais grupos foram e ainda são os que sofrem com processos de discriminação e preconceito (LUVIZOTTO, 2009). Conforme Luvizotto (2009), no estado do Rio Grande do Sul, não são as diferenças culturais que acentuam os gaúchos com relação aos demais estados brasileiros, mas sua etnicidade, que é legítima e se manifesta através dos aspectos históricos, sociais e políticos.

Já para Poutignat e Streiff-Fenart (1998), a etnicidade pode ser definida como uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial, que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se achou validada pela ativação dos signos culturais socialmente diferenciadores. Segundo Barth (2000), o foco principal de um grupo étnico foi o entendimento do seu verdadeiro papel na sociedade e os fatores primitivos significativos para sua formação. Esse conceito também foi utilizado para estabelecer limites dentro dos grupos, pois os traços culturais sofrem mutações. Contudo, é possível entender que a própria cultura tradicional pode ser o

objeto de transformação, pois as pessoas pertencentes ao mesmo grupo étnico necessariamente contribuem na construção da sua identidade.

O termo etnia, em latim, significa nação e passou a ser associado, a partir do século XIX, ao termo raça, para distinguir as diferentes populações humanas. Etnia foi um conceito polivalente, que construiu a identidade, simplificado por meio do grau de parentesco, religião, língua, território compartilhado, além da aparência física (SANTOS et al., 2010). Entretanto, se diferenciou de raça, que tem uma variedade de definições, que são geralmente utilizadas para descrever um grupo de pessoas que compartilham certas características morfológicas.

Na história das Ciências Sociais, o conceito de raça foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica, para classificar as espécies animais e vegetais. Esse conceito de raça apresenta no seu campo semântico uma dimensão temporal e espacial. No III Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação, em 2003, o Prof. Kabengele Munanga ressaltou que, no latim medieval, o conceito de raça passou a designar a descendência, ou seja, um grupo de pessoas que têm um ancestral comum e que possuem algumas características físicas em comum (REVISTA ESTUDOS AVANÇADOS, 2004). Essa variabilidade humana é um fato empírico incontestável que merece uma explicação científica.

Para Santos et al. (2010), raça e etnia não são sinônimos: enquanto raça engloba características fenotípicas, como a cor da pele, etnia compreende também fatores culturais, como a nacionalidade, afiliação tribal, religião, língua e tradições de um determinado grupo. Luvizotto (2009) colaborou nessa discussão, pois considerou que a substituição do termo raça por etnia, proposta por diversos estudiosos, não alterou as concepções hierarquizadoras já consagradas pelo conceito de raça na distinção de grupos humanos.

Assim, a palavra racismo, que geralmente vem contemplada pelo termo raça, já recebeu várias definições, que nem sempre são atribuídas ao conteúdo do seu verdadeiro significado. Em meados de 1920, conforme Kabengele (REVISTA ESTUDOS AVANÇADOS, 2004), o racismo, enquanto conceito e realidade, já consistia como objeto de várias leituras e interpretações. Mas suas teorias têm origens históricas conhecidas, como a derivação do nome bíblico de Noé, que resulta na classificação religiosa da diversidade humana entre os três filhos, representando os ancestrais das raças branca, amarela e negra.

Outra origem do racismo foi relacionada ao modernismo ocidental, cuja história científica derivou da observação de caracteres físicos, como a cor da pele e os traços morfológicos. Devido ao uso frequente da palavra “raça” nos trabalhos científicos, esse relatório também adotou esse termo como referência exclusiva a traços morfológicos, para melhor entendimento do leitor.

Conforme Heringer (2002), logo após a Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) financiou um extenso projeto de pesquisa sobre o Brasil que se configurou como um importante marco do estudo sobre relações e o processo de institucionalização das Ciências Sociais de maneira geral. Com as informações apresentadas na referida pesquisa, os autores frustraram-se, ao ter sido identificado o preconceito racial persistente em um país que era descrito como “paraíso racial”.

Com o advento da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), em que foi suprimido o direito à liberdade intelectual, iniciaram-se as mobilizações dos movimentos sociais fortalecendo, inclusive, o movimento de combate ao racismo, conhecido como “movimento negro”. Esse movimento começou a ganhar visibilidade a partir da organização de um pequeno grupo de intelectuais negros, que criaram agências específicas em defesa da valorização da cultura negra.

Antes do período ditatorial, houve a Lei nº 1.390, promulgada pelo presidente Getúlio Vargas em 1951 e proposta pelo jornalista, escritor e jurista Afonso Arinos de Melo Franco (CAMPOS, 2015), que foi considerada o primeiro ato jurídico a aplicar pena às práticas de discriminação e preconceito de raça e cor de pele no Brasil. Foi a partir do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 que nasceu a famosa frase “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988).

Mais tarde, em 1989, o Governo Federal aprovou a Lei nº 7.716, que instaura punições aos crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Em 2010, através do Projeto de Lei Federal nº 3.198, foi instituído o Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010), que parte em defesa das vítimas de preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor. Esse estatuto, mesmo com diversas alterações, vigora até os dias de hoje.

Devido a essas diferenças raciais internas na população, o Brasil desenvolveu historicamente um desejo de branqueamento, tornando-se um lugar onde é difícil

definir quem realmente é o negro, conforme entrevista realizada em 2004 com o antropólogo Munanga à *Revista Estudos Avançados* (2004, p. 52): “Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. [...] Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico”. Ao finalizar a entrevista, reforçou-se que não apenas a discriminação contra negras e negros é uma questão social, mas as relações de gênero também se configuram de forma sociológica e devem ser trabalhadas junto com a etnia que estava sendo abordada. Esse processo decorre de um deslocamento do eixo central do racismo, a partir dos anos 1970, com o surgimento de formas derivadas de atacar um conjunto de indivíduos pertencentes a uma mesma categoria social.

Autores do paradigma culturalista, como Alain Tourane e Claus Offe, apresentam que os movimentos não objetivavam o poder do Estado, mas apenas influenciar seus sistemas de dominação, com vista a resgatar valores que foram sendo corrompidos pela sociedade capitalista. Para Santos (2009), foi a partir desses conceitos que surgiram os processos de racismo e discriminação racial, que é a ação ou comportamento de um grupo dominante que toma como objeto a distinção ou exclusão do grupo dominado.

O conceito de gênero também foi uma construção sociocultural que definiu o que é ser mulher e o que é ser homem, tendo como reflexão suas origens e identidades sociais, descritas por Scott (1995) como uma forma representativa de uma categoria social imposta pela sociedade, baseada no corpo sexuado. Segundo Scott (1995), a utilização mais recente do termo gênero teve sua aparição inicial entre as feministas americanas, que pretendiam enfatizar o caráter social das distinções baseadas no sexo.

O feminismo, nos anos de 1970, acreditava na definição de uma categoria chamada mulher, com o objetivo de compartilhar certas experiências, perspectivas transculturais e práticas discursivas relacionadas diretamente a essas experiências. Isso serviu de reação contra o modelo patriarcal, que marginalizava os relatos femininos de mulheres negras e lésbicas e considerava o discurso feminista como experiências de mulheres brancas, burguesas e heterossexuais (GARCIA, 2011).

Strey et al. (2000) mostraram preocupação quanto ao futuro das mulheres, quando se fala em igualdade, em um passado que revela a permanente desigualdade e em um presente que vem registrando conquistas femininas menos

substanciais. O que poderia restar da mulher ao ser relegada a uma posição de inferioridade, visto que ao homem foi concedido o espaço público e à mulher o ambiente privado no limite da família e do lar?

A formação desses dois mundos, segundo Strey et al. (2000), se confronta ao desempenhar os papéis de dominação e submissão. Os referidos autores ressaltaram o reconhecimento da capacidade das mulheres a partir da Revolução Industrial, com sua inserção no mercado de trabalho, exercendo atividades terciárias e percebendo remunerações inferiores. A mulher ganhou espaço e adquiriu sua independência, o que mais tarde acabou por se refletir no ambiente familiar. Com a conquista do voto feminino, em 1932, a criação da Lei do Divórcio, em 1977, e a Constituição Federal de 1988, que reforçaram os seus direitos, se estabeleceu plena igualdade aos homens e se revogou a primazia dedicada a eles. Ainda que, pelo atual panorama legal, não seja permitido tratamento desigual, Strey et al. (2000) reforçam que existe a necessidade de manter políticas públicas que deem um tratamento prioritário às questões de gênero e de assegurar que tais deliberações estejam realmente em pleno vigor.

Quanto à intersecção gênero *versus* raça, segundo Crenshaw (2002), há várias razões pelas quais experiências específicas de subordinação interseccional não são analisadas adequadamente pelas concepções tradicionais de discriminação de gênero ou raça. Frequentemente, existe um certo grau de invisibilidade que envolve as questões relativas a mulheres marginalizadas. Quando as leis não preveem que as vítimas de discriminação racial podem ser mulheres e que as vítimas de discriminação de gênero podem ser mulheres negras, não reagem de forma positiva e resultam por deixá-las desprotegidas. Um dos desafios da interseccionalidade é abordar a diferença dentro da diferença.

Os geradores das desigualdades de raça e de gênero estão relacionados com o preconceito e a discriminação. O preconceito é considerado um julgamento prévio e negativo que define uma opinião preestabelecida, já a discriminação é definida como a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo (SANT'ANA, 2008). Nesse sentido, para Carneiro (2003), a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista. Assim, acabam enriquecidas as discussões relacionadas a essas questões na sociedade brasileira.

Com relação específica a mulheres negras e trabalho doméstico remunerado, conforme artigo publicado na revista *Desafios do Desenvolvimento – IPEA* (PINHEIRO; MADSEN, 2011), a representação da população feminina e negra nessa categoria está relacionada não apenas a concepções tradicionais de gênero, que representam o trabalho doméstico como uma habilidade natural das mulheres. Também há o componente de uma herança escravista da sociedade brasileira, que associou a construção de um cenário em que mulheres negras apresentam menor escolaridade e maior nível de pobreza.

As mulheres que são alvo do racismo frequentemente estão posicionadas em um espaço em que o racismo ou a xenofobia e a classe e o gênero se encontram. O cruzamento de raça e gênero, que Crenshaw (2002) define como interseccionalização, é o ponto principal responsável pela exclusão das mulheres negras na sociedade.

A visão tradicional afirma que discriminação de gênero diz respeito às mulheres e a racial diz respeito à raça, assim como a de classe relaciona-se aos pobres. Segundo Crenshaw (2002), a interseccionalidade é uma conceituação do problema de discriminação que busca capturar as consequências estruturais entre os dois eixos: gênero e raça. A sobreposição de trajetória desses eixos cria uma etapa particularmente receptiva para pensar a interação entre essas discriminações de maneira fundamental e prioritária. A autora faz referência ao caso da General Motors, empresa multinacional que contratava apenas homens negros e mulheres brancas. Julgado no tribunal, não foi identificado nenhum ato de discriminação racial e de gênero contra as mulheres negras, autoras do processo, considerando-se que era um ato sofrido apenas por elas, e não pelo grande grupo.

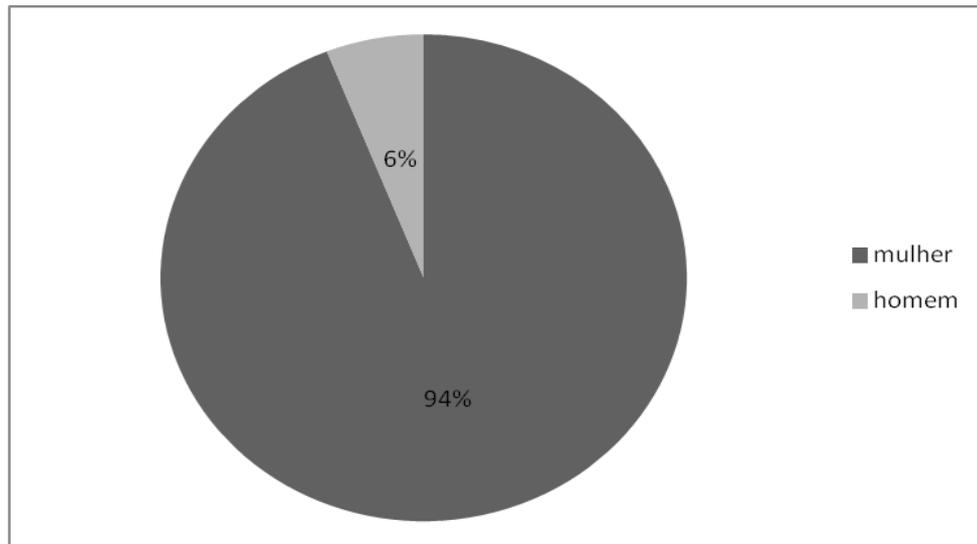
No século XIX, nos Estados Unidos, os casos de estupros eram considerados crimes raciais, quando as vítimas eram brancas; caso a vítima fosse negra, o processo poderia ser anulado (CRENSHAW, 2002). Segundo a autora, estudos mostram que os processos de estupros movidos pelas mulheres afro-americanas apresentam menor probabilidade de seguirem adiante e o culpado ser punido. Quando julgados e culpados, a pena não ultrapassa dois anos, contra seis para estupradores de mulheres latinas e dez para os de mulheres brancas.

Um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2014 revelou que as mulheres apresentaram um rendimento de trabalho superior com relação aos homens, mas continuaram a receber valores inferiores.

Essa tese é reforçada pela pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre o trabalho doméstico remunerado no ano de 2009 (CHARÃO, 2011). Tal estudo revelou a luta da inserção de direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras que não se encontram garantidos na Constituição Federal.

As mulheres apresentam um percentual significativo na realização dos trabalhos domésticos, conforme disposto no gráfico abaixo.

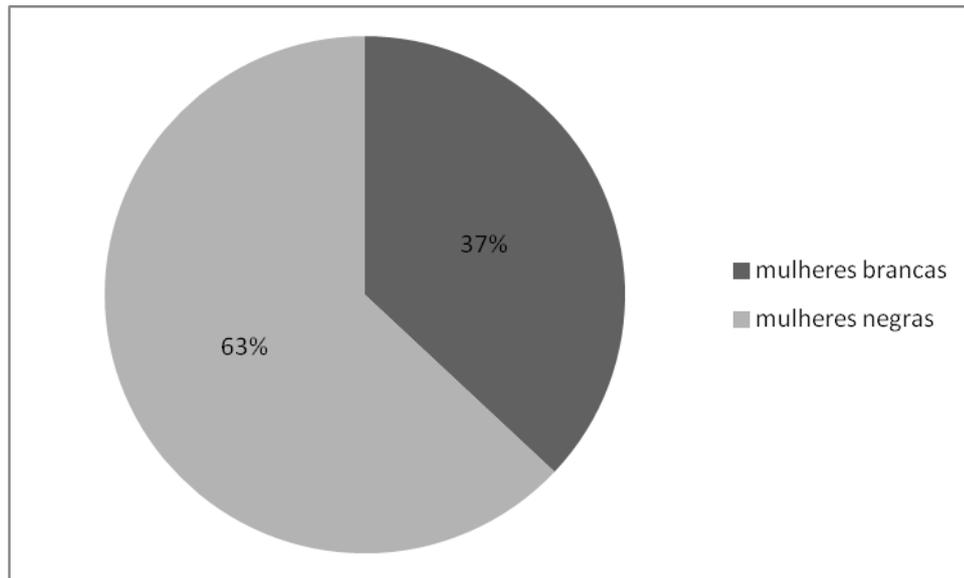
Gráfico 1 – Ocupação nos serviços domésticos – gênero



Fonte: IPEA (2011)

Além da maior presença quantitativa, o trabalho doméstico exercido pelas mulheres negras é marcado por algumas particularidades, como a feminização do mundo do trabalho, uma vez que elas assumem as responsabilidades domésticas das mulheres brancas.

Gráfico 2 – Ocupação nos serviços domésticos – raça



Fonte IPEA (2011)

Segundo relatório de 2014 do IPEA (IPEA, 2015), as mulheres negras têm menor acesso à educação e, conseqüentemente, são inseridas em posições menos qualificadas no mercado de trabalho e mais insalubres. Esse relatório aponta a mulher negra como a mais atingida em quase todos os levantamentos referentes às desigualdades de gênero e raça:

[...] a perversa manifestação da dupla discriminação que atinge mulheres negras, e que faz com que estas vítimas do racismo e do sexismo encontrem-se concentradas nos piores postos de trabalho, recebendo os menores rendimentos, sofrendo com as relações informais de trabalho [...] e ocupando as posições de menor prestígio na hierarquia profissional (IPEA, 2015).

Em Porto Alegre, não seria diferente, como mostra relatório elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2015). Na capital gaúcha, as mulheres são mais atingidas pelo índice de desemprego no Brasil, ao mesmo tempo em que aumenta o percentual das que possuem o curso superior, representando uma taxa aproximada de 4% entre os anos de 2010-2015.

Se recuarmos para mais longe, entre os anos 1995 e 2015, um estudo publicado em março de 2017 pelo IPEA apresenta os seguintes dados para esse período: no quesito remuneração, os homens brancos permaneceram no topo da pirâmide, seguidos pelas mulheres brancas, homens negros e mulheres negras,

ainda que o rendimento das mulheres negras tenha crescido 80%, ou seja, tenha sido o que mais se valorizou em 20 anos, passando de R\$ 530,70 para R\$ 1.027,50.

A partir das informações referidas, que delimitam o problema de pesquisa proposto, considera-se que as categorias abordadas constituem grandes brechas sociais. Assim, compreende-se que os movimentos sociais são fundamentais como alavancadores de futuras mudanças (TOMAZI, 1993). Situações de opressão que envolvem ordem cultural e ideológica podem desenvolver uma práxis, objetivando a mudança das relações sociais em uma dada sociedade. As categorias de etnicidade/gênero e ações afirmativas oferecem condições de interpretação do campo de análise proposto, cujo foco foi estruturado em fragmentos de memórias em que as circunstâncias do cotidiano reúnem condições de interpretação.

Nessa direção, seguem os caminhos metodológicos deste relatório.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A metodologia é um elemento facilitador na busca do conhecimento. Suas regras e procedimentos auxiliam no entendimento e comprovação do que se afirma, concedendo a confiabilidade necessária ao trabalho científico. A seguir, apresentam-se os métodos de pesquisa utilizados para a construção e o desenvolvimento deste relatório.

4.1 Tipos de pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se por ser um estudo qualitativo de cunho descritivo e realizou uma investigação do conjunto de fenômenos humanos que, para Minayo (2012), permitiu trabalhar com o universo de significados, dos motivos, das inspirações, dos valores e das atitudes do indivíduo. A autora considera esse conjunto de fenômenos como parte da realização social, pois o ser humano se distingue por pensar sobre o que faz e interpretar suas ações a partir de uma realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013), essa pesquisa objetivou gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas, isto é, de natureza aplicada. Quanto à abordagem, a pesquisa foi qualitativa e está diretamente ligada ao problema. Para Collins e Hussey (2005, p. 26), “um método qualitativo, que é mais subjetivo, envolve examinar e refletir as percepções para obter um entendimento de atividades sociais e humanas”.

4.1.1 Técnicas de coleta de dados

A pesquisa bibliográfica foi a técnica de coleta de dados mais utilizada. Segundo Beuren et al. (2006), foi através dessas bibliografias que se reuniram os conhecimentos sobre a temática pesquisada. Com base nisso, foi possível elaborar o relatório.

Também a pesquisa documental foi realizada com base em documentos considerados cientificamente autênticos. Beuren et al. (2006) destacam a importância para a organização e interpretação de informações brutas, atribuindo-lhes valor, podendo ser classificadas como fontes de primeira mão e fontes de

segunda mão. Conforme os mesmos autores, fontes de primeira mão são as que não recebem qualquer tratamento: reportagens, cartas, contratos e gravações. As fontes de segunda mão são as que já foram analisadas, como relatórios de pesquisa, atas internas etc.

Foi utilizada ainda a entrevista, tratando-se de fonte de informações para elaboração deste estudo. Beuren et al. (2006) definem como sendo a técnica de obtenção de informações na qual o investigador formula perguntas com o objetivo de obter dados necessários para responder à questão estudada. Segundo Lakatos e Marconi (2007), conhecer o significado que os entrevistados atribuem aos fenômenos e eventos de sua vida cotidiana é o mais importante. Portanto, objetivaram-se as entrevistas estruturadas, por meio de um roteiro com perguntas predeterminadas (APÊNDICE B). Para Collis e Hussey (2005, p. 160), “as entrevistas facilitam a comparação de respostas e podem ser feitas pessoalmente, por telefone ou por computador (e-mail, ICQ etc.)”.

A seguir, segue a apresentação do universo de pesquisa e a amostragem utilizada.

4.1.2 Definição do universo da pesquisa

O fortalecimento dos movimentos sociais, após a Ditadura Militar, nas organizações coletivas negras contou com a participação de profissionais de diversas áreas, poetas e demais artistas vinculados à cultura, jornalistas, além de diferentes instrumentos e veículos de informações com a cobertura de mídia, entidades culturais e recreativas, entre outros. Assim, esse universo tornou-se um grupo de interesse para diferentes estudos.

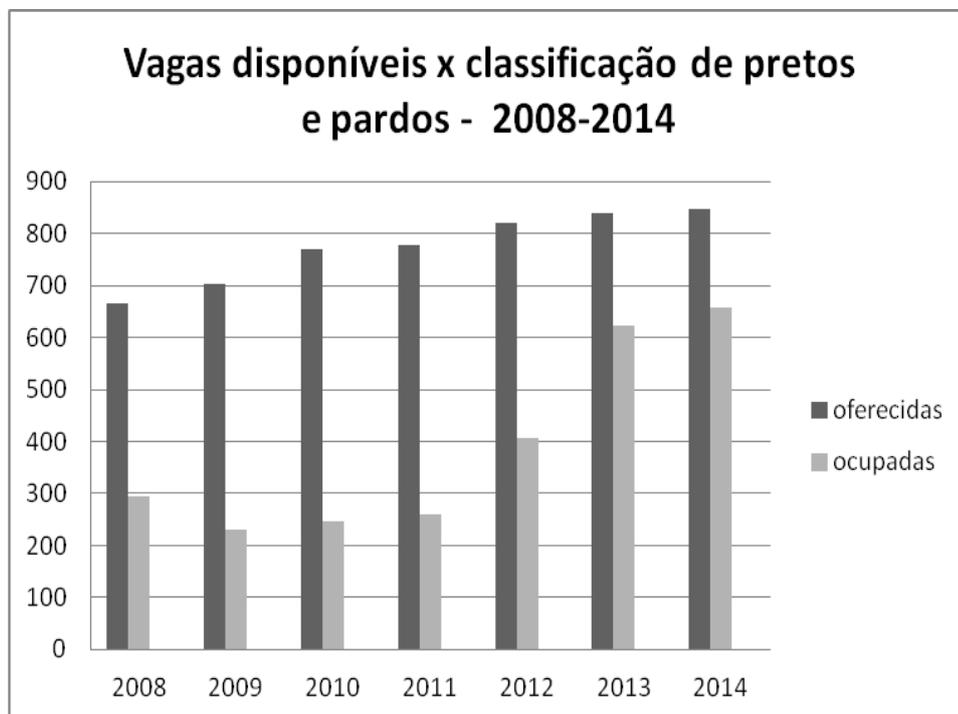
Esta pesquisa social científica de base empírica foi concebida devido à estreita associação entre a pesquisadora e os participantes do movimento negro envolvidos em uma causa coletiva em busca da resolução de problemas ou ações.

Após a definição de causas coletivas do movimento negro, tomou-se como base legal uma política pública que apoiou a inserção de cotas na UFRGS. O início teve uma trajetória de decisões internas e posteriormente a Lei 12.711, de 2012. Mais recentemente, o Governo Federal aprovou uma nova lei, a 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que alterou o artigo 7º, entre outros, a prorrogação do prazo de dez anos, a contar da data de publicação. Com isso, foi promovida a revisão do

programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Diante de um levantamento feito pela CAF no período de pesquisa, que compreende entre 2008-2014, foi possível identificar o crescimento do acesso de estudantes negros e pardos na UFRGS, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Relação entre vagas disponíveis e classificação de pretos e pardos entre os anos de 2008 e 2014



Fonte: CAF (2017)

Esse avanço veio acompanhado do número de cursos que registraram a inserção gradativa de cotistas entre os anos de 2008 e 2014, aumentando de cinco para 41 o total de cursos de graduação da UFRGS que receberam esse novo público. Convém lembrar que a pesquisa definiu o estudo a partir do universo de negros e/ou pardos e de mulheres junto ao Programa de Ações Afirmativas.

4.1.3 Definição do grupo amostral

As primeiras definições se iniciaram com uma visita à CAF, que auxiliou com os contatos de alunas que ingressaram por cotas raciais, bem como com os

respectivos endereços eletrônicos. Selecionei os endereços de aproximadamente quatro alunas de mesmo curso e enviei mensagem me identificando como mestranda no curso de Memória Social e Bens Culturais da UNILASALLE (Canoas/RS) que estava fazendo uma pesquisa sobre a trajetória das mulheres negras e cotistas durante a vida acadêmica na UFRGS.

Esclareci que meu objetivo era compreender a relação entre memória social e questões de raça e gênero das estudantes autodeclaradas negras e que se tratava de uma entrevista narrativa, que seria gravada para posterior transcrição, mantendo sua identificação em sigilo caso fosse sua intenção. Acabei por manter o sigilo de todas, designando nomes fictícios. Todas as entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto e setembro de 2016.

O universo de cotistas ficou com considerável número de participantes. Assim, a escolha da amostragem neste trabalho foi do tipo não probabilística intencional, que, para as autoras Lakatos e Marconi (1991), é a mais comum de amostra. Nessa amostragem, o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção etc.) de determinados elementos da população, mas não representativos dela.

As entrevistas foram efetuadas com mulheres negras, todas com idade acima de 18 anos, que ingressaram na UFRGS através do Programa de Ações Afirmativas – cotas raciais – e intencionalmente se disponibilizaram a participar. As cinco participantes deste processo foram alunas egressas ou estavam no momento com o respectivo curso de graduação em andamento.

4.2 Instrumentos de pesquisa

Para colher o depoimento de cada narradora, foi necessária a escolha de um ambiente agradável, que apresentasse o menor ruído possível. A coleta de dados foi gravada em aparelho telefônico móvel com aplicativo específico para esse fim (gravador de voz). A proposta apresentada a cada entrevistada foi a de compartilhar sua trajetória dentro da UFRGS desde seu ingresso através do Programa.

As perguntas do roteiro foram lançadas às depoentes. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi lido e acordado (APÊNDICE A). A média de duração das entrevistas variou entre trinta e quarenta minutos, e elas foram transcritas detalhadamente. Foi possível observar, em algumas das entrevistadas, o

orgulho de si próprias ao ingressar numa universidade pública, acompanhado do sentimento de realização ao conquistar seu diploma, na certeza de que encontrarão muitas oportunidades na vida profissional.

Esse tipo de entrevista, segundo Bauer e Gaskell (2012), é considerado com características específicas e substitui o esquema pergunta-resposta. Bauer e Gaskell (2012) também sugerem regras que contribuem para o aprimoramento da entrevista e que auxiliaram na transcrição dos dados coletados durante a fase de preparação. Durante a narração do tema central, não deve haver interrupções, de modo a deixar à vontade a narração.

De posse das entrevistas transcritas, foi elaborado um pequeno relatório para melhor identificação das semelhanças entre as narrativas e o posicionamento das entrevistadas. O roteiro utilizado para a entrevista está disposto no Apêndice B.

4.2.1 Procedimentos de análise

As análises decorrentes das entrevistas oferecem características marcantes de memória social de cada estudante negra cotista durante sua trajetória na vida acadêmica na UFRGS. Para análise desse conteúdo temático, o texto foi lido exaustivamente até atingir o nível de profundidade de entendimento, o que possibilitou uma ampla visão do conjunto e das particularidades do material a ser analisado (MINAYO, 2012).

A autora propõe a elaboração de pressupostos iniciais, aqui representados apenas nos objetivos, que sustentam uma melhor análise e interpretação do material, e a determinação de conceitos teóricos que orientaram, de forma eficaz, os dados analisados. Num outro momento, as entrevistas sofreram divisões de etapas que direcionaram para uma melhor exploração do material recolhido, fazendo menção à classificação inicialmente proposta, dialogando com as partes dos textos em análise, identificando os núcleos do sentido.

[...] (a) ter uma visão de conjunto; (b) apreender as particularidades do conjunto do material a ser analisado; (c) elaborar pressupostos iniciais que servirão de baliza para análise e interpretação do material; (d) escolher formas e classificação inicial; (e) determinar os conceitos teóricos que orientarão a análise (MINAYO, 2012, p. 91).

Minayo (2012) reforçam que, para melhor redação do texto, após a análise qualitativa dos diferentes núcleos de sentido, é necessário reagrupar as partes dos textos.

Nas análises textuais, Moraes (2003) ressalta a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva, a compreensão como objeto principal para aprofundar o foco na pesquisa qualitativa. Sugere três ciclos como elementos fundamentais utilizados no relatório:

- Desmontagem de texto: é o exame detalhado para atingir as unidades constituintes da exploração referente aos fenômenos estudados;
- Estabelecimento das relações ou categorização: consiste na junção das relações das unidades de base para a melhor compreensão das categorias de análise. Podem ser reunidas formando conjuntos complexos;
- Captação do novo emergente: considera-se uma combinação entre a desmontagem dos textos e o estabelecimento das relações, que resulta em uma nova compreensão a partir dos elementos construídos.

Esse processo auto-organizado surge de uma sequência de três componentes da análise de discurso e de conteúdo – a desconstrução do texto, a categorização e a captação do novo emergente. Moraes (2003, p. 192) o comparou a “uma tempestade de luz”:

Consiste em criar as condições de formação dessa tempestade em que, emergindo do meio caótico e desordenado, formam-se flashes fugazes de raios de luz iluminando os fenômenos investigados, que possibilitam, por meio de um esforço de comunicação intenso, expressar novas compreensões atingidas ao longo da análise.

As significações podem variar em um mesmo texto, o que nos permite trabalhar com uma multiplicidade. O primeiro elemento do ciclo de análise foi a desmontagem de texto, que permitiu realizar uma incursão no significado da leitura e nos diversos sentidos que podemos abstrair deste um único texto. Moraes (2003) destacou a teoria como elemento imprescindível em qualquer tipo de leitura, pois o conhecimento da teoria fundamenta e facilita o processo de análise textual.

O conjunto de documentos que foram submetidos à análise textual foi definido como corpus, responsável pela obtenção de resultados válidos e confiáveis. Nesse conjunto de documentos, consideraram-se como matéria-prima as entrevistas transcritas e depoimentos, bem como documentos já existentes, como as

publicações diversas. O processo de desconstrução desses textos consistiu no desmembramento do corpus, focando nos detalhes e nas partes componentes, momento em que surgiram as unidades de análise e se utilizou de códigos para indicar cada unidade. A unitarização foi relativamente prévia, contudo reuniu parte da combinação do projeto e as unidades de análise nas quais se inseriu.

A categorização, segundo Moraes (2003), é um processo de comparação constante entre as unidades definidas no início da análise, levando a agrupamentos de elementos semelhantes, implicando nomear e definir as categorias, delimitadas na construção gradativa de cada uma delas.

Dentro da análise textual, as categorias foram produzidas previamente, mas as subcategorias que emergiram e foram chamadas de inspirações repentinas confirmam o que o autor define como *insights de luz*, pois apresentaram os fenômenos de forma diferente.

Quanto à propriedade, as categorias de análise foram validadas ou tornadas pertinentes em relação aos objetivos e ao objeto de análise, ou seja, são capazes de representar adequadamente as informações construídas a partir de um mesmo princípio, de um mesmo contínuo conceitual. Toda categorização implica uma teoria.

A estrutura básica do metatexto se construiu a partir da unitarização e categorização do corpus. A captação do novo emergente ajuda o leitor na compreensão do seu texto. Por fim, a análise textual qualitativa deve ser compreendida como um processo de auto-organização de construção de significados em relação a determinados objetos de estudo. A partir de materiais textuais, podemos captar algo novo emergente.

4.2.2 Limitações da pesquisa

Diante da pesquisa qualitativa a partir dos depoimentos das estudantes negras, foi possível identificar um estudo unificado baseado na trajetória individual de cada uma delas que me levou a identificar algumas semelhanças relacionadas à memória social. A partir desse estudo, foi necessária a elaboração de um relatório em que foram evidenciadas pelas próprias entrevistadas as dificuldades e os benefícios encontrados durante o período de realização do curso de graduação.

Essa pesquisa social empírica foi desenvolvida através de um corpus de depoimentos construído pelas depoentes. A busca da metodologia a ser aplicada em

pesquisas sociológicas foge a quaisquer críticas, que mesmo ignoradas ou desprezadas pelos técnicos da investigação social são utilizadas e formuladas a respeito do uso de entrevistas individuais (THIOLLENT, 1982).

Thiollent (1982) alerta sobre o tipo de questionamento social condicionado às exigências do mercado que tende a desestimular o espírito crítico. Neste segmento, foram sugeridos questionamentos das técnicas de metodologia voltadas ao empiricismo.

O autor faz uma crítica à versão ingênua do empiricismo, que consiste na pretensão de explicar os fenômenos sem passar pela elaboração teórica. O empiricismo, na sua versão ingênua, existe na investigação sociológica quando o pesquisador pretende, sem problemática prévia, descobrir, a partir de um processamento de dados, leis ou até teorias relevantes do ponto de vista da sociologia.

Dentro da perspectiva crítica, Thiollent (1982) considera necessário um exame de mecanismos sociais e cognitivos operantes nos instrumentos de investigação. Esse exame, associado a uma concepção crítica, remete à forma específica do questionamento, que identifica intercomunicação entre o polo investigador e o polo investigado. Este relatório de pesquisa ainda tem suas limitações, visto o tamanho da amostra, contudo tornou-se fiel à pesquisa qualitativa por apresentar uma explícita dimensão política.

4.2.3 Proposta de produto

O produto da presente pesquisa, além deste relatório, consistiu em um seminário sobre a memória e trajetória das mulheres negras cotistas da UFRGS. Trata-se de um evento totalmente gratuito, direcionado a integrantes do GT de Políticas Sociais e Antirracismo do Sindicato dos Servidores Técnico-administrativos da UFRGS e demais interessados. No seminário, foi apresentado o que estas estudantes vivenciaram na sua trajetória após a implementação da Política de Cotas do Programa de Ações Afirmativas dentro de UFRGS. O evento realizou-se no dia 22 de maio de 2017, às 14 horas, em Porto Alegre (RS).

As narrativas das depoentes contribuíram para o melhor entendimento da construção de uma memória, que vem apoiada de acontecimentos passados. De

acordo com a identidade de cada uma delas, foi possível identificar a trajetória percorrida a partir das suas escolhas até terem seus objetivos alcançados.

O compartilhamento destes resultados com o GT veio acompanhado de uma recapitulação da sua atuação inicial na luta pelas cotas. Isso oportunizou ao grupo a renovação das informações relacionadas à trajetória traçada pelas estudantes cotistas mulheres e negras.

Este capítulo, portanto, apresentou a metodologia utilizada para a construção deste trabalho, identificando os tipos de pesquisa, a unidade de análise, as técnicas de coleta de dados, o universo e amostragem e os métodos para a análise dos dados. No próximo capítulo, será apresentada a análise dos dados obtidos por meio da pesquisa empreendida para tal finalidade.

5 ANÁLISE DE DADOS

Considerando o objetivo geral deste relatório, que foi construir a memória social junto a uma amostra de estudantes negras que ingressaram na UFRGS por meio do Programa de Ações Afirmativas com reserva de vagas para autodeclarados negros no período compreendido entre 2008 e 2014, seguiu-se o método de análise de conteúdo. Tal procedimento configura-se pela unitarização, categorização e comunicação.

Assim, com vistas a descrever e interpretar o conteúdo de toda classe, a partir de Moraes (2003), seguiu-se para um movimento que possibilitou a emergência de novas compreensões desse processo analítico e, conseqüentemente, a base da auto-organização. A proposta foi trabalhar com a metáfora de uma tempestade de luz, buscando-se, com isso, criar uma imagem que traduzisse o modo como emergiram as novas compreensões. Neste sentido, segue o perfil da amostra e o ciclo de análise descrito, ainda que composto de elementos racionalizados e em certa medida planejados, mas constituindo uma pesquisa de novas compreensões.

5.1 Perfil das depoentes

As depoentes consideradas na pesquisa apresentam uma média de 26 anos de idade. A renda per capita das famílias das entrevistadas varia entre R\$ 666,00 e R\$ 2.000,00. Das cinco depoentes, três delas já concluíram o curso de graduação, sendo que uma delas ingressou no curso de Mestrado na área de Educação. As outras duas, ainda nos respectivos cursos, declararam que pretendem seguir os estudos na carreira escolhida. Segue abaixo o perfil das estudantes, de acordo com os dados coletados.

Quadro 1 – Perfil das estudantes entrevistadas

NOME	IDADE	RENDA PER CAPITA	INGRESSO	CURSO
Cíntia	24	2.000,00	2010/2	Administração
Caroline	26	700,00	2009/2	Psicologia
Isadora	25	1.036,00	2011/1	Serviço Social
Priscila	27	1.000,00	2010/1	História
Viviane	25	666,00	2014/2	Administração – Noturno

Fonte: elaborado pela autora (2017).

Os dados compartilhados serão alvo de análise no presente relatório, em cruzamento com informações qualitativas obtidas por meio de entrevistas. Os depoimentos orais foram categorizados nas seguintes unidades de análise: etnicidade/gênero e ações afirmativas, conforme segue.

5.2 Categorização

5.2.1 Unidade de análise: etnicidade e gênero

Quadro 2 – Unidade de análise: etnicidade e gênero

CÍNTIA	<p>“Que só deveria existir as cotas para colégio público, que isso, sim, era entendida... Mas, para autodeclarado negro, não. Que isso não deveria existir. Aí falavam muito que ‘[...] ai, qual é a diferença, então?. As pessoas têm a mesma capacidade, é só estudar’. Mas, muitas vezes, eu não levava adiante, porque eu me sentia a minoria na discussão e sentia que não ia mudar muita coisa eu continuar falando.”</p> <p>“Lembro que tinha eu e mais uma outra guria negra. Eram as duas. E aquela coisa dos primeiros semestres. E era impressionante, que todos os exercícios, todas as questões, todas as perguntas ela [professora da disciplina] fazia era sempre para mim ou para a outra guria. Eu acho que ela meio que queria puxar mais a gente, sabe? E ela, o tempo inteiro, também fazia ‘entendeu, flor?’. O meu nome foi o primeiro que ela decorou [risos da entrevistada]. Na hora de mandar resolver alguma coisa, ou de perguntar ‘Ah, quem vai...’, era sempre o meu nome, sempre o meu nome ou dessa outra guria. Sempre, sempre, sempre, sempre!”</p> <p>“Mas, também, eu não sentia como uma forma preconceituosa. Na verdade, eu sentia que ela queria, mesmo, era dar uma puxada assim, mesmo. Dentro da universidade, pelo fato de ser mulher, eu não senti preconceito em nenhum momento.”</p> <p>“É a trajetória mesmo que te agrega alguma coisa para a vida pessoal. Bom, nos anos que eu passei dentro da universidade, com certeza, já deve ter ajudado a formar a pessoa que eu sou, pessoalmente e profissionalmente.”</p>
CAROLINE	<p>“Eu fui a primeira da minha família nuclear a fazer uma faculdade, a entrar na Universidade. Eu tentei a faculdade mais por incentivo do meu pai, porque eu tinha prima que é psicóloga, eu acho ela maravilhosa: ‘Mas eu acho tão legal a profissão da Deise... E, aí – quer saber? – vou botar Psicologia, e Direito como segunda opção’. E botei, né, e estou aqui.”</p> <p>“Então, o Alisson, esse meu colega (também negro), um dia foi lá em casa e eu estava lá, numa dessas crises de dizer que não ia à faculdade. Ele chegou, sentou na minha frente, me olhou e disse: ‘Tu acha que é só tu que sofre? Tu acha que é só pra ti que é difícil</p>

	<p>ir pra lá? Tu acha que, pros outros, é uma maravilha?'. Ele falou. 'Não. Agora, como é que tu acha que eu me sinto, sem a tua presença lá? Para mim, já é difícil contigo e, agora, eu tô sozinho. Tu vai me deixar lá sozinho?' Eu chorei, e ele continuou: 'Carol, eu me faço de forte, mas não, para mim é tão difícil quanto para ti. Só que tu não pode deixar eles ganharem, é isso que eles querem, nos invisibilizar o tempo todo, fazer com que a gente sinta que aquilo não é para nós, mas a gente tem que tá lá, tu tem que tá ocupando esses espaços. Abriram as portas, então, vamos lá, vamos permanecer. É difícil, é, mas vamos lá, a gente vai conseguir'."</p> <p>"Comecei a me lembrar de coisas que foram realmente racismo e por que eu não pensava sobre aquilo, me machucava de uma maneira muito forte. É muito presente essa coisa do racismo, às vezes eu não percebo coisas relacionadas a gênero. Eu deixo muito passar. E eu acho que tudo é uma construção."</p> <p>"Eu penso que essa negação que eu tinha de frequentar o grupo, era essa fuga, esse medo de falar sobre preconceito, sobre falar as coisas que eu tinha vivido já de, realmente, bater no peito e dizer: 'Eu sou negra'. Porque eu tinha medo de fazer isso aqui."</p>
ISADORA	<p>"Durante a minha trajetória acadêmica, eu pude participar de vários espaços que me marcaram enquanto negra e enquanto mulher. Principalmente, quando eu fui fazer um estágio no Ministério Público do Trabalho, onde todas as pessoas me confundiam com a pessoa que limpava. Pretendo continuar a academia, não pra dar aula. Sei que tem que ter professores negros, sim, debatendo várias coisas, inclusive a questão do gênero."</p> <p>"Fui a primeira pessoa da minha família a ter um diploma, no caso ter o curso superior, e foi muito significativo, mas muito mais pra minha mãe."</p>
VIVIANE	<p>"Na minha primeira vez que eu tentei cursar cálculo, eu perguntei prum professor e disse: 'Olha, é muito difícil, é muito diferente da matemática que a gente está acostumado'. E ele disse pra mim que ele tava ali justamente pra isso, pra separar os bons dos ruins: 'Se tu não conseguir aprender cálculo, então tu não prestava praquela curso'."</p> <p>"Tenho o apoio dos meus pais que são autônomos. Então, trabalhar em carteira assinada e registro celetista é bem diferente da realidade que eu cresci."</p> <p>"Pretendo focar na gestão de pessoas, é uma área que é muito abrangente, tem muita coisa a ser seguida e só com a faculdade fica difícil tu te aperfeiçoar na área que eu realmente quero seguir. Se tu não continuar estudando, tu te torna um profissional que não digo que incapacitado, mas um profissional talvez, até, deficiente, em algumas áreas."</p> <p>"Vou ser a primeira pessoa, tanto mulher quanto homem, a me formar, a ter um diploma, na minha família. Poucos conseguiram terminar o Ensino Médio; eu fui a primeira a entrar numa Universidade e eu vou ser a primeira a me formar."</p> <p>"Tu te sente deslocada, tu não te sente acolhida, um universo totalmente novo e tu te sente perdido. Então, de uma certa forma,</p>

	<p>eu me retraí muito, nos primeiros semestres, eu não tinha, quase, colegas negros e não me sentia representada e nem como parte da Universidade”.</p> <p>“Depois de passados uns dois anos, eu tranquei a faculdade, resolvi sair e engravidei. Então, como mãe, mais difícil ainda, mas, por ele [filho] vou conseguir me formar e ter meu diploma.”</p>
PRISCILA	<p>“Comecei a me inserir no movimento negro e no processo de renovação das cotas. Durante o curso, entre 2012 e 2013, teve um colega ingressante, ele fez um texto e divulgou entre os colegas – tive cópia, o texto dizia que mulheres negras eram as piores, porque nunca iam reproduzir uma raça pura.</p> <p>“A questão racial, na Universidade, foi sempre muito sozinha; nós e nós. Porque a Universidade não se posiciona, institucionalmente, contra isso.”</p> <p>“Já vi o quanto foi difícil, imagina no processo de implementação das cotas! Então, eu tô aqui a partir das ações afirmativas e vi que ‘é possível de eu tá lá’. E me abriu as possibilidades.</p> <p>“Na vida pessoal, eu acho que, pra nós, assim, como um todo – mulheres negras –, foi uma transgressão, né? A gente transgride o que nos é colocado. Porque eu sou a única da família que ingressou no Ensino Superior, então, já é uma mudança!”</p> <p>“Tá na pós-graduação, então, nossa, nem fala! A nível de profissional, eu penso: ‘Por que eu não fiz Administração?’ [risos da entrevistada e risos da entrevistadora]. Mas nesse sentido, bom, eu escolhi ser professora. Então, é muito difícil, né? A questão de reconhecimento, de conseguir um emprego. Eu fiquei procurando, agora, seis meses emprego, não consegui. Então, fiquei fazendo bico por fora e outras coisas.”</p>

Fonte: elaborado pela autora (2017).

A partir da análise dos depoimentos unitarizados e categorizados, pode-se inferir que a continuidade nos estudos é praticamente unânime. Neste relatório, entende-se esse dado como um indicativo de que o incentivo familiar ou de amigos auxiliou em uma conquista tanto pessoal como profissional, conforme foi o caso de Caroline, compartilhado abaixo em detalhes:

“Eu tentei a faculdade mais por incentivo do meu pai. Minha mãe sempre dizia: ‘Por que tu não tenta?’. Então, o Alisson, esse meu colega (também negro), um dia foi lá em casa, ele chegou, sentou na minha frente – eu me lembro perfeitamente desse dia, assim –, daí ele olhou para mim e disse: ‘Tu acha que é só tu que sofre? Tu acha que é só pra ti que é difícil ir pra lá? Tu acha que, pros outros, é uma maravilha?’. Ele falou. ‘Não. Agora, como é que tu acha que eu me sinto, sem a tua presença lá? Para mim, já é difícil contigo e, agora, eu tô sozinho. Tu vai me deixar lá sozinho?’. E,

aí, eu morri chorando [risos da entrevistada e da entrevistadora]. Eu chorei, chorei e ele: ‘Carol, eu me faço de forte, mas não, para mim é tão difícil quanto para ti. Só que tu não pode deixar eles ganharem, é isso que eles querem, nos invisibilizar o tempo todo, fazer com que a gente sinta que aquilo não é para nós, mas a gente tem que tá lá, tu tem que tá ocupando esses espaços. Abriram as portas, então, vamos lá, vamos permanecer. É difícil, é, mas vamos lá, a gente vai conseguir’.”

A entrevistada Priscila também contou com o incentivo de uma amiga:

“E, aí, na FAPA eu conheci a Laura Sitto [?]”¹, que é uma amiga minha, que ela ia fazer o vestibular e ela me falou: ‘Olha, vamo, vamo, vamo...’; ‘Não, muito difícil’, não sei o quê... E ela: ‘Vamo, vamo, tenta, tem as cotas, aí tu pode te inscrever’, e eu: ‘Eu posso me inscrever?’, e, aí, ela: ‘Sim, sim’. Tá, então tá. Aí, ela ia tentar pra História também. Aí eu me inscrevi e ainda bem que a gente ficou na mesma escola, na mesma sala, pra fazer a prova e ela me ligava: ‘Vamo, vamo...’. Aí, à medida que eu fui avançando no vestibular, eu vi que tavam corrigindo, pelo gabarito, e que era possível e eu: ‘Oh!’. Comecei a me animar. Aí, eu passei. Aí, depois, entrou eu e ela juntas e, aí, naquele ano, eu acho que só eu e ela de estudantes negras que ingressaram no curso”.

Esse auxílio é esperado pelos estudantes, e destaca-se a atuação da CAF, com vistas a acompanhar os cotistas junto à Pró-Reitoria de Graduação e às comissões dos cursos de graduação. A CAF tem, como uma das principais ações, a organização das *Calouradas Afirmativas*, que envolve recepção e acolhimento específicos aos estudantes cotistas. A Coordenadoria fomenta e apoia a participação de discentes cotistas em atividades de mobilidade, além de promover eventos regulares de reflexão sobre relações étnico-raciais para discutir estratégias de permanência desses estudantes.

Por outro lado, as narrativas aqui compartilhadas não excluem o medo e a curiosidade ao se defrontar com o preconceito e colocam em jogo a problematização da continuidade das políticas afirmativas na universidade. Conforme descreve Caroline, em seu depoimento:

“Eu me lembro que eu olhava para todos os lados: ‘Ai, meu Deus, não tem nenhum lugar para mim, aqui nesse lugar’. Era bem difícil, no início. E esse meu colega negro foi fundamental para a minha permanência na Universidade, porque foi bem difícil”.

¹ Símbolo utilizado na transcrição das entrevistas para marcar trechos inaudíveis.

E também para Viviane, que desconhecia totalmente o significado do vestibular e as posteriores titulações:

“Eu fui descobrir o vestibular no ano que eu tentei o vestibular. Eu não sabia o que era vestibular. As coisas não se encaixavam, para mim: ‘O que é vestibular?’. Eu me lembro que eu não sabia o nome vestibular, faculdade, aí Mestrado, Doutorado, eu não sabia o que era isso. Não sabia qual era a ordem. Era uma coisa que, na minha escola, nunca falavam. Eu estudei, sempre, em colégio estadual e nunca nos prepararam para vestibular. Basicamente, eu estudei em colégio estadual do bairro onde eu moro, que eu moro na Vila Jardim e nunca falaram sobre o vestibular. Daí, por uma série de coisas, eu tive que sair daquela escola que eu estudava, que era na minha zona de conforto, e fui para uma escola que era um pouco melhor, que era uma escola de Ensino Médio. Isso foi no segundo ano do Ensino Médio. E, aí, lá, eles falavam em vestibular e eu comecei a ligar no nome mas pensava: ‘Não era para mim’. Mas, aí, tinha um professor que direcionava as pessoas para o vestibular, era um professor de redação. Eu sempre lembro dele, porque ele falava: ‘Ah, porque no vestibular...’. Daí eu pensava ‘Ai, vou aprender aqui para passar de ano’. Porque vestibular, tá louco, eu pensava que eu ia fazer um curso técnico e tal”.

As entrevistas relacionadas à categoria de etnicidade e gênero deixam claros, através dos depoimentos presentes nelas, os desafios das estudantes em vivenciar tais temas dentro de uma universidade pública. A mulher negra sempre foi alvo da dupla discriminação, independente da sua classe social e titulação. O seu gênero e seu tom de pele já são historicamente definidos, ainda que passíveis de flexibilização.

De acordo com depoimento de algumas entrevistadas, a manifestação em debates, principalmente sobre a questão racial, era omitida. Algumas optavam apenas em ouvir caladas, mesmo que não estivessem de acordo com a opinião de alguns colegas e/ou professores. Essa situação é identificada a partir da narrativa de Cíntia, que não destacou as discussões sobre cotas em seu depoimento:

“[...] no começo, eu tentava participar das discussões, só que eu era, ainda nas discussões, eu era minoria! Então eu começava a falar assim: ‘Não, mas eu não concordo, na verdade...’. Porque, na verdade, as cotas é uma forma de dar oportunidade para as pessoas, porque eu acho que, sim, principalmente, num mercado de trabalho, a gente entra em desvantagem. Bah, eu ficava louca! Mas, muitas vezes, eu não levava adiante, porque eu me sentia a minoria na discussão e sentia que não ia

mudar muita coisa eu continuar falando. E, aí, depois de algum tempo, eu comecei a sentir que esse assunto, para alguns professores, era evitado”.

O caso de Priscila é igualmente elucidativo. Ao se deparar com texto elaborado por um colega reproduzido aos demais: “As mulheres negras eram as piores, porque nunca iam reproduzir uma raça pura”. A entrevistada, ofendida, entrou na Ouvidoria da Universidade e, como em reclamações sobre Racismo nada existia, teve que registrar em “outros”. Nenhuma medida foi tomada a respeito pela instituição, mas o reencontro com o autor da frase racista foi inevitável:

“[...] uma vez que a professora juntou as turmas e eu tive que fazer a prova na mesma sala que ele, e ele sentou na minha frente. Aquilo de ter que tá na mesma sala com uma criatura que pensa isso de mim. Bah! Me incomodou demais, assim. Aí ele saiu do curso, mas o meu colega, o Adriano, que até se formou comigo, ele montou um processo contra ele. No ano passado, ele descobriu o telefone do Adriano, ligou pra casa do Adriano, ameaçando o Adriano”.

Mas até que ponto isso era suportável? As sensações de não pertencimento destas estudantes ao grupo no qual não se identificavam geraram um descontentamento que, em algum momento durante esta trajetória acadêmica na UFRGS, causou desconforto e até mesmo a cogitação de uma possível desistência, conforme narrou Caroline:

“No terceiro semestre comecei a ter crises de ansiedade antes de vir pra cá. Era mais jovem, solteira, fazia festa e estava sempre feliz. Eu ia pra casa de uma amiga. Chegava às 17h30 (horário próximo da aula), começava a ficar triste e acabava minha alegria, ficava mal e passava as tardes na casa de uma amiga para a mãe não perceber que não ia à aula na hora certa, e às vezes começava a chorar”.

As situações narradas pelas entrevistadas como “Não me senti representada”, “Me senti deslocada”, “É sempre nós sozinhos”, “porque me machucava de uma maneira muito forte” impulsionaram estas estudantes negras a se integrarem aos coletivos raciais e aos colegas de mesma etnia para melhor se identificar. Ou seja, a sua associação ao grupo étnico que contribuirá para o entendimento do seu verdadeiro papel na sociedade e os fatores significativos que contribuíram para sua formação, segundo Barth (2000).

Algumas das entrevistadas não identificaram qualquer tipo de discriminação de raça e/ou de gênero, ou, simplesmente, tais discriminações foram arquivadas na pasta de esquecimento, visto que, segundo Candau (2012), as lembranças, quando dolorosas, são processadas de forma diferenciada pelo indivíduo. O esquecimento é o inimigo da memória e o alívio das lembranças, mas nem sempre o silêncio e a negação terão o significado de esquecimento. Quando manifestado através de ausência ou perda, o esquecimento pode ser duradouro, mas também benéfico, quando a sensação de perda ameniza o sofrimento.

A insegurança também foi considerada um dos principais motivos por que algumas destas estudantes sentiram-se inferiores com relação aos brancos ou não tenham sequer percebido qualquer tipo de discriminação. Esse foi o caso da depoente Cíntia, que, apesar de declarar não ter sofrido nenhum ato de preconceito de raça ou de gênero durante sua trajetória acadêmica, se omitiu durante as discussões sobre cotas na sala de aula. Pela sua atitude, temia por algum tipo de tratamento diferenciado com relação aos colegas, mesmo que não tenha optado por pertencer a este ou aquele grupo étnico. É o que nos leva a pensar as palavras do professor de Viviane, que definiu dessa forma, na sala de aula, para “separar os bons dos ruins”.

Ao assumir a autenticidade no movimento social, ou seja, seu pertencimento a um determinado grupo étnico, Priscila se fortaleceu, ao mesmo tempo em que aprendeu a reagir diante dessas situações. Assim, acabou aderindo aos movimentos sociais e participando de vários espaços de discussão, enquanto negra e mulher.

Essa interseccionalidade foi fruto de discussões que, segundo Strey et al. (2000), mostram preocupação quando o assunto é igualdade nas lutas das mulheres no movimento feminista. Ser mulher e negra ou ser negra e mulher são situações que não diferem na ordem que se apresentam, pois nascem e permanecem juntas. Segundo Crenshaw (2002), a discriminação racial e a discriminação de gênero operam juntas e limitam as chances de sucesso. Essa interseccionalidade deveria ser promovida através de debates específicos nas instituições com o objetivo de realizar um trabalho conjunto de combate a estas diferenças.

A capacidade das mulheres foi reconhecida pelas próprias estudantes, ao se identificarem como a primeira integrante familiar a ingressar na Universidade e diplomar-se, conforme os depoimentos de Viviane e Caroline, respectivamente:

“Vou ser a primeira pessoa, tanto mulher quanto homem, a me formar, a ter um diploma, na minha família. Poucos conseguiram terminar o Ensino Médio; eu fui a primeira a entrar numa Universidade e eu vou ser a primeira a me formar”.

“Eu fui a primeira da minha família nuclear a fazer uma faculdade, a entrar na Universidade”.

A estudante de Psicologia Caroline fez referência a uma ocasião em que foi confundida com uma funcionária de serviços gerais durante o estágio que realizava em um órgão público. Alguns estereótipos do perfil destas estudantes são considerados categóricos na construção das suas respectivas identidades. Nesse sentido, a memória individual construída pelas entrevistadas é considerada por Halbwachs (2006) como uma memória coletiva com variadas tendências e recordações.

Durante sua trajetória estudantil, as entrevistadas Caroline e Viviane tornaram-se mães. Esse fato contribuiu para suas permanências na universidade, bem como o reconhecimento deste desdobramento proveitoso, enquanto mulheres, neste caso, negras, estudantes e genitoras, assim como o benefício das políticas públicas no campo de domínio. É preciso unir esforços e eliminar as barreiras da discriminação racial e de gênero e focar na unificação dessas categorias, enquanto mulheres negras, e no reconhecimento das questões de interseccionalidade que elas enfrentam. Para Crenshaw (2002), as leis e as políticas nem sempre preveem ao mesmo tempo essa intersecção.

As narrativas das estudantes partiram da reapropriação do passado familiar, o que permitiu a elaboração de sua própria história, o que pode ser confrontado com a memória de outros membros da família. Porém, ressalta-se que o indivíduo constrói sua identidade pessoal, ao mesmo tempo, por uma totalização provisória do seu passado, realizando, portanto, uma aprendizagem da alteridade (CANDAU, 2016), conforme o depoimento de Caroline e sua busca de superação acadêmica: “[...] eu acho que, na vida profissional, vai ser uma ascensão gigantesca, porque a minha mãe tem Ensino Fundamental, meu pai até tentou fazer faculdade, mas não deu, por questões financeiras” e de acordo com Cintia, que, na construção de sua identidade, narrou: “Pessoalmente, eu digo que o que mudou muito para mim foi a minha visão, assim, de mundo. E, aí, pensando mais no foco da nossa conversa, até pela forma

como eu me colocava nas discussões sobre cotas, é totalmente diferente, hoje em dia”.

Dentro desse panorama, percebeu-se que estudos microsociológicos com abordagens empírico-individualistas buscam explicar os fenômenos e estruturas sociais através dos comportamentos individuais. Cabe descrever que esses microfundamentos das relações sociais, mesmo que limitados e individualistas, são bases de valorização da sociologia culturalista e foram utilizados por teóricos como Stuart Mill, Mead, Blumer e Goffman, segundo Verlindo (2004).

As colocações das depoentes reportam a um trabalho compartilhado em sociedade em que as diferenças, sejam elas sociais ou raciais, desenvolvem a diversidade em todas as esferas sociais. A aceitação dessa convivência no dia a dia corrobora tentativas de superar diferentes tipos de desigualdades. Este estudo proporciona essa reflexão, no qual cada indivíduo, através da sua trajetória, ofereceu e traçou uma autorrepresentação, cuja significação permite a construção de identidade e do entendimento da interseccionalidade dos temas etnicidade e gênero nas narrativas de memórias. Segue a segunda unidade de análise.

5.2.2 Unidade de análise: ações afirmativas

Quadro 3 – Unidade de análise: ações afirmativas

CINTIA	<p>“É muito nítido nos corredores da faculdade, a mudança. Dos primeiros semestres na faculdade, que eu senti muito, nas salas, nas turmas, de que eu era a única negra em muitas turmas.”</p> <p>“Ah, o papel em si não diz muita coisa, é a trajetória mesmo que te agrega alguma coisa para a vida pessoal. Bom, nos anos que eu passei dentro da Universidade, com certeza, já deve ter ajudado a formar a pessoa que eu sou pessoalmente e profissionalmente.”</p> <p>“Com certeza. Pessoalmente, eu digo que o que mudou muito para mim foi a minha visão, assim, de mundo. E, aí, pensando mais no foco da nossa conversa, até pela forma como eu me colocava nas discussões sobre cotas, é totalmente diferente, hoje em dia.”</p> <p>“Trouxe uma oportunidade. A oportunidade de buscar um lugar diferente no mercado de trabalho, de buscar um lugar diferente na vida.”</p> <p>“Aí eu deixava lá o pessoal discutindo, todo mundo concordando que as cotas eram para tirar as vagas das pessoas. Alguns professores evitavam essa discussão. Muitas vezes, esse assunto era desviado, para não ser falado nisso.”</p>
CAROLINE	<p>“Teve muitos momentos, assim, bons. E, sim, a minha identidade, hoje, é fruto do que eu vivi aqui, desse processo da graduação. Eu</p>

	<p>devo, sim, à UFRGS, pela minha identidade negra. Eu pretendo fazer concurso público e, por fora, ter uma clínica.”</p> <p>“Eu acho que sim, é um baita avanço, assim, pra população negra. A vila tá entrando na faculdade. Isso é mágico, é maravilhoso, e graças às cotas.”</p> <p>“Eu sofri horrores e a gente, que tá aqui para cuidar do sofrimento, pra ajudar a elaborar estratégias de enfrentamento de problemas, a gente nunca falou sobre racismo, em aula nenhuma.”</p> <p>“Uma psicanalista negra falando que se debruçou sobre a psique negra, sobre os processos que a gente passa, desde que a gente nasce, até, né? Todo o preconceito que a gente sofre. Bah, eu fiquei maravilhada com a obra dela e eu fiquei pensando: ‘Como que a gente não estudou isso a graduação inteira? E as pessoas vão continuar não estudando’.”</p>
ISADORA	<p>“Enquanto mulher e negra, se inserindo em um curso de Serviço Social, onde, em 2016/01, formou-se uma negra. E essa única negra era eu.”</p> <p>“Eu acho que a questão das cotas, se não existissem, talvez eu não estaria, hoje, falando aqui, porque é algo que pouco se discute e, realmente, as pessoas não têm a compreensão do que realmente é essa política de cotas. Onde, sim, faz com que não é merecimento, não, é um direito nosso, um direito conquistado. E, não, a gente não tira vaga de ninguém, pelo contrário: a gente ocupa nosso espaço, que já era pra tá sendo ocupado há muito tempo”.</p> <p>“A Universidade ainda não tá preparada pra receber suas diversidades, falando também enquanto Brasil. Durante a Universidade, pouco se falou da questão racial.”</p>
PRISCILA	<p>“Vi o quanto foi difícil, imagina no processo de implementação realmente, né? Então, eu tô aqui por isso, né? Porque, a partir de eu ver que tinha ações afirmativas aqui dentro que eu vi que: ‘Ai, é possível de eu tá lá’. E me abriu as possibilidades. Isso que é importante, não que isso seja ‘o caminho’ certo, mas me deu mais uma possibilidade de escolha de vida, de profissional, enfim. Então, foi essencial, acredito, pra mim tá aqui. E se não tivesse, acho que seria muito difícil, por exemplo, durante o curso, eu via estudantes negros aqui, né, tipo, de começar a ver esse aumento gradual, ano a ano.”</p> <p>“Quando terminou a bolsa do Conexões, eu fiquei muito triste, porque era o único espaço onde eu debatia a questão racial.”</p> <p>“Se tu puder passar todo o teu curso de História sem saber de História da África, tu pode. Tu vai pra rede, depois, dar aula, sem saber nada de África.”</p>
VIVIANE	<p>“Hoje, depois de quatro anos de Universidade, eu me sinto muito mais acolhida, assim. Eu vejo muito mais mulheres negras, eu vejo muito mais mulheres no meu curso e eu vejo muito mais mulheres negras. Então, isso faz uma certa diferença. E, hoje, todas elas têm esse empoderamento, né? Então, hoje em dia, é muito mais reconfortante estar na Universidade, do que quando na época que eu entrei porque, hoje, eu me sinto muito mais capaz e eu me sinto muito mais segura do que há tempos atrás.”</p> <p>“Então, as cotas mudaram totalmente essa visão que a gente tem de</p>

	<p>Universidade. Porque, apesar de ser uma Universidade Federal, que é uma Universidade pública, tu não vê a pessoa pobre aqui dentro. Tu vê o outro lado, tu vê a burguesia, tu vê o pessoal com dinheiro. Tu vê alunos que, realmente, teriam condições de pagar por uma Universidade privada, não são alunos que não têm condições. Então, as cotas ajudam muito. As cotas mudaram totalmente essa visão que a gente tem de Universidade.”</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaborado pela autora (2017).

Os defensores das cotas nas universidades públicas, ou seja, os movimentos sociais de combate às desigualdades, como Movimento Reparações Já, ONG Educafro, e algumas instituições em que as cotas foram adotadas, assim como as pesquisas veiculadas pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB), pela Universidade de Brasília (UNB) e pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), comprovam que as cotas não promovem qualquer rebaixamento acadêmico e consideram essa política importante, pois é nesse nível de ensino que se promove a mobilidade social. O fato é que o ingresso de mais negros em boas universidades, segundo Fonseca (2009), tem produzido ótimos profissionais para o mercado de trabalho.

A partir da análise das entrevistas selecionadas na categoria “ações afirmativas”, foi possível problematizar de que forma tais políticas permitiram, em conjunto com outras variáveis, que as estudantes negras pudessem ser vistas como profissionais qualificadas, tanto quanto as mulheres brancas no mercado de trabalho. A assistente social Isadora, por exemplo, está atualmente desenvolvendo suas atividades na área de formação, mesmo que existam surpresas nos relacionamentos vinculados à sua ocupação profissional. Conforme sua narrativa:

“Talvez elas não esperariam que fosse uma mulher. Não uma mulher, que normalmente, prioritariamente, assistentes sociais somos mais mulheres, mas não uma mulher negra. Esperariam um outro perfil de profissional que pudessem atender. Tanto é que eu sou a única negra do espaço que eu trabalho, enquanto profissional”.

A entrevistada reforça a questão da desigualdade racial, quando declarou avanços na questão de gênero, ponderando que a Universidade ainda não está preparada para receber suas diversidades em totalidade. Já algumas depoentes alegaram a inexperience de professores para lidar com assuntos sobre a política de cotas, evitando o debate em sala de aula.

Ocorre que nem todas as estudantes negras ingressaram pelo Programa de Ações Afirmativas. Ressalta-se a importância, todavia, da possibilidade da preparação de docentes para atuar com as diferenças ou, pelo menos, ter conhecimento do papel da CAF dentro da UFRGS e acompanhar a trajetória dos estudantes e das estudantes cotistas. Não se deseja aqui generalizar, mas os defensores das cotas universitárias argumentam que haveria maior diversidade, novas abordagens de temas sociais, ampliação dos programas didático-pedagógicos e dos projetos acadêmico-científicos se as instituições tivessem mais preparo em geral estrutural e funcional e conhecimento dos docentes (FONSECA, 2009).

A depoente Cíntia acompanhava as discussões durante as aulas, mas não se manifestava, principalmente quando alguns colegas diziam que cotas eram para tirar a vaga de outras pessoas. Para Caroline, a implementação das cotas nas universidades foi um avanço para a população negra, sendo considerada por ela como “um ato mágico e maravilhoso”. Por outro lado, conforme apresentou Fonseca (2009), os opositores acreditam que a adoção das cotas acarretará um rebaixamento cultural, tecnológico e educacional nas instituições de ensino e que esse rebaixamento provocaria divisões internas na Universidade.

Nesses termos, Caroline narrou sua preocupação na necessidade de criação de estratégias, lembrando que: “Eu sofri horrores e a gente, que tá aqui para cuidar do sofrimento, para ajudar a elaborar estratégias de enfrentamento de problemas, a gente nunca falou sobre racismo, em aula nenhuma”.

O corpo docente da UFRGS, tendo-se por base os depoimentos de algumas entrevistadas, se abstém nas discussões quanto ao Programa de Ações Afirmativas, mesmo aqueles potencialmente favoráveis às ações. Conforme a entrevistada Priscila: “[...] no meu curso, até então isso não foi tocado em nenhuma vez, apesar de ser o curso de História e de ter grande parte dos professores a favor das cotas e tal, eles nunca tinham tocado no assunto”.

Analiticamente, não se pretende generalizar nas discussões relacionadas ao tema de ações afirmativas com base apenas nas narrativas da amostra pesquisada. Contudo, convém lembrar que, mesmo não sendo tratado nos diferentes lugares da Universidade, o assunto demonstrou uma ruptura da antiga ordem social. Explicar deficiências internas institucionais refletidas nas narrativas, que culpavam ora professores, ora funcionários ou técnico-administrativos, não demonstra a totalidade do programa. Os saberes e os olhares que se constituem no momento da entrevista

carregam consigo uma realidade cultural, que condiciona no momento do discurso o próprio entrevistado.

Por outro lado, o incentivo ao programa também foi diretamente valorizado na fala dos professores quando Caroline se refere à sicanalista Neusa Santos de Souza:

“Eu botei ela no meu trabalho e, aí, a professora veio e me perguntou sobre ela. E, aí, eu disse: ‘Ah...’. Daí expliquei quem era ela: ‘Quem sabe a gente faz um grupo de estudos?’.”

Questiona-se: como a CAF poderia mudar a trajetória acadêmica destas estudantes cotistas? Como vem sendo feito o envolvimento dos movimentos sociais junto com a Universidade? Assim, Caroline, ao referir o movimento Negração, comentou:

“Eu penso que essa negação que eu tinha de frequentar o grupo era essa fuga, esse medo de falar sobre preconceito, sobre falar as coisas que eu tinha vivido já de, realmente, bater no peito e dizer: ‘Eu sou negra!’. Porque eu tinha medo de fazer isso aqui. [...] Daí, teve a primeira atividade que bombou, assim, do coletivo Negração, que foi o Sambarau, que era um sarau de poesia negra junto com o samba. Primeiro o sarau, depois o samba e uma feijoada. Daí eu vi aquele monte de preto se assumindo, assim, e eu: ‘Nossa!’. Daí eu achei muito legal”.

Outras participações de projetos ligados diretamente a questões raciais durante a trajetória universitária como cotistas foram narradas. Como, por exemplo, a depoente Priscila, ao participar da reunião sobre a renovação das cotas na UFRGS, em 2008:

“A partir dessa reunião, na primeira reunião do fórum daquele ano de 2011, no DCE [Diretório Central dos Estudantes da UFRGS], lotou. E, aí, foi a primeira vez, vamos dizer, que eu tive contato com o movimento negro, vieram as representações da MNU, UNEGRO [...] veio o Mattos, veio uma galera, assim, do movimento negro. E a partir dali que eu comecei a ter contato com o movimento negro”.

Conforme Santos e Lobato (2003), o Estatuto da Igualdade Racial vem adotando como diretrizes político-jurídicas a reparação, a compensação e a inclusão de vítimas da desigualdade e a valorização da diversidade racial. Assim, destina-se

a defender os que sofrem preconceito ou discriminação em função da sua raça, etnia ou cor.

Ao tomar conhecimento da trajetória de cada estudante, foi detectada a semelhança de origem de cada uma delas, que percorreram caminhos diversificados e chegaram a um lugar de reconhecimento. Algumas empregaram a palavra “deslocamento” por não se sentirem pertencentes, mas buscaram se localizar institucionalmente, a partir de grupos sociais e dos movimentos contra as desigualdades raciais.

A partir das considerações e experiências vivenciadas pelas estudantes, como a reinterpretação do seu pertencimento ao grupo familiar, foi possível conhecer os obstáculos vencidos durante sua trajetória até a realização profissional. A origem destas estudantes não expressa divergências. Oriundas de famílias humildes, moradoras de bairros de classe média e baixa, sonhavam em realizar o sonho dos pais, ou seja, estudar.

Todas descreveram, em suas trajetórias, o incentivo pessoal na conclusão do ensino superior e o apoio que tiveram para suprir a sensação de “deslocamento”, citada por algumas. Para estas estudantes negras, a sensação foi suprida gradativamente na medida em que conviviam com outros estudantes de classe social diferenciada. A luta pelo seu espaço na sociedade, enquanto mulheres negras e agora com diploma, foi o maior desafio destas estudantes.

É bom lembrar que a educação é um processo socializador e permite que nos constituamos, enquanto seres sociais, em nosso estar no mundo. Uma das principais tarefas da educação, no contexto das sociedades, encontra-se no fato de fazer com que nossos interesses individuais sejam realizados por meio dos interesses sociais. Assim,

Ao mesmo tempo em que a educação é múltipla, ela envolve uma soma de conhecimentos diferentes que variam de indivíduo para indivíduo considerando o contexto social. Embora seja uma, pode existir, dentro dessa unidade, uma certa diversidade ou especialização de conhecimentos (ATISIANO, 2006, p. 33).

Essa dialética descrita pelo autor esteve presente neste relatório. Esta análise microsocial foi apenas um diagnóstico baseado em narrativas de cinco mulheres negras. Não se pretendeu generalizar os fenômenos aqui apresentados. A análise

admite que as limitações deste relatório oferecem traços característicos do sistema educativo proposto por uma política pública.

A ideia de criticar essas estratégias educativas foi não apenas refletir sobre as trajetórias particulares da amostra de pesquisa, mas avaliar também as discrepâncias que estão presentes na sociedade. Elas são resultado de um mercado mundial, de nossa sociedade dividida em classes e dos processos de cultura a que estamos atrelados.

Certamente, a raiz do problema não está na instituição abordada, nas políticas públicas, que estão sendo ampliadas, nas novas modalidades oferecidas, mas em um modelo muito maior, que não permite a igualdade a todos os membros sociais.

Assim sendo, este relatório acadêmico teve seu problema respondido, bem como os objetivos específicos foram delimitados no decorrer do relatório identificado. Com isso, a memória social do grupo amostral foi resignificada e, portanto, segundo Candau (2012; 2016), tornou-se memória corporificada.

6 CONCLUSÕES

A necessidade de reflexão sobre problemas étnico-raciais existentes no olhar da sociedade e a luta incessante dos movimentos sociais de combate às desigualdades tornaram-se motivos que me levaram a interagir com pessoas que sofrem preconceito de gênero e/ou raça. De igual modo, me levaram a atuar em relação a essa questão dentro dos sindicatos e nos ambientes acadêmicos de ensino superior, palco principal da implementação da conhecida Política de Cotas. As atividades desenvolvidas dentro do GT contribuíram com meu crescimento político e intelectual com relação às desigualdade sociais, às responsabilidades dos governos, nos três segmentos, e à atuação dos movimentos sociais e raciais, conhecidos como movimentos de combate à discriminação racial.

Os pequenos encontros de debates na área interna do sindicato foram tomando proporções maiores, conforme a ampliação dos integrantes e suas parcerias, realizando eventos locais e nacionais. Tais acontecimentos enriqueceram as discussões na UFRGS até sua adesão ao sistema de reserva de vagas para negras e negros, o que resultou na exposição “Negros que constroem a UFRGS”, em 2008, que circulou em algumas cidades brasileiras, além dos três campi da Universidade. Em 2014, o GT Mulher foi criado, fortalecendo a luta contra a desigualdade de gênero.

Foi através desses estudos que identifiquei a trajetória destas estudantes cotistas e as barreiras constituídas de discriminação de raça e de gênero no decorrer do curso. Desenvolvendo os objetivos específicos deste relatório, estudei o histórico da implantação das cotas, o ingresso e recepção das estudantes negras e o papel da CAF nessa trajetória.

No referencial teórico, foram abordados dois focos de extrema importância neste trabalho: Memória e o Programa de Ações Afirmativas. Em Memória, foi desenvolvida a construção da memória individual que nos remete à memória coletiva (HALBWACHS, 2006) e as questões de etnicidade e gênero, abordando o reconhecimento das diferenças étnicas, que ainda se manifestam pelo tom de pele, em que os negros são considerados inferiores em relação aos brancos. Atrelado a esses conceitos, o ambiente privado destinado às mulheres, limitando aos espaços familiares do passado, em conflito com a luta atual pela sua independência, foi relacionado com a interseccionalidade gênero versus raça, defendida por Crenshaw

(2002). Quanto à metodologia aplicada nesta pesquisa, ela foi adequada, pois o registro da história oral permitiu trabalhar separadamente as significações relacionadas às categorias analisadas. Novamente se reforça que a amostra pesquisada tornou-se um limitante nesta pesquisa, contudo, sendo um estudo qualitativo adequado para os objetivos propostos.

Ser mulher negra é uma dupla discriminação, a ser trabalhada não apenas nos espaços acadêmicos, mas na sociedade como um todo, mesmo que sejamos minoria. Cientes de que as cotas não se configuram uma solução dos males advindos das desigualdades no Brasil, sendo necessária a criação de políticas públicas direcionadas, o sistema de cotas é o início de um processo transformador para garantir o fator de socialização na educação.

Ao final deste relatório, obteve-se a memória social destas estudantes negras que contribuíram na construção de um repertório de discussões, com base nas lembranças do incentivo familiar, da vontade de vencer, da realização pessoal, que, para Diehl (2002), são características coletivas que assumem funções de identificação cultural e de reintegração, na capacidade de atingir seus objetivos e na maturidade com que conquistaram seus grupos, desenvolveram-se e tomaram consciência da explícita resistência à não aceitação da sociedade em geral. Convém lembrar que os conceitos de memória e identidade nas variáveis tempo, espaço e estrutura simbólica da cultura, conforme Diehl (2002), ofereceram condições de demonstrar, por meio dessas narrativas apresentadas, os fragmentos do passado que foram reconstituídos a partir da experiência presente e, portanto, se construíram na memória social deste grupo de mulheres negras aqui estudado.

A UFRGS, assim como outras universidades públicas, vem ampliando o quadro de negros e negras estudantes em curso ou com formação em áreas diversificadas. Entre as entrevistadas, tivemos uma psicóloga, uma assistente social, uma historiadora e duas administradoras e mestrandas em Educação. As cotas raciais proporcionaram esse avanço na vida destas mulheres, que sonharam além da sua humildade e acreditaram na sua capacidade de vencer.

Na tentativa de construir suas identidades e conviver em um grupo étnico com o qual não se identificavam, estas estudantes perceberam a densidade da sua trajetória e os percalços que poderiam impedir o atingimento dos seus objetivos. Considera-se importante retomar as críticas iniciais de que as ações afirmativas ainda se configuram como ações políticas e pontuais, apesar de o programa ser

considerado relevante no mundo socioacadêmico. Essa temática carece de projetos e pesquisas que ampliem este contexto social aqui estudado e inserido nas políticas públicas do país.

Hoje, meu relato de vida também faz parte dessa trajetória. Fui vítima da sociedade em acreditar que era diferente e incapaz. O tempo foi passando e percebi que deveria produzir conhecimento, para explicar aos meus sucessores como cheguei até aqui e ensiná-los a lidar com a discriminação e o preconceito que perduram há mais de trezentos anos no mundo inteiro. Desempregada e cansada de vivenciar situações constrangedoras, foi aos 19 anos que, em conjunto com meu noivo, também negro, encontrei no concurso público a forma de entrar no mercado de trabalho. Ele ingressou na Polícia Militar e, seis meses após, eu garanti a terceira vaga das cem disponibilizadas pela Superintendência de Recursos Humanos de Brasília (SRH), com sede em Porto Alegre. Minha trajetória não difere da trajetória das entrevistadas. Percebo que ser mulher e negra ainda permanece socialmente uma brecha a ser solucionada historicamente. O Programa de Ações Afirmativas começou esse rompimento e merece ser estudado em profundidade em várias áreas.

REFERÊNCIAS

- ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANO, S.; NAXARA, M. (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2004. p. 15-36.
- BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 02 mar. 2017.
- _____. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em: 08 nov. 2015.
- CAF – COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.
Apresentação. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/acoesafirmativas>>. Acesso em: 08 out. 2015.
- CAMPOS, W. de O. Expectativas em torno da Lei Afonso Arinos (1951): a “nova Abolição” ou “lei para americano ver”? **Revista Latino-americana de História – UNISINOS**, São Leopoldo, v. 4, n. 13, p. 257-278, ago. 2015.
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003. p. 48-57. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; n. 1. Não discriminação.)
- CHARÃO, C. O longo combate às desigualdades raciais. **Desafios do desenvolvimento – IPEA**, [s. l.], ano 8, n. 70, 2011, p. 22-31.
- COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. **Estudos feministas**, ano 10, 2002, p. 171-188.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Pesquisa de emprego e desemprego**: região metropolitana de Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/anualPOA.html>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

DIEHL, A. A. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002.

FONSECA, D. J. **Políticas públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve histórico do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sala de imprensa**. 2014. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades gênero e raça**: período 1995-2015. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>>. Acessos em: out./nov. 2015; mar. 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Metodologia de Trabalho Científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUVIZOTTO, C. K. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: UNESP; Cultura Acadêmica, 2009.

MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência e educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

PINHEIRO, L.; MADSEN, N. As mulheres negras no trabalho doméstico remunerado. **Desafios do desenvolvimento – IPEA**, [s. l.], ano 8, n. 70, 2011, p. 54.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REVISTA ESTUDOS AVANÇADOS. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil: entrevista de Kabengele Munanga. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, 2004, p. 51-56.

SANT'ANA, A. O. de. **História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados**: superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

SANTOS, D.J. da S. et al. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental press journal of orthodontics**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 121-124, maio/jun. 2010.

SANTOS, D. B.R. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANTOS, R. E. dos; LOBATO, F. (orgs.). **Ações afirmativas**: políticas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

STREY, Marlene Neves et al. (orgs.). **Construções e perspectivas em gênero**. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3. ed. São Paulo: Polis, 1982.

VERLINDO, J. A. S. **O imaginário social na sociologia brasileira contemporânea (1984-1993)**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezada participante:

Sou aluna do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle/Canoas e estou realizando uma pesquisa intitulada “MEMÓRIA SOCIAL: NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS SOBRE GÊNERO, ETNICIDADE E AÇÕES AFIRMATIVAS”.

O objetivo da entrevista é compreender a relação entre Memória Social e Preconceito Racial das estudantes autodeclaradas negras que ingressaram na UFRGS do sistema de cotas. O seu depoimento será gravado caso seja autorizado, sendo posteriormente transcrito para fins didáticos. Caso as informações prestadas durante a entrevista venham a compor uma publicação científica, asseguro que as informações pessoais serão mantidas em sigilo e apenas resultados globais serão divulgados. Sua participação envolve conceder uma entrevista qualitativa sobre esse assunto. A entrevista será realizada por mim com o tempo limite que desejar. Após este período, todo o material será inutilizado e descartado.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar, ou quiser desistir de continuar a qualquer momento, tem absoluta liberdade para isto, sem prejuízo algum.

O presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será emitido em duas vias: uma delas ficará com a participante da pesquisa, e outra a ser arquivada pela pesquCláudia.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas com a pesquCláudia através do número de telefone 51 8213.1326 ou endereço de e-mail naracosta1967@gmail.com.

Nara Francisca Silva da Costa
Mestranda e pesquisadora

Consinto, após a leitura do Termo de Consentimento, em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo.

Nome e assinatura da entrevistada

APÊNDICE B – Roteiro da Entrevista Narrativa

INTRODUÇÃO

A partir do ano de 2008, período em que a UFRGS se inseriu nas discussões sobre o Programa de Ações Afirmativas, houve diversas manifestações contrárias e a favor deste sistema de ingresso nas universidades, principalmente no quesito Cotas Raciais. Algumas universidades aderiram imediatamente ao sistema criando suas próprias regras, que vieram a ser generalizadas com a publicação da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, em que o Governo Federal contemplou 50% das vagas aos estudantes afrodescendentes a cursarem cursos superiores. Segundo a Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas da UFRGS, há uma diferença de apenas 2% das mulheres que ingressaram na UFRGS entre os anos de 2008 e 2014 com relação aos homens. Esta diferença seria o resultado da melhor aceitação de mulheres negras nas universidades? Como sujeita da intersecção de raça e gênero, relate sua trajetória acadêmica como mulher autodeclarada negra, com acesso à universidade pelo Programa de Ações Afirmativas, através das cotas raciais.

CONVITE À FALA

- Relate como foi sua recepção diante da comunidade acadêmica como aluna cotista.
- Como foi sua inserção e permanência como estudante de ingresso por esta modalidade?
- Em sua opinião, a partir da sua vivência, a política de cotas na UFRGS trouxe benefício para você?
- Em algum momento você foi vítima de algum ato de preconceito e discriminação de raça durante o período em curso?
- Em algum momento você foi vítima de algum ato de preconceito e discriminação de gênero durante o período em curso?
- Após a diplomação, você pretende dar continuidade aos estudos?
- Que valor este diploma acrescentaria na sua vida pessoal?
- Que valor este diploma acrescentaria na sua vida profissional?

1 DADOS PESSOAIS

Nome completo: _____

Idade: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Renda familiar aproximada: _____

Nº de pessoas que dependem da renda informada: _____

2 DADOS ACADÊMICOS

Curso:

() Diurno () Noturno

Ingresso _____/_____

Em andamento () Sim () Não

3 NARRATIVA

Este espaço é destinado especificamente à narrativa da entrevistada, que abordará exclusivamente sua trajetória como aluna cotista e poderá inserir algum episódio que julgue importante registrar.

Local e data

Assinatura

APÊNDICE C – Transcrição das entrevistas

ENTREVISTA Nº 1

Nome da entrevistada: Cíntia

Data de realização: 16 ago. 2016

Local da realização: residência da entrevistada (Porto Alegre/RS)

Entrevistada:

Bom, meu nome é Cíntia, tenho 24 anos, tô terminando agora o curso de Administração na UFRGS. Ingressei como cotista. Na verdade, acho que foi até no início, quando começaram o sistema de cotas na UFRGS, foi quando eu ingressei, logo em seguida.

E, bom, da minha trajetória, assim, de início, uma coisa que eu percebi, assim, dos primeiros semestres na faculdade, que eu senti muito, nas salas, nas turmas, de que eu era a única negra em muitas turmas. Na verdade, nos primeiros semestres, sempre, eu era a única negra na turma. A única. E aí, mais agora para o final do curso, até foi no penúltimo semestre, foi até uma coisa que eu comentei no Facebook, tava achando muita diferença, principalmente depois que aconteceu a mudança do percentual de cotistas, que era de 30% e tinha passado para 50%, a diferença que deu, principalmente.

Na verdade, no semestre que eu entrei, ainda era os 30% que tinha de reserva, ainda tinha muitas vagas que não eram preenchidas. Que aí não tinha pessoas que se inscreviam, não atingiam a média suficiente para poder ingressar. Então, tinham muitas vagas que eram reservadas e não eram preenchidas, coisa que eu acho que tá mudando. Eu até tenho acompanhado os resultados do vestibular, enfim, do aproveitamento das vagas, mas, com certeza, deve ter mudado muito, porque é muito nítido nos corredores da faculdade, a mudança.

Dentro da sala de aula, nas turmas, eu via, assim, um grupo de muitas pessoas negras. Coisa que não acontecia nos primeiros semestres. Pra mim foi uma diferença, assim, bem marcante. Bem marcante, mesmo. Que eu achei superpositiva, né?

E outra coisa que, assim, pra mim, é importante, é a discussão das cotas. Antes de eu ingressar, já existia, já se ouvia muito, assim, uma discussão das cotas, de muitas pessoas contra e muitas pessoas dizendo que as cotas eram para tirar vaga das pessoas. E, aí, dentro da faculdade, quando eu entrei, eu lembro, no primeiro semestre, uma das primeiras disciplinas que eu fiz, Produção de Texto, eu lembro que a professora provocou – era uma professora muito boa, até – várias discussões de temas, os mais variados possíveis. Mas, geralmente, assim, temas polêmicos, mesmo.

E aí ela começou a falar sobre o tema de cotas. Só que as discussões eu achava, assim, muito absurdas! E eram, sempre, focando muito no “Ai, não, eu não concordo com as cotas, as cotas é pra tirar a vaga das pessoas”, “Que eu mesmo não entrei no vestibular passado, que eu mesmo tive a média maior que outras pessoas e, mesmo assim, não consegui entrar na faculdade”...

Eu vou te falar que, no começo, eu tentava participar das discussões, só que eu era, ainda nas discussões, eu era minoria! Então eu começava a falar assim: “Não, mas eu não concordo, na verdade...”. Porque, na verdade, as cotas é uma forma de dar oportunidade para as pessoas, porque eu acho que, sim, principalmente, num mercado de trabalho, a gente entra em desvantagem. Porque, se a gente tem o mesmo nível de escolaridade, as mesmas experiências, as mesmas competências, a gente ainda tá em desvantagem, por causa da cor. E isso, para mim, ainda é muito nítido, assim, no mercado de trabalho.

Eu tenho certeza que já ouvi “nãos” em entrevistas por questão de cor. E por questão de gênero, também, em algumas situações. Então, para mim, as cotas dão uma oportunidade de ingressar num ensino superior e de lutar para conquistar uma vaga boa no mercado de trabalho. Enfim, de conquistar teu espaço; tu tem oportunidade disso. E aí, na verdade, esse sempre foi o meu discurso e, lá, as pessoas não concordavam.

E, aí, eu vou te falar, no começo, nesses primeiros semestres, eu desistia de falar, nessas discussões. Muitas vezes, eu desistia de falar. Aí eu deixava lá o pessoal discutindo, todo mundo concordando que as cotas eram para tirar as vagas das pessoas. Que só deveria existir as cotas para colégio público, que isso, sim, era entendida... Mas, para autodeclarado negro, não. Que isso não deveria existir. Aí falavam muito que “[...] ai, qual é a diferença, então? As pessoas têm a mesma capacidade, é só estudar” [risos da entrevistada].

Bah, eu ficava louca! Mas, muitas vezes, eu não levava adiante, porque eu me sentia a minoria na discussão e sentia que não ia mudar muita coisa eu continuar falando. E, aí, depois de algum tempo, eu comecei a sentir que esse assunto, para alguns professores, era evitado.

Muitos professores – por algum aluno ou por algum motivo, surgia ou começava a ir para esse lado, começava a ir para essa discussão –, alguns professores evitavam essa discussão. Porque sabiam que era muito polêmico. E eu acho que era muito ruim assim, né? Imagina, as pessoas tentando discutir um assunto importante, principalmente que é a discussão na faculdade, é muito importante. É um momento que tu consegue mudar, mudar a tua visão de alguma coisa, ou aprender com o que o outro colega tá falando. Eu acho que tu consegue aprender, mesmo. Mas, muitas vezes, esse assunto era desviado, para não ser falado nisso. Algumas vezes eu já ouvi de professores, também, falando muito mal das cotas.

Já ouvi bastante [A gravação é interrompida. Quando retomada, a entrevistada faz uma recapitulação verbal do que tinha dito no segmento anterior, com a finalidade de retomar o sentido da conversa]. Mas, aí, para mim, impactou bastante. Eu vi, assim, nos últimos semestres, que, nossa, é muito nítido, de tu andar nos corredores e ver muito mais negros circulando. Não sei se são muito mais cotistas, não sei. Possivelmente. Eu acredito que sim. Mas tem muito mais negros nos corredores, isso, sim. Pelo menos na [Escola de] Administração. Mas ainda é engraçado [risos da entrevistada], que ficam os grupos, assim, nas turmas. Ficam os grupos bem separados. Mas isso eu acho que tem certas coisas que é com o tempo, sabe? Mas, enfim, foi uma das coisas que me marcaram assim, mais.

Entrevistadora:

E, em algum momento, flor, tu sofreu algum tipo de discriminação por ser mulher ou por ser negra? Diante de uma turma, diante de alguma atividade acadêmica?

Entrevistada

Dentro da universidade, não. Acho que não. Não, não me lembro de ter tido nenhuma. Eu me lembro de uma professora, eu até não sei se tu conhece ela, ela até foi candidata a deputada, [nome da pessoa], ela me marcou muito. Porque ela – mas eu sei que ela fazia parte, também, do projeto das cotas, não sei muito bem, mas era alguma coisa; se não me engano, era o projeto das cotas na UFRGS – achava muito engraçado porque, nessa turma dela, eu acho que era bem no terceiro semestre [A gravação é interrompida. Quando retomada, a entrevistada faz uma recapitulação verbal, com o auxílio da entrevistadora, do que tinha dito no segmento anterior, com a finalidade de retomar o sentido da conversa].

Eu me lembro que, se não me engano a aula com ela foi lá no terceiro ou quarto semestre da faculdade, e ela [a professora mencionada acima] envolvida nesses projetos, enfim. E nessa disciplina, eu me lembro que tinha eu e mais uma outra guria negra. Eram as duas. E aquela coisa dos primeiros semestres. E era impressionante, que todos os exercícios, todas as questões, todas as perguntas ela fazia era sempre para mim ou para a outra guria. Eu acho que ela meio que queria puxar mais a gente, sabe? E ela, o tempo inteiro, também fazia “entendeu, flor?”. O meu nome foi o primeiro que ela decorou [risos da entrevistada]. Na hora de mandar resolver alguma coisa, ou de perguntar “Ah, quem vai...”, era sempre o meu nome, sempre o meu nome ou dessa outra guria. Sempre, sempre, sempre, sempre!

Mas, também, eu não sentia como uma forma preconceituosa. Na verdade, eu sentia que ela queria, mesmo, era dar uma puxada assim, mesmo. Mas é isto.

Entrevistadora:

Mas tu já te formaste?

Entrevistada:

Isso, terminei esse semestre. Eu me formo semana que vem [risos da entrevistada].

Entrevistadora:

E tu pretende dar continuidade aos teus estudos?

Entrevistada:

Na verdade, eu ainda tô pensando, tô avaliando ainda algumas coisas. Pensei em uma pós-graduação, mas ainda não sei muito bem o que vai ser daqui para frente.

Entrevistadora:

E esse teu diploma, essa tua diplomação, ela vai acrescentar na tua vida pessoal? Na tua vida profissional?

Entrevistada:

Na minha vida pessoal... Ah, o papel em si não diz muita coisa, é a trajetória mesmo que te agrega alguma coisa para a vida pessoal. Bom, nos anos que eu passei dentro da universidade, com certeza, já deve ter ajudado a formar a pessoa que eu sou, pessoalmente e profissionalmente. Com certeza. Pessoalmente, eu digo que o que mudou muito para mim foi a minha visão, assim, de mundo. E, aí, pensando mais no foco da nossa conversa, até pela forma como eu me colocava nas discussões sobre cotas, é totalmente diferente, hoje em dia.

Nos primeiros semestres, era aquela coisa de eu me sentir a minoria e eu tentava falar as coisas, via que eu era a minoria nas discussões, também, e deixava por isso mesmo. Hoje já não é bem assim [risos da entrevistada]; é o tipo de conversa que eu quero, sim, eu quero colocar a minha opinião. E isso eu acho que foi uma coisa que eu desenvolvi dentro da Universidade mesmo, assim, sabe? Não de tentar impor, mas a coisa de tentar se colocar mais, assim, sabe? De se posicionar mais, naquelas coisas que eu acredito, na minha opinião, e coisas que precisam ser mudadas. Tem certas opiniões que precisam ser ouvidas, mas tem algumas coisas que precisam ser mudadas. E, aí, eu acho que é uma parte da discussão, normalmente, precisa ser mudada, com certeza. E, profissionalmente,

muda muito, assim, sabe? Porque eu imagino que, eu imagino não, eu tenho certeza que, sem esse diploma – e o pedaço de papel faz diferença no mercado de trabalho –, o pedaço de papel dizendo que eu sou bacharel em Administração e formada pela UFRGS é uma coisa que, para certas pessoas, faz uma total diferença.

Eu já participei de alguns processos seletivos que eu tenho certeza que me chamaram só porque viram UFRGS escrito ali. E, aí, em algumas situações, eu sinto que teve, ainda, a parte do preconceito racial, porque estava escrito UFRGS, me chamaram para conversar, não sei o quê. E, a partir do momento que viram, me encontraram, “não, não é bem esse o perfil que a gente tá procurando”... Sem me fazer nenhuma pergunta relacionada ao trabalho, sem perguntar das minhas experiências, nada. Uma entrevista, assim, sem perguntas [risos da entrevistada].

Aí eu acho que tem essa diferença, assim. Mas eu acho que o pedaço de papel de diploma faz diferença no mercado de trabalho. Porque, para muitas empresas, tu é avaliado, é criado um perfil das pessoas que se formam, que “ai, ela deve ser competentíssima e isso, isso...” e “os ex-alunos da UFRGS são muito bons”. Não sei, eu acho que essa é a avaliação que as pessoas fazem. Agora, se tá certa ou errada, depende, né, eu acho.

Entrevistadora:

Só para sinalizar uma coisa que eu acho que ficou vaga para mim, a questão de gênero. Se alguma situação, como mulher, como mulher negra e mulher...

Entrevistada:

Dentro da Universidade, eu vou dizer que não. Dentro da Universidade, pelo fato de ser mulher, eu não sofri preconceito. Pelo menos da [Escola de] Administração não tem muito essa diferença. Talvez em alguns outros cursos. Tem cursos que têm mais mulheres, muito mais mulheres do que homens, como a Pedagogia. Tem cursos, como alguns de Engenharia, que têm muito mais homens que mulher. Talvez nesses deve ser um pouco mais complicado. Mas, na Administração, eu acho que é bem dividido. Então, eu dentro da Universidade, eu não senti preconceito em nenhum momento.

Entrevistadora:

E finalizando [trecho incompreensível], a política de cotas da Universidade, ela trouxe benefícios para ti?

Entrevistada:

Sim, com certeza. Trouxe uma oportunidade. A oportunidade de buscar um lugar diferente no mercado de trabalho, de buscar um lugar diferente na vida. Com certeza, a palavra-chave, para mim, é “oportunidade”, que fez a diferença.

ENTREVISTA Nº 2

Nome da entrevistada: Caroline

Data de realização: 23 ago. 2016

Local da realização: Sala 203 do prédio da Faculdade de Psicologia da UFRGS (Porto Alegre/RS)

Entrevistada:

Então, eu sou a Caroline, eu tenho 26 anos. Eu sou mulher, sou negra, sou mãe – eu acho bem importante, assim, falar que eu sou mãe – e eu fui mãe na Universidade. Eu entrei em 2009, né, um ano depois das cotas. E sou cotista, também, na identificação.

Então, eu entrei em 2009, depois de eu fazer uns cinco meses de cursinho pré-vestibular popular. Tentei o cursinho antes, mas não consegui, porque era um cursinho que tinha que ter baixa renda, é o cursinho “Alternativa Cidadã”, então tu tem que ter baixa renda, tem que ter renda, eles dão prioridade para maior faixa etária. E aí eu não me enquadrava, eu era ainda muito nova, né? E a renda dos meus pais ainda não estava tão baixa ainda, porque, hoje, a gente, né, aconteceram muitas coisas. Meu pai está desempregado, enfim...

E, aí, foi o meu primeiro vestibular que eu fiz assim: “Ah, vou tentar, para ver se vai dar certo”. Daí, fiz o cursinho, me encaminhei assim, né? Mas não acreditava. Pensava que: “Tá, vou fazer para ver como é que é a prova e, depois, faço de novo”.

Para mim, era isso, um teste. Aí fiz e passei [risos da entrevistada]. E nem acreditava, enfim.

A minha família ficou muito feliz, porque eu fui a primeira da minha família nuclear a fazer uma faculdade, a entrar na Universidade. Eu tenho um dindo, que é o irmão do meu pai, que ele já é formado pela PUCRS, era a referência que tinha na família de alguém que fez faculdade. Mas não é uma pessoa muito próxima, então nunca falei sobre isso com ele. Eu tentei a faculdade mais por incentivo do meu pai, mas era tudo muito novo para mim.

Eu entrei na UFRGS e “O que é isso?!”. Porque eu não sabia nada, o que era faculdade... Eu fui descobrir o vestibular no ano que eu tentei o vestibular. Eu não sabia o que era vestibular. As coisas não se encaixavam, para mim: “O que é vestibular?”. Eu me lembro que eu não sabia o nome vestibular, faculdade, aí Mestrado, Doutorado, eu não sabia o que era isso. Não sabia qual era a ordem. Era uma coisa que, na minha escola, nunca falavam. Eu estudei, sempre, em colégio estadual e nunca nos prepararam para vestibular. Basicamente, eu estudei em colégio estadual do bairro onde eu moro, que eu moro na Vila Jardim e nunca falaram sobre o vestibular.

Daí, por uma série de coisas, eu tive que sair daquela escola que eu estudava, que era na minha zona de conforto, e fui para uma escola que era um pouco melhor, que era uma escola de Ensino Médio. Isso foi no segundo ano do Ensino Médio. E, aí, lá, eles falavam em vestibular e eu comecei a ligar no nome mas pensava: “Não era para mim”. Mas, aí, tinha um professor que direcionava as pessoas para o vestibular, era um professor de redação. Eu sempre lembro dele, porque ele falava: “Ah, porque no vestibular...”. Daí eu pensava: “Ai, vou aprender aqui para passar de ano”. Porque vestibular, tá louco, eu pensava que eu ia fazer um curso técnico e tal. Tanto que eu fiz um curso técnico de Administração, no Ensino Médio, no SENAI, e, ah, detestei o curso, achei horrível [risos da entrevistada e da entrevistadora]. Mas fiz até o final, até porque o meu pai era funcionário do SENAI. Mas, aí, vi que não era minha área.

Então, na escolha do vestibular – eu sou estudante de Psicologia, eu não falei na identificação –, no dia de me matricular, mesmo, para o vestibular, de me inscrever, eu estava, até aquele dia, pensando em Direito: “Eu vou fazer Direito, eu vou fazer Direito...”. Até porque, era uma vontade da minha mãe, né? Minha mãe: “Ai, imagina que bonito, né, fazer Direito”. E aí, ah, eu vou fazer Direito... Daí,

cheguei no dia de marcar, olhei aquelas opções e eu tinha uma coisinha com a Psicologia, porque eu tinha prima que é psicóloga, é uma prima distante, mas, assim, eu acho ela linda, eu acho ela maravilhosa [risos curtos da entrevistadora]: “Mas eu acho tão legal a profissão da Deise... E aí – quer saber? – vou botar Psicologia, e Direito como segunda opção”. E botei, né, e estou aqui. Me identifiquei e supercurti o curso, assim.

Mas, então, quando eu entrei na UFRGS, eu entrei no segundo semestre, porque eu sou aluna da primeira turma noturna de Psicologia, então a gente começava no segundo semestre. Eu fiquei meio ano esperando para entrar, na expectativa: “Ai, o que que é, como é que vai ser?”. E, quando eu estava fazendo o cursinho pré-vestibular, eu conheci um menino negro, que é o meu melhor amigo, até hoje, o Alisson. E ele passou comigo, nós passamos juntos para Psicologia. Então, a gente fez o cursinho pré-vestibular juntos e entramos, juntos, na mesma turma. Foi bem legal, assim, né? Foi aquela força que eu precisava, porque eu me senti em choque, quando entrei aqui, foi uma coisa...

Eu me lembro que eu olhava para todos os lados: “Ai, meu Deus, não tem nenhum lugar para mim, aqui nesse lugar”. Era bem difícil, no início. E esse meu colega negro foi fundamental para a minha permanência na Universidade, porque foi bem difícil.

Eu fiz o primeiro semestre, tranquilo. Aí, no segundo semestre, eu já estava pensando: “Ai, não é isso...”, porque eu me lembro que os assuntos falados em sala de aula, que todo mundo conhecia, eu não conhecia. Coisas que eu pensava: “Meu Deus, eu sou um alienígena, eu sou muito burra, nunca tive nada disso na minha escola, como é que eu vou me encaixar, me enquadrar? Eu não sei inglês, eles faziam piadinhas, coisinhas em inglês... Meu Deus, o que eles estão falando?”. E esse meu amigo, ele também é de classe média baixa, só que ele conseguia se enquadrar mais, porque ele tinha um gosto diferente, assim. Ele não era como o pessoal de onde ele morava, ele era um pouco diferente. Ele estudou em colégio particular, por um tempo, ele teve uma base mais forte de ensino. E eu não sei, também, se isso era uma coisa que eu pensava sobre ele, porque, hoje, eu vejo que, talvez, nem tenha sido isso. Mas, até o gosto musical, eu pensava: “Meu Deus, não tem ninguém que goste das mesmas coisas que eu?”. E eu me lembro que ele gostava de coisas que eram mais compatíveis com o que o pessoal gostava. E eu

pensava: “O que eu gosto é coisa de marginal, para eles... Eu gosto de funk, eu gosto de pagode, eu gosto de samba, como é que eu vou falar isso, aqui?!”.

E eu me lembro que, na primeira semana, tinha aquela rodinha de apresentação. Num trote, perguntavam: “Ai, que tipo de música?”, e, aí, eu fiquei morrendo de vergonha de falar. Só que eu só falei que eu gostava de pagode, porque uma colega branca falou antes de mim e eu: “Bah, vou falar, então”. Daí falei. Só que eu sempre fugia do falar, até hoje eu fujo um pouco. Daí, na minha apresentação, em todas as apresentações, assim, da Universidade, eu fui muito breve, só o que me perguntavam e ponto. E esse dia foi bem marcante, porque eu me lembro que essa colega falou: “Ai, eu gosto de um pagodinho, me julguem”, alguma coisa tipo isso, daí todo mundo deu risada e tal e eu: “Ai, é meu sinal verde, que, né, não sou a única, pelo menos [risos da entrevistada]”. Eu sempre lembro disso.

No terceiro semestre, eu até pensei em desistir. Pensei muito em desistir. No terceiro semestre, eu estava de um jeito, que eu pensava que eu via os meus colegas – tinha mais um negro, o meu amigo, o Alisson –, mais um outro colega, que era um colega que já tinha uma graduação, ele já era formado em História e ele pertencia mais ao grupo dos outros colegas, dos maiores.

A gente vê que rolava aquela identificação do cumprimento, do sentar perto – eu acho que tem em toda turma, né? –, de sentar todos juntos. Mas, ao mesmo tempo, eu via que era muito fácil estar no outro grupo, enquanto, para mim, era muito difícil, porque eu me sentia sem identificação nenhuma, não sabia falar com os outros colegas. Eu me sentia muito mal perto dos outros.

E tinha uma colega que também tinha os mesmos gostos musicais parecidos com o da turma, que também era negra, mas que a gente não conseguiu se encaixar no primeiro momento. Então, até o terceiro semestre foi bem difícil e, aí, no terceiro semestre, eu comecei a ter umas crises de ansiedade antes de vir para cá. Eu ia para a casa da minha amiga. Eu me lembro que eu estava bem... Eu era mais jovem, eu estava solteira, eu saía, fazia festa e eu estava superfeliz. Aí chegava 17h30 – as aulas do noturno começam às 18h30 – e eu começava a ficar triste, acabava a minha alegria, eu começava a ficar mal, aí eu já tinha vontade de ir no banheiro, já tinha vários sintomas para não vir para cá. Era bem difícil, e, daí, eu passava as tardes na casa de uma amiga minha e, chegava aquela hora, às vezes eu começava a chorar...

Bah, foi muito difícil! Então, como eu sempre estava na casa da minha amiga, eu ia para a casa da minha amiga para a minha mãe não perceber que eu não ia na aula na hora certa. Porque, às vezes, eu até vinha, mas eu boicotava um pouco, vinha uma, duas horas mais tarde para cá, sabe? E vinha para cá e não conseguia prestar atenção na aula, ficava pensando: “Meu Deus, o que eu estou fazendo aqui?”. A cada fala de um colega, eu me sentia muito mal. Então, eu comecei a verbalizar. Falei para a minha mãe que não era para mim, que não era o meu curso, eu achava que a Psicologia não era para mim, que, de repente, talvez, era um pessoal mais elitizado que gostava desse curso. E comecei a dizer que não ia vim mais.

Mas meus amigos começaram a interferir, lá de onde eu moro mesmo: “Não, tu tem que ir, tu conseguiu, olha que vitória, não deixa de ir. Ou, então, vai até, pelo menos, fazer outro vestibular ou outra coisa, continua indo, segue indo”. E foi bem difícil, e a força que eles me davam ali não me adiantava muito. Eles falavam, falavam, eu me conscientizava de que, sim, era uma coisa difícil, que eu estava conseguindo, que eu ia trabalhar, mas, ao mesmo tempo, eu não tinha vontade. Então, o Alisson, esse meu colega (também negro), um dia foi lá em casa. Ele chegou, sentou na minha frente – eu me lembro perfeitamente desse dia, assim –, daí ele olhou para mim e disse: “Tu acha que é só tu que sofre? Tu acha que é só pra ti que é difícil ir pra lá? Tu acha que, pros outros, é uma maravilha?”. Ele falou. “Não. Agora, como é que tu acha que eu me sinto, sem a tua presença lá? Para mim, já é difícil contigo e, agora, eu tô sozinho. Tu vai me deixar lá sozinho?”. E, aí, eu morri chorando [risos da entrevistada e da entrevistadora]. Eu chorei, chorei e ele: “Carol, eu me faço de forte, mas não, para mim é tão difícil quanto para ti. Só que tu não pode deixar eles ganharem, é isso que eles querem, nos invisibilizar o tempo todo, fazer com que a gente sinta que aquilo não é para nós, mas a gente tem que tá lá, tu tem que tá ocupando esses espaços. Abriram as portas, então, vamos lá, vamos permanecer. É difícil, é, mas vamos lá, a gente vai conseguir”.

Foi bom, porque eu pensei: “Mas não sou somente eu”. Eu pensava que era só eu, que eu não gostava. Só que ele conseguia lidar de uma forma melhor, porque na infância dele ele já tinha vivido isso, ele já era o único negro nas turmas de colégio particular. Eu nunca tinha percebido um racismo tão forte e até neguei, por muito tempo, que isso era racismo. Só que, até esse momento, eu não tinha tanta

consciência racial, eu pensava que era mais uma questão de diferença de classe econômica mesmo.

E eu continuei vindo. E me aproximei da outra colega negra, que era um pouco mais afastada e, aí, nas nossas conversas, a gente percebeu que ela também tinha isso. Tanto que ela tentou desistir no quarto semestre e, aí, quem puxou ela fui eu. Então a gente fez todo um resgate, uma cordinha, que foi puxando. O Alisson me puxou, eu puxei ela e, aí, a gente ficou junto. Nós três fechamos. Por causa dos perrengues, nós atrasamos algumas disciplinas, no fim, todo mundo atrasou e deu certo, porque a gente ficou junto depois. Todo mundo, de novo [risos da entrevistada]; todo mundo, digo, nós três. Foi essencial a presença dos dois para eu estar aqui até hoje.

E, aí, veio a minha gravidez, de uma relação inter-racial, de um cara que eu namorava há uns seis anos, algo antigo. Então, fui mãe em 2012, mas eu não parei em nenhum momento, depois da gravidez, eu não precisei interromper. Eu ganhei o Henrique em novembro, dia 6 de novembro, daí era a época que tinham as últimas provas, os últimos trabalhos, então os professores foram bem queridos comigo e falaram: “Não, quando tu puder, volta e tu faz as provas que faltarem”. Mas foi bem tranquilo. Eu me lembro que eu estava fazendo a cadeira de Farmacologia, um professor muito querido, que ele falou para mim: “Não, vem; se precisar, eu cuido do teu bebê”, foi bem legal. Aí a minha ex-sogra ficou no pátio com o meu filho e foi bem tranquilo.

A maternidade não dificultou no sentido de: “Ai, engravidei e vou ter que parar, porque tive que ganhar”. Não, foi tranquilo e segui. Mas tranquilo até aí. Porque, para acompanhar a turma depois, foi difícil, pros trabalhos, pras provas, eu não tinha mais tanto tempo. Até hoje, é muito difícil eu conseguir enquanto o meu filho está em casa, porque ele quer a minha atenção o tempo todo. Ele tem três anos, então ele quer... O tempo todo ele tá brincando, me mostrando as coisas que ele faz. Mas eu acho que eu tô conseguindo levar, assim. Até esse meu atraso maior, porque, de qualquer forma, eu iria demorar. Essa parada no terceiro semestre, ela foi bem forte, porque algumas disciplinas eu não consegui recuperar, voltei, mas não deu. Cada disciplina que tu perde numa turma do segundo semestre não são seis meses pra ti fazer, é um ano. Então, eu atrasei um ano.

Eu me formaria em sete anos, de qualquer forma, não foi por causa do Henrique, foi porque eu pensei em desistir. Mas eu não me formei em sete anos,

que seria agora, porque eu estava no semestre passado com o TCC, com uma pesquisa, uma bolsa voluntária numa pesquisa de racismo, de relações de poder, o estágio obrigatório, que era meu estágio com ênfase em processos clínicos (não remunerado), mas eram vinte horas semanais, então eu estava com muita coisa. Aí eu dei uma surtada: “Não, não vai dar, vamos deixar o Trabalho de Conclusão para fazer depois”. Até porque a minha orientadora falou: “Carol, eu acho que a gente pode fazer um trabalho bem bacana, só que assim: se tu quer seguir tua vida acadêmica, tu tem que te dedicar, tu tem que fazer um trabalho muito bom, porque, com o teu tema, eu acho que a gente consegue puxar um Mestrado bem legal. Mas, assim, tu tem que ter dedicação total. Eu, como mãe – ela também é mãe –, eu te aconselho a deixar para o próximo semestre. Não vai fazer tanta diferença depois; tu não vai perder trabalhos, tu vai conseguir. Tu vai conseguir fazer as provas para a residência, se quiser. Então, não vai interferir tanto”. Então eu pensei, pensei e, sim, deixei. Aí vai ser nesse semestre que vai desandar o TCC.

E a minha consciência racial surgiu aos pouquinhos. Claro, sempre soube que sou negra, mas nunca tinha sofrido, ou nunca tinha me deixado abater, com coisas que eu pensava. Eu sempre fui de pensar assim: “Ai, não é racismo...”. Sempre deixei para lá ou não quis pensar, porque me machuca muito, sabe? E, aí, o Alisson, esse meu colega, e outros estudantes negros, eles fundaram um coletivo – não sei se tu já ouviu falar, o coletivo Negração?

Entrevistadora:

Já ouvi falar.

Entrevistada:

Eu me lembro que o Alisson falava para mim: “Bah, a gente tá fazendo uma coisa nova, uma coisa bem legal, só de preto”. E eu pensava: “Ai, pra quê? Ai, nada a ver”. Pensava, tipo: “Ai, é legal...”. Hoje, eu penso que essa negação que eu tinha de frequentar o grupo era essa fuga, esse medo de falar sobre preconceito, sobre falar as coisas que eu tinha vivido já de, realmente, bater no peito e dizer: “Eu sou negra”. Porque eu tinha medo de fazer isso aqui. Imagina, com um monte de branco

e eu batendo no peito: “Eu sou negra”. E eu sei que esse medo era muito forte, porque não me deixava participar de nada, nas atividades.

Daí, teve a primeira atividade que bombou, assim, do coletivo Negração, que foi o Sambarau, que era um sarau de poesia negra junto com o samba. Primeiro o sarau, depois o samba e uma feijoada. Daí eu vi aquele monte de preto se assumindo, assim, e eu: “Nossa!”. Daí eu achei muito legal. Eu estava com o Henrique bem pequenininho, no colo, assim olhando. E eu achei muito legal, eu pensei: “Bah, meu filho tem que participar disso, eu tenho que trazer ele para esse meio”. Até porque ele foi muito bem acolhido por todo mundo, as gurias pegavam, levavam ele para lá e para cá, tiravam foto. E eu gostei muito, achei, assim, mágico. Daí eu falei para o Alisson: “Vou começar a falar nas reuniões, eu quero participar; não quero muito compromisso, porque eu tenho o meu filho”. Porque as reuniões do coletivo são nos sábados. Mas eu falava: “Bom, o que tiver de atividades, de palestras, pode me chamar”.

Então eu comecei a participar. E sempre estive nos seminários que eles organizavam, coisas bem legais, assim. E foi despertando isso de: “Sim, eu sou negra e eu tenho que falar sobre isso”. Aí, eu comecei a me lembrar de coisas que foram realmente racismo e por que eu não pensava sobre aquilo. Porque me machucava de uma maneira muito forte. Eu lembro que a primeira vez, numa roda de conversa que eu falei, que as pessoas estavam falando dos preconceitos que já tinham passado. E eu falei do preconceito que eu sofri na terceira série, quando do meu primeiro dia de Kombi escolar, que duas gurias sentaram atrás de mim e começaram a cantar: “Nega do cabelo duro”. E, aí, aquilo foi horrível, eu chorei, chorei, chorei. E o tio da Kombi foi muito querido. Foi lá e xingou elas e falou pras mães delas. Depois elas pediram aquelas desculpas, que não adiantavam nada. Aí, viramos amigas na Kombi. E, aí, era uma coisa que eu me lembro do sofrimento, até hoje, e eu nunca tinha falado, sabe, com ninguém, nunca. Claro, com a minha mãe, o dia que eu cheguei chorando em casa; tirando isso, nunca mais tinha falado. E eu penso o quanto foi libertador falar sobre isso, sabe, para as pessoas. Como que isso tirou um peso, digamos, um peso, uma tonelada das minhas cotas, quando eu falei sobre isso.

E, aí, comecei a me lembrar de outras coisas, de mais uma série de coisas que eu tinha vivido e tinha, realmente, recalcado, bloqueado, para não sofrer. Foi muito legal, assim, porque eu tenho certeza que a faculdade que me proporcionou

isso, sabe? Foi a UFRGS. Querendo ou não, é difícil estar aqui. Realmente, a todo momento, é dito assim – não é dito, assim... –, mas tu percebe que as pessoas não te querem aqui, sabe? “Os cotistas são um favor que a faculdade tá fazendo pra eles.” Como se a gente não tivesse esse direito. É bem difícil, assim, só que eu vejo que, no meu caso, assim, a presença de outros negros te fortalece muito. E vê que tu não tá sozinho e ver que é um problema, sim, que não é só tu que enfrenta e a gente tá aqui para mudar isso.

Depois que eu comecei a participar mais, assim, do coletivo, eu comecei a me empoderar mais, assim, desse discurso das cotas e tal. E, aí, fiz uma disciplina eletiva, com a professora [nome da professora], não sei se tu já ouviu falar, que é uma professora que eu acho que é a única que bate o pé pra falar assim, de racismo, aqui na Psicologia...

Entrevistadora:

Não conheço...

Entrevistada:

Ela é bem legal. Ela que é a coordenadora da pesquisa de racismo e saúde mental. E eu fiz essa eletiva com ela e foi muito legal, porque eu percebi que eu nunca tinha estudado racismo na Psicologia [risos da entrevistada], e eu: “Como isso?! Olha só, uma coisa que eu sofri horrores e a gente, que tá aqui para cuidar do sofrimento, pra ajudar a elaborar estratégias de enfrentamento de problemas, a gente nunca falou sobre racismo, em aula nenhuma”. Em nenhuma aula é obrigatório falar sobre racismo, não tem uma disciplina que diga que tu vai falar sobre racismo, não existe isso na Psicologia. Isso é ridículo.

E, aí, a partir disso, eu comecei – eu, o Alisson e a Jéssica, minha amiga, essa que também é negra – a botar autores negros nos nossos trabalhos: “Ah, mas quem é esse daqui? Quem é essa daqui? Não, essa é a fulana de tal, que diz que isso e aquilo”. Então, assim, a Psicanálise que a gente tem aqui na Psicologia é uma disciplina extremamente elitista, é uma forma de Psicologia extremamente elitista. Porque, até no atendimento, visa cobrar bastante que a pessoa dê o retorno, para que a pessoa consiga dar a importância daquela terapia. Tem autores, psicanalistas,

que vão falar que uma pessoa não vai ter cura se a pessoa não vai pagar gigantesco... E eu fico pensando: “O que a Psicologia vai fazer com as pessoas da favela?”. Como é que tu vai praticar psicanálise, porque psicanálise é uma baita psicologia, maravilhosa de ajudar as pessoas. Mas como é que tu vai cobrar, na favela, R\$ 200,00 uma consulta, sabe?

E tem autores que vão contra isso. A gente conheceu uma maravilhosa, que é a Neusa Santos de Souza, que é uma psicanalista muito boa, que é negra. E, bom, a partir do momento que eu li a obra dela, eu sabotei elas nos meus trabalhos [risos da entrevistada]. Todos os meus trabalhos têm alguma citaçãozinha dela, tem ela falando. Porque ela é uma psicanalista negra falando, que se debruçou sobre a psique negra, sobre os processos que a gente passa, desde que a gente nasce até, né? Todo o preconceito que a gente sofre. Bah, eu fiquei maravilhada com a obra dela e eu fiquei pensando: “Como que a gente não estudou isso a graduação inteira? E as pessoas vão continuar não estudando”.

E, aí, na nossa disciplina de Ênfase em Processos Clínicos, eu botei ela no meu trabalho e, aí, a professora veio e me perguntou sobre ela. E, aí, eu disse: “Ah...”. Daí expliquei quem era, e ela: “Quem sabe a gente faz um grupo de estudos?”, era eu e mais duas negras na sala, “E, aí, a gente tenta elaborar, para o próximo semestre, para eu dar para os próximos alunos, alguma coisa dela”. Bah, eu achei uma vitória: “Nossa, a gente tá conseguindo fazer alguma coisa de verdade aqui dentro, né?”. Porque na Psicanálise, que: “Nossa, que lindo...”, aquela coisa classuda que tu não pode fugir de nada, uma professora tá pensando, realmente, em colocar uma autora negra. Teve muitos momentos, assim, bons. E, sim, a minha identidade, hoje, é fruto do que eu vivi aqui, desse processo da graduação. Eu devo, sim, à UFRGS, pela minha identidade negra, realmente.

É engraçado, porque o meu filho é totalmente clarinho, assim. E, aí, as pessoas me perguntam: “Bah, e agora, o Henrique? O que que tu acha? Porque ele é branco. Tu acha que ele vai merecer cotas?”. Eu falo: “Olha...”. Foi, assim, um exercício, como é que vai ser, sabe? Porque eu ainda acho que pode ficar mais moreninho e tal. Mas se ele continuar, assim, com o tom de pele dele, eu falo para as pessoas. Ele tem mais dois priminhos, da mesma idade. [Nomes dos primos] eles vão passar por coisas que o Henrique não vai passar. Então, o Henrique não vai merecer cotas, sabe? Claro, ele não veio de uma família rica, ele vai merecer as

cotas sociais, mas ele vai ter portas abertas que os priminhos dele, que têm a pele mais escura, não vão ter, sabe? É um processo que eu tô aprendendo muito ainda.

Agora tô chegando no fim da graduação, tô fazendo meu TCC sobre estereótipos de infância, com a influência dos estereótipos racistas na saúde mental das crianças negras no Brasil. Eu acho muito legal, porque todos esses negros que eu conheci no coletivo na UFRGS, eles tão fazendo o TCC e depois Mestrado, tudo em cima da temática negra. Porque o que a gente não viu enquanto a gente tava na graduação, a gente quer que os outros vejam. A gente tá botando nossa cara, a gente tá fazendo nossa produção científica, que seja legitimizada, e, depois, passar pras próximas graduações.

Essa minha amiga se formou agora, a Jéssica – o Alisson vai se formar comigo junto, a gente não podia deixar, a gente vai fazer a festa tudo junto –, a minha amiga fez o trabalho dela sobre a ausência da temática negra no currículo de Psicologia, no Rio Grande do Sul. Então ela fez uma busca das Universidades de Psicologia, para ver se havia ou não, e somente uma faculdade, que foi a CESUCA, eu acho, lá de Cachoeirinha, só essa faculdade tinha uma disciplina obrigatória com a temática negra. As outras não tinham. Então, acho que é isso.

Entrevistadora:

Então, falaste bastante, Carol, sobre o racismo. Em algum momento tu foste discriminada em questão de gênero? Por ser mulher? E negra? Que são coisas que estão ligadas.

Entrevistada:

Não, eu não consigo lembrar assim, sabe? É que é muito presente essa coisa do racismo, do racismo, e, às vezes, eu vejo que eu não percebo coisas relacionadas a gênero, assim, sabe? Eu deixo muito passar. E eu acho que tudo é uma construção. A minha orientadora, agora, ela é feminista. Ela sempre tá me atentando para algumas coisas que, às vezes, né, fugiu dos meus olhos, que nem: “Referência [bibliográfica], ah, eu boto lá o primeiro nome da mulher, pra mostrar que ela é mulher, né, vamos dar essa força pras mulheres”.

Entrevistadora:

Qual o nome da tua orientadora?

Entrevistada:

É Raquel Silveira, essa que deu essa disciplina. Mas eu nunca percebi, assim, pensando agora rapidamente, não me vem.

Entrevistadora:

Então, como tu tá prestes a te formar, pegar o teu diploma, tu pretende dar continuidade aos teus estudos depois? Ou é uma coisa que tu tá pensando?

Entrevistada:

Eu pretendo, só que, agora... Na verdade, pretendo de qualquer maneira. É que eu ia falar que eu tô pensando na residência, mas a residência também é estudo. Mas o Mestrado eu quero deixar pra depois da residência.

Entrevistadora:

E esse diploma, Carol, após, o que vai acrescentar pra ti? Eu quero que tu me explane, na tua vida pessoal e na tua vida profissional.

Entrevistada:

Bom, na minha vida pessoal, é uma vitória coletiva na minha família. Eu acho que vai ser o maior orgulho do meu pai, que já vem sendo, toda a minha graduação, meu pai é o mais bobo do mundo, assim. E eu acho que, na vida profissional, vai ser uma ascensão gigantesca, porque a minha mãe tem Ensino Fundamental, meu pai até tentou fazer faculdade, mas não deu, por questões financeiras. Então, o salário, lá em casa, nunca passou de, sei lá, R\$ 2.500,00, digo, de cada um. É que, também, Psicologia não paga, wow, né? Mas é que eu pretendo fazer concurso público e, por

fora, ter uma clínica. Então, eu acho que essa questão financeira é bem forte também, sabe? De pensar de não receber um salário básico, ali, uma coisinha, mas de ter um salário que possa, né...? Não que tenha me faltado alguma coisa na minha infância, mas sempre foi aquilo, né, ganhava aquela merrequinha e fazia crescer. Porque o meu pai sempre foi autônomo, então, ele sempre fazia um mexe aqui e ali e conseguia um dinheirinho. Mas eu acho que é isso. Eu era mais otimista com relação a isso, mas agora eu vejo a realidade, assim, do salário [risos da entrevistada], mas enfim.

Entrevistadora:

E, rapidamente, para encerrar, a política de cotas na UFRGS, ela te trouxe benefícios? Ou não?

Entrevistada:

Sim, me trouxe. Total, assim.

Entrevistadora:

A implementação das cotas, assim, 50%. Num primeiro momento, 30%, depois, com aquela lei de 2012 do Governo Federal, ampliou para 50%, com todo o Ensino Médio em colégio público.

Entrevistada:

Eu acho que sim, é um baita avanço, assim, pra população negra. E não digo: “Ai, porque minha vida mudou a partir disso”, mas eu vejo onde eu moro, assim. Porque, onde eu moro, é uma comunidade, onde rola tráfico, rola isso, rola aquilo, mas quando uma pessoa diz: “Ai, fulano passou no vestibular”, nossa, é aquela coisa de: “Eu também consigo”. Eu vejo muita gente, assim, que, como eu, nunca pensava: “Mas, bah, tu passou, como me explica como são as cotas?”. Então, tá mudando tudo, sabe? A vila tá entrando na faculdade. Isso é mágico, é maravilhoso, e graças às cotas.

ENTREVISTA Nº 3

Nome da entrevistada: Isadora

Data de realização: 29 ago. 2016

Local da realização: SESC Canoas (Canoas/RS)

Entrevistada:

Meu nome é Isadora, eu sou assistente social, tenho 25 anos, me formei em janeiro de 2016. A minha trajetória vem um pouco antes da graduação. Eu sou estudante de escola pública desde o pré, desde a pré-escola. Vim, então, seguindo a trajetória toda em escolas públicas. No Ensino Médio, através dos professores da escola onde estudei em Viamão, acabei então conhecendo o projeto educacional Alternativa Cidadã, onde me inseri, fiquei dois anos. No primeiro ano, eu não tive aprovação na Universidade, mas acho esse um espaço muito importante, o de fazer, porque eu identifiquei que, sim, negros também têm que ocupar esse espaço. E, quando falam que a Universidade Pública é para todos, na verdade ela não é para todos. E a gente tem isso muito claro, a partir do momento que tu entra. E que, infelizmente, a Universidade ainda não tá preparada pra receber suas diversidades, falando também enquanto Brasil.

Então me inseri no projeto educacional Alternativa Cidadã, onde tive o prazer de conhecer o Zé, que foi uma pessoa muito significativa na minha trajetória também. Porque foi a partir das aulas dele que ele conseguiu afirmar isso conosco, tipo: “Sim, vocês, de baixa renda, negros, índios, azuis, amarelos, vocês têm que entrar na Universidade. Senão, a cara da Universidade nunca vai mudar. E é um passeio de formiguinha”. Foi e é, ainda, um precursor do projeto Alternativa Cidadã, onde, muitas vezes, os alunos não tinham passagem, não tinham condições de pagar e ele, sempre: “Não, em primeiro lugar, os estudos. A gente vai tá auxiliando vocês no que a gente puder”.

Fiz o primeiro ano, acabei não passando, porque acredito muito no ensino público, mas via o déficit que eu saí do Ensino Médio, onde, na verdade, um professor de Física que disse que, um dia, existia a Universidade Pública. Isso ainda não é algo que é propagado. Agora acredito que seja um pouco mais diferente,

porque temos as redes sociais e tudo o mais, mas, naquele momento, não tinha. No segundo ano, então, do PAC, continuei estudando, muito porque existe essa acolhida forte nesse espaço. E, por estar dentro da Universidade, tu começa a se pertencer de uma outra forma. Bom, eu morava em uma comunidade do lado, praticamente, do [Campus] Vale, ali, na Santa Isabel, e dava dez minutos caminhando. E, muitas vezes, no começo foi um choque: “Será que pertenço a esse lugar? Será que, realmente?”. E, conforme foi indo o cursinho, eu encarei o segundo ano. Foi onde eu consegui a aprovação, em 2011. E, sim, a minha aprovação tem a ver, também, com toda uma luta referente às ações afirmativas. Uma batalha. Não é mérito, não é merecimento, mas, sim, um direito de se acessar todas as áreas da Universidade. Então me inseri.

Aí veio um segundo momento, enquanto mulher e negra, se inserindo em um curso de Serviço Social, onde, em 2016/1, formou-se uma negra. E essa única negra era eu. E, nas outras, nem teve negra se formando. Então, acho que isso é algo muito positivo, no sentido de ocupar os espaços. Ainda somos poucas, sim. Mas, a partir dessas poucas, com esse passinho de formiguinha, vai se indo.

Não foi fácil, durante a graduação, porque, como eu falei, eu vim de um lugar onde todas somos mulheres, mulheres brancas e falamos de lugares diferentes. Eu, enquanto mulher negra, falo de um lugar diferente. No caso, moradora de uma comunidade que, muitas vezes, tipo, o colega que ia lá e comprava maconha no Vale, beleza, ele pode usar maconha. Só que o negro que tava vendendo era meu amigo e esse amigo, tipo, morreu. Não aconteceu, mas tô te dando um exemplo do que acontece. Então, o negro é marginalizado por tá vendendo a maconha, mas o cara que tem grana, que é branco e que tá usando, não: ele tá usando por lazer, porque a Universidade tá tomando conta dele e ele não pode, simplesmente, dá conta sozinho. Ele precisa desse refúgio, que é a droga.

Isso tudo começou a mexer comigo a partir que eu entrei. Porque eu não defendo o uso de maconha, porque eu sei da onde ela vem. Tem muitas crianças negras que acabam indo para um outro caminho, devido à questão da compra dessa maconha e que, normalmente, é pra universitários brancos, da Universidade Pública do Rio Grande do Sul.

Durante a minha trajetória acadêmica, eu pude participar de vários espaços que, eu acho, me marcaram enquanto negra e enquanto mulher. Principalmente, quando eu fui fazer um estágio no Ministério Público do Trabalho, onde todas as

pessoas me confundiam com a pessoa que limpava. Porque eu não poderia ser estagiária de Serviço Social, eu não poderia ser estagiária de curso superior, porque eu nasci, já, com o estereótipo de, tipo: “Teu lugar não é aqui”. Então, eu vi isso bem escancarado, nesse processo que eu passei.

Tive uma outra experiência muito bacana, que foi onde eu fiz um estágio remunerado, que foi meu estágio obrigatório, num CRAS, num Centro de Referência em Assistência Social, em Porto Alegre, onde eu pude entender que o lugar da onde eu vim fez muita importância nesse espaço, porque eu tava falando de quem também viveu várias situações que aqueles usuários traziam. Aí eu me apaixonei pela discussão do território, que tá totalmente ligada à questão de gênero e questão racial. Que tem a ver com o que é isso: “Bom, se criam políticas, mas pra quem são as políticas? É de cima para baixo? Será que vão lá, colocar o pé no barro e vão saber, realmente, o que essas pessoas querem?”. Como se, somente vindo de cima para baixo, as pessoas não tivessem autonomia de poder dizer: “Olha, eu não quero isso. Eu não acho que isso... Não é tu que tem que decidir a minha vida, eu que tenho que decidir”. E um outro espaço, também, muito importante que eu participei durante a graduação, foi num projeto de extensão, numa comunidade chamada Comunidade São Pedro, que ela fica na frente do [Hipermercado] Bourbon Ipiranga, que poucas pessoas conhecem, porque, se tu passar de carro, tu nem sabe que aquilo existe. É uma comunidade onde as pessoas não têm luz, não têm água, são várias questões. E, nesse projeto de extensão do curso de Serviço Social, a professora fazia um trabalho de autonomia com esses moradores. Algo muito interessante que eu identifiquei, que comecei a pensar mais nessa questão de território, nessa questão racial e tudo o mais, foi que, quando as crianças, quando se tinha uma discussão em sala de aula: “Ai, mas os pais são negligentes”. E, aí, quando começa a fazer um trabalho numa comunidade, se começa a identificar que não é bem assim. Os pais são negligentes com os filhos, sendo que o território que os cria. Por exemplo: a mãe sai pra trabalhar. A vizinha, a avó, a comunidade que auxiliava a cuidar dessa criança. Não é que a mãe é negligente, mas a forma de organização é diferente, dessa comunidade.

Foi toda essa trajetória acadêmica. Hoje, eu pude ter o prazer de trabalhar como assistente social, nesse espaço que tô, na Casa da Cidadania Guajuviras, onde trabalha, especificamente, bem no meio do Guajuviras, né, com a questão de egressos do sistema prisional. Há um apoio, tanto psicológico quanto, também,

psicossocial, pra essas famílias vítimas de violência letal, e a gente faz um trabalho muito forte no território. Mas ainda sinto que é um momento de falar, sim, principalmente nessa pesquisa, que tem que se levar adiante. Porque eu vejo como que as pessoas reagem quando a Isadora, assistente social, vai te atender. Talvez elas não esperariam que fosse uma mulher. Não uma mulher, que normalmente, prioritariamente, assistentes sociais somos mais mulheres, mas não uma mulher negra. Esperariam um outro perfil de profissional que pudesse atender. Tanto é que eu sou a única negra do espaço que eu trabalho, enquanto profissional. Eu acho que isso é algo bem relevante de se dizer.

E é isso, é aquela coisa: pra ti estar no lugar, tu tem que ser muito bom, senão... Não, não concordo com isso, cada um tem a sua caminhada, mas a gente sabe que hoje, enquanto mulher e negra, pra ocupar alguns lugares, tu tem que ser muito bom. Tem que ir pra além do teu limite. Isso, de alguma forma, não é muito justo porque, como a gente fala, a igualdade que a gente tanto luta, ela, infelizmente, não existe. É algo que, muitas vezes, a gente meio que superficializa e algo que não é muito claro, não é muito, tipo: “Tá, é isso?”. Inclusive, esses termos que a gente usa, tipo “claro”, não sei o quê. Às vezes, a gente não se dá conta, a gente acaba reproduzindo isso, né, sem se dar conta de: “Bom, o que que eu tô falando? O que é isso, realmente? O que isso significa pra mim?”. Mais nesse sentido, assim.

Entrevistadora:

E, então, Isadora, hoje tu é uma profissional nessa área. Tu falaste lá antes de tu entrar e tu falaste já atualizada, já no teu local de trabalho. A trajetória pra chegar, entre o Alternativa Cidadã e a tua formação, o teu diploma, esse período, assim, tem algum episódio que possa compartilhar, com relação à tua trajetória acadêmica, na sala de aula, grupos, se tu te sentiu, em algum momento, inferiorizada, por ser mulher, diante dos teus colegas em sala de aula, por ser negra?

Entrevistada:

Eu posso dizer que, assim, as discussões que se teve, que se tem ainda, é isso: a gente fala de mulher, mas a representatividade que se fala hoje é Frida

Kahlo. Ok, respeito a caminhada dela enquanto mulher, mas ela não me representa. Porque, tipo, a mulher que me representa, enquanto mulher, sim, mas mulher e negra, não. E, aí, parece que as pessoas, nessa discussão [trecho incompreensível], acabam desfocando as coisas. Por que, bom, eu não posso colocar, então, nos outdoors ou fazer várias mochilas, levantar uma bandeira da Dandara, por exemplo? E de outras tantas mulheres, da Maria Carolina de Jesus, que é, não sei se tu conhece, uma grande escritora e que percorreu tanto, tanto, tanto pra, depois de sua morte, que foi, então, ter um reconhecimento. Então, por que não levantar a bandeira dessas mulheres? Não que eu não acredito que a luta da Frida Kahlo não tenha sido tão importante também, mas só que é só ela. A questão da própria Lei Maria da Penha. Hoje, a Lei Maria da Penha existe porque uma mulher branca passou por algo. E não porque muitas mulheres negras, na comunidade, sempre passaram por isso e sempre gritavam. Então, também, essas questões.

E eu venho de uma família – eu sou filha adotiva –, a família que me adotou é branca, onde essa questão da identidade enquanto negra, ela foi me despertar na Universidade. Porque, até então, tipo: “Não, eu sou filha de italiano”. E não, na verdade eu sou de origem afro, eu tenho uma família que é negra, de origens negras. Então, isso foi se desmiuçando ao longo desse percorrer da Universidade, onde várias coisas, onde várias coisas eu não concordava, onde eu não tive nenhum professor negro na Universidade, falando do curso de Serviço Social. Nenhuma palestra que eu fui, eu ouvi uma assistente social num outro patamar – não que só a graduação não seja importante –, mas num outro patamar e fico muito feliz de tá conversando com uma colega que tá além da graduação. Porque é isso, sabe, tipo: “Tá, a gente também pode, só que, às vezes, nos reprimem”. E, às vezes, essa repressão, ela dói e não é tão fácil de seguir adiante, porque é um passo à frente e dois atrás, um passo à frente e dois atrás.

E, durante a Universidade, pouco se falou da questão racial. Se falou sobre tudo, se aprofundou sobre muitas coisas, mas a questão racial, tipo: “Ah, se vocês quiserem, vocês podem escolher tal temática”. E a gente não pode deixar de pensar que, hoje, o público, ou a maioria dos usuários que a gente atende, majoritariamente são negros. E a gente não discute isso dentro da academia. Eu acho que isso é muito importante de se pontuar, também.

Bom, na verdade, eu acho que a questão das cotas, se não existissem, talvez eu não estaria, hoje, falando aqui. Porque é algo que pouco se discute e, realmente,

as pessoas não têm a compreensão do que, realmente, é essa política, a política de cotas. Onde, sim, faz com que não é merecimento, não, é um direito nosso, um direito conquistado. E, não, a gente não tira vaga de ninguém, pelo contrário: a gente ocupa nosso espaço, que já era pra tá sendo ocupado há muito tempo.

Outra questão que eu acho que é muito importante falar, que vou citar algo que marcou, foi o momento da minha colação de grau. No momento da colação de grau, o nosso diploma, enquanto estudantes de Serviço Social, a gente trouxe isso, trouxe que: bom, hoje se formam mulheres, se forma negra – eu –, se formam colegas de baixa renda, onde só a gente sabe como que é esse percurso durante a Universidade: “Ah, mas tem tal auxílio”. Sim, mas, mesmo com esse auxílio, eu tinha que fazer uma bolsa na Universidade, pra pagar, praticamente isso. E a Universidade não se dava conta de que o aluno não tem que trabalhar pra receber R\$ 400,00 em horários que, totalmente, né...? Porque tu estuda, depois tu trabalha tantas horas lá, pra ter os R\$ 400,00. Isso quando a gente recebia, quando não atrasava as bolsas e tudo o mais.

Então, a precarização total do trabalho, e não consideram isso como um trabalho. Se a gente ver, então, dentro da Universidade, quem são os negros, os negros são os alunos bolsistas, que fazem as bolsas superprecárias, são um pessoal terceirizado, que nos RUs e nos demais espaços a maioria dos estudantes tratam como lixo. E várias cenas eu vi, dentro da Universidade, no momento do RU, onde os colegas brancos e negros, também, faziam isso. Que, simplesmente, tocavam bandeja em cima dessas pessoas, como se as pessoas fossem lixo. E como que elas vão se sentir? Então, de tu também refletir sobre isso. E, na nossa colação de grau, a minha mãe estava sentada, eu fui a primeira pessoa da minha família a ter um diploma, no caso ter o curso superior, e foi, talvez, muito significativo, mas, talvez, muito mais pra minha mãe. Porque, no final, eu já tava muito cansada e ela, tipo, tava ali do meu lado, também cansada, mas isso foi em um outro momento. E ela tava sentada, ali na fileira da frente e: “Nossa, eu não sabia que era tão bonita uma cerimônia, eu nunca tinha ido numa cerimônia de curso superior”. Foi a primeira vez que ela foi. Então, eu acho que isso é algo muito importante, assim, de falar, que, sim, a gente tem que ocupar nossos espaços. Às vezes, como eu falei...

Hoje, eu não participo de nenhum movimento negro. Por quê? Eu deixo isso bem claro. Porque, até hoje, eu não consegui me encontrar em nenhum. Porque eu

acho que o fato de uma colega alisar os cabelos tem a ver, sim, com toda a questão de todo o processo de branqueamento e tudo o mais que falam. Concordo com isso. Só que não vai ser excluindo essa colega que a gente vai conseguir nos fortalecer. E, sim, incluir ela, não obrigá-la, mas fazer com que ela compreenda todo o contexto. Que é o que, infelizmente, ainda não acontece nos coletivos. A pessoa chega com o cabelo liso, ela é esculachada e, tipo, a pessoa não vai mais voltar. E ali é o espaço dela. E, aí, ela vai acabar se agregando a outros espaços. E, sim, a gente tem que chamar o branco, também, para discutir a questão racial. Tem momentos que, não, tem o momento que a gente tem que se unir e conversar, mas, em outros momentos, tem que chamar o branco, também, pra ele fazer parte. Assim como tem que chamar o homem, pra discutir as questões de gênero, referente à questão da mulher. Eu, pelo menos, acredito nisso. E, no meu dia a dia, eu tento reafirmar isso, cada vez mais, no meu trabalho, onde várias coisas que a gente atende – e é um trabalho muito pesado, diga-se de passagem –, onde a gente mexe, ou melhor, trabalha com as feridas das pessoas. Onde os usuários chegam e dizem: “Bah, eu fui em tal loja e me senti mal, porque eu olhei pra trás e o guarda tava em cima de mim”. E isso é, sim, preconceito, porque, se eu não fosse negra, ele não faria isso. Se tu entra numa loja com uma amiga branca, a atendente sempre vai ir direto pra amiga branca, como se não tivesse condições, também, de comprar tal roupa ou ter um melhor atendimento, que é meu direito também.

Então, essas coisas assim são algo que, antes, eu não tinha tanta clareza, mas, depois de todo esse meu processo de, que não foi pouco né, de graduação, eu procuro, então, sempre pensar nisso. E, aí, como tu traz a questão da continuidade, como a gente chama, de educação permanente, dar continuidade a tudo isso, hoje eu continuo vinculada à Universidade. Porque, a partir do meu TCC – eu fiz, também, uma pesquisa no meu TCC, que não é fácil [risos da entrevistada], mas, também, é um conhecimento que ninguém tira – eu discuti essa questão do território, discuti a questão das políticas públicas e tal. E, a partir do meu TCC, eu pensei: “Como que eu vou dar retorno às pessoas que participaram desse espaço, dessa pesquisa? Como que eu vou dar retorno?”. Então, a ideia foi, junto com a minha orientadora, a gente fazer um projeto de extensão que retornasse pro CRAS e não ficasse só no CRAS, que pudesse fazer ações dentro de comunidades. Principalmente as comunidades que acessam o CRAS, moram. No caso, Conceição, Santo Antônio, Agronomia, são os locais onde o CRAS abrange, esse CRAS ali do

Partenon. Então, a cada quinze dias, a gente faz ações. O grande tchã, assim, do projeto de extensão é isso: é fazer com que as pessoas tenham acesso à informação, porque eu não tive. No meu momento, lá das escolas públicas e tudo o mais, eu tive um professor, um único professor, que clareou: “Ó, eu acho que o teu lugar vai pra além daqui”. Mas muitos não têm esse professor. Muitos não têm ninguém que vai dizer, mesmo nos dias de hoje. Então, a ideia é de fazer com que as pessoas tenham acesso à informação, a partir do que elas entendem que é o lugar onde é que elas moram e tal, e que isso tenha a ver.

E, a partir disso, surgem várias discussões. Uma delas é a questão racial, a questão do racismo mesmo, que as pessoas: “Ah, mas hoje não tem racismo”. Tem, sim. Quem vive, sabe que tem. E tem em todo o lugar. Tem no lugar onde é que tu trabalha, tem dentro da Universidade Pública do Rio Grande do Sul, tem nos espaços de estágio, tem nos espaços que a gente, enquanto assistente social, vai atuar. No caso, hoje, que tem três colegas negras dentro do espaço onde é que eu trabalho. No sentido da empresa, não é nem do lugar onde é que eu vou trabalhar, na empresa que nos contrata. Então, tu começa a ver que algo tem. Não é à toa que isso acontece. E a gente vê que, realmente, o racismo, ele tá aí, ele é escancarado. E as redes sociais, hoje, só afloraram isso cada vez mais. Por exemplo, as pessoas falam o que querem, principalmente quando se coloca: “Olha só, a fulana, vê se pode, que que quer andar com essa roupa?” ou ridicularizar o negro.

Eu, particularmente, hoje não olho a Globo, porque, tipo, eu não aplaudo a essas cenas que a gente vê. Por exemplo, do negro sempre ser um empregado, do negro sempre ser o escravo. Eu não quero ver o negro assim, eu quero ver o negro como a gente vê nos filmes do Estados Unidos, o negro ocupando um lugar de chefia e, sim, a gente pode. Quem disse que não pode, sabe? E é bonito de ver, porque tu começa a te sentir pertencente. E a gente começa a pensar nas outras situações, que começam na infância. Como que tu vai te sentir pertencente a algo que só te mostram coisas de que tu é horrível, que tu nasceu pra servir, que tu nasceu pra ser empregado, que tudo isso, né? Que a gente entra em várias outras discussões assim, que também são importantes.

E fecho a entrevista dizendo que eu tô muito feliz mesmo, eu acho que tua entrevista foi um momento de desnodar aquilo que, muitas vezes, a gente fica guardando pra nós no dia a dia, e que, muitas vezes, a gente vai conversar com um colega branco e ele não vai entender. Ele não vai entender. Até não culpo ele,

porque ele não vai entender porque a sociedade faz com que esse racismo cada vez se propague mais. E, no momento que a gente tem esses espaços pra trocar, isso é muito rico e não tem moeda nenhuma que pague. Talvez, no final, quando tu for lá pra ver todas as tuas entrevistas, tu vai ver: “Poxa...”. Muitas vezes, tu vai escutar o que não quer, mas, talvez, tu vai pensar sobre aquilo ali que foi trazido pelas pessoas, sabe? Acho que isso que vale a pena, em todo esse processo. E, sim, pretendo continuar a academia, não pra dar aula. Não almejo isso. Sei que tem que ter professores negros, sim, debatendo várias coisas, inclusive a questão do gênero. Mas meu objetivo é continuar, pra que todo esse conhecimento possa, também, ser útil lá na ponta. Que meu negócio é, realmente, meter o pé lá no chão, é ir na comunidade, é ver o que que as pessoas... Infelizmente, ainda a sociedade não dá voz a elas. Então que a gente, enquanto assistentes sociais, enquanto de todas as profissões aí, né, possam ser vozes. As vozes dessas pessoas, que não têm voz mesmo, realmente. E é um trabalho de formiguinha, realmente, é um trabalho que, às vezes, a gente para pra pensar: “Bah, será que tô no caminho certo?”. Mas é devagarinho, né, devagarinho. E isso que me motiva a minha caminhada.

ENTREVISTA Nº 4

Nome da entrevistada: Priscila

Data de realização: 13 set. 2016

Local da realização: Faculdade de Educação da UFRGS (Porto Alegre/RS)

Entrevistada:

Meu nome é Priscila Nunes Pereira, tenho 27 anos, agora sou mestranda em Educação, aqui na FACED [Faculdade de Educação] da UFRGS. Me formei em História, agora no final do ano passado. Ingressei em 2010 na História. Antes, eu já tinha estudado na FAPA [Faculdades Porto-Alegrenses], um ano, e aí que eu ingressei depois na UFRGS.

Eu entrei na FAPA pensando muito: “A UFRGS nunca foi uma possibilidade para mim”. Nunca a vi como uma possibilidade. Mas minha mãe sempre dizia: “Por que tu não tenta?”. La só estuda patricinha, playboy, eu não vou. E, aí, na FAPA eu conheci a Laura Sitto [?], que é uma amiga minha, que ela ia fazer o vestibular e ela

me falou: “Olha, vamo, vamo, vamo...”; “Não, muito difícil”, não sei o quê... E ela: “Vamo, vamo, tenta, tem as cotas, aí tu pode te inscrever”, e eu: “Eu posso me inscrever?”, e, aí, ela: “Sim, sim”. Tá, então tá. Aí, ela ia tentar pra História também. Aí eu me inscrevi e ainda bem que a gente ficou na mesma escola, na mesma sala, pra fazer a prova e ela me ligava: “Vamo, vamo...”. Aí, à medida que eu fui avançando no vestibular, eu vi que tavam corrigindo, pelo gabarito, e que era possível, e eu: “Oh!”. Comecei a me animar. Aí, eu passei [risos da entrevistada]. Aí, depois, entrou eu e ela junto e, aí, naquele ano, eu acho que só eu e ela de estudantes negras que ingressaram no curso e ainda era o processo que acontece ainda hoje. Na História é só um ingresso, mas não tem no segundo semestre. Mas, alguns cursos, os cotistas entram somente no segundo semestre. E, lá, ficou eu e ela, só as duas últimas, no caso. No final, fui fazer a matrícula – e, na época, era só autodeclaração, não tinha questão de renda e tal. Então, eu ingressei em 2010. Eu tinha feito as primeiras cadeiras na FAPA. Eu já pulei para o segundo ou terceiro semestre do curso. E, aí, eu trabalhava ainda, eu trabalhava num hospital, aí eu só ia pras aulas de noite. No primeiro ano foi assim, eu não vivi a Universidade, eu via, assim, os outros e nem sabia da metade que existia aqui dentro. Eu não sabia da existência de RU, eu não sabia da existência de mobilidade, eu não sabia de nada. Na matrícula, o centro acadêmico distribuiu um *folder* informando que tinha os benefícios estudantis, aí eu fui saber que tinha. Então, durante o curso, eu fui vendo a galera viajando, participando de seminários, participando de encontros, fazendo movimento estudantil e tal e, aí: “Olha, eu queria participar disso tudo”.

Aí eu decidi que ia sair do meu emprego pra tentar uma bolsa. Mas eu queria uma bolsa legal, como eu pensava na época. Aí eu fiquei esperando, assim, até surgir uma bolsa. Aí eu me lembro quando eu recebi, no meu e-mail, que eu lembro até hoje, o e-mail solicitando bolsistas para o “Conexão dos Saberes”. Aí era “Conexão dos saberes: diálogos com a Universidade e as comunidades populares”. E, aí, eu: “Ah, é isso aí!”. Mas, aí, eu tava cumprindo aviso ainda, no emprego, e eu entrei um mês depois, no Conexões. Eu me lembro que eu mandei e-mail para o [trecho incompreensível], falando que eu podia iniciar. Aí eu iniciei em 2011. E o Conexões, ele tinha uma postura, ele tinha uma característica dos bolsistas serem considerados militantes. E teve, até, uma cobrança dos antigos bolsistas, que vieram na primeira reunião, no sentido de: “Assim, aqui é militância, também, e vocês têm um compromisso”. E a gente: “Tá bom...”.

Aí eu entrei no “Território ações afirmativas”, que era coordenado pela Rita. E, aí, eu fiquei ali dentro do “ações afirmativas”, aí eu fui entender qual o nome das cotas – que é ações afirmativas e tal. Então, ali, nesse território, a gente fez uns dois meses de formação, pra atuar nas escolas da rede pública, com o projeto “Quero entrar na UFRGS”. Primeiro, o “Quero entrar na UFRGS”, depois o “Eu quero estar na UFRGS”. E, aí, a gente fazia oficinas, explicando pra galera como é que era o vestibular, como é que era o processo das cotas. Isso em 2011. E, aí, já no meio do ano pro final, a gente começou que: “Bom, 2012 vai ter, ou não, a renovação das cotas”. Aí, a Rita me colocou em contato com o Professor dos Anjos, das [Ciências] Sociais, e com outras meninas que tinham participado do processo em 2007, que foi a Kelly [?], a Ginara [?] e a Luanda. Aí, eu me reuni com elas, assim, pra conversar sobre isso, e com o dos Anjos, e eles falaram que, na época, se formou o fórum de ações afirmativas. E, aí, elas: “Vamo chamar pra uma reunião do fórum, pra debater esse processo de renovação”. Aí, eu: “Tá”. A partir dessa reunião, na primeira reunião do fórum daquele ano de 2011, no DCE [Diretório Central dos Estudantes da UFRGS], lotou. E, aí, foi a primeira vez, vamos dizer, que eu tive contato com o movimento negro, vieram as representações da MNU, UNEGRO, o [trecho incompreensível], veio o Mattos, veio uma galera, assim, do movimento negro. E a partir dali que eu comecei a ter contato com o movimento negro. Então, nas reuniões de formação, eles traziam pautas, traziam nomes que eu nunca tinha ouvido falar, como Lélia Gonzalez, como Abdias, liam poemas do Oliveira Silveira e eu: “Gente, quem é essa gente?!”. E eu fui atrás, né? E, nisso tudo, eu tava no curso.

Quando terminou a bolsa do Conexões, eu fiquei muito triste, porque era o único espaço onde eu debatia a questão racial. Porque, no meu curso, até então isso não foi tocado em nenhuma vez, apesar de ser o curso de História e de grande parte dos professores serem a favor das cotas e tal, eles nunca tinham tocado no assunto, né? E, aí, assim, as primeiras cadeiras ali, História Antiga, Idade Média, Moderna, é totalmente eurocêntrico, totalmente voltado pra Europa. Aquilo eu já não tava gostando, então eu ia, assim, pras aulas, só naquela obrigação. E, aí, quando acabou a bolsa, eu: “O que que eu vou fazer?”. E era muito difícil, também, a questão dos meus colegas tinham vivências que eu não tinha, tipo, ai, tirar férias na Europa, viajar, ir pro Uruguai como se fosse na esquina. Pra mim, aquilo era muito distante, muito impossível, e eles falavam outras línguas. Tive uma professora que deu uma bibliografia complementar em alemão, sabe? Então, eu me sentia fora do

lugar, assim, no curso. E aquela bolsa, aquele contato com o movimento negro que me possibilitava sair um pouco daquelas temáticas.

E, aí, então, a partir daquela reunião que eu comecei a me inserir no movimento negro e no processo de renovação das cotas. Aí, quando encerrou o Conexões, eu peguei uma bolsa fora da Universidade. Também, depois, eu fiquei na Secretaria do Trabalho – um estágio, na real, né? – e, durante o processo de renovação das cotas, foi muito doloroso. E, aí, eu vi o quanto é difícil pautar essas questões. Foi muito difícil a nossa relação com o DCE, com o movimento estudantil como um todo, né? Porque, enquanto a gente tava num diálogo técnico, político, com os representantes do CONSUN [Conselho Universitário], com a Reitoria, a galera vinha atropelando tudo, assim. Não respeitando o que o movimento negro decidia, foi bem difícil. E aquilo me cansava muito, no sentido de sempre ter que tá falando o óbvio, pra mim era óbvio que a gente precisava de cotas. De estar o tempo todo falando o óbvio, aquilo me cansou [risos da entrevistada]. E, aí, no ano de 2013, eu decidi: “Agora, não, eu só vou estudar, não quero me envolver mais com militância, digamos assim”. Aí eu fiquei, no 2013, estudando, fazendo estágio. Me lembro que foi o único ano que tirei A em todas as cadeiras [risos da entrevistada]; que eu consegui me dedicar mais, pegar o estágio. E, aí, no meio do ano, assim, de 2013, abriu um curso que era para os professores da rede [?], “Procedimentos didáticos e pedagógicos em História e cultura afro-brasileira e indígena”. E, aí, eles me chamaram pra ser tutora EAD desse curso. Aí, de julho de 2013 até o final, eu fiquei como tutora EAD. E, aí, que eu tive, diretamente, mais contato com a questão racial na educação, né, mais especificamente. Eu vi o quanto é necessário.

E, aí, durante o curso, tinham professores – eu fiquei com a rede de São Leopoldo – que estavam fazendo aquele curso, mas pareciam que eles tavam fazendo no sentido de “Preciso de carga horária” ou “Eu preciso fazer porque é uma obrigação, uma legislação e tal”. Eles questionavam muito isso, assim, de: “Ai, não precisa, isso tá criando é mais racismo...”. E, aí, foi bem difícil debater isso com os professores. E até um pouco antes, no Conexões, a gente ia nas escolas fazer as oficinas, o mais difícil era debater com os professores. Os alunos, né, a galera entendia o que a gente tava falando. Mas os professores, era bem difícil de debater isso com eles.

Aí, depois, em 2014 a 2016, eu fiquei buscando estágios que tivessem algum contato com a questão racial, sabe, em algum momento. E, aí, então, eu trabalhei –

sempre no Estado, assim, no estágio –, eu trabalhei na Secretaria do Desenvolvimento Social, trabalhei na Secretaria da Saúde – eu fiquei dentro do Departamento de Saúde da População Negra – e, no último ano, eu fiquei no Ministério da Saúde, no setor de Políticas Afirmativas. Que, aí, foi onde era mais difícil para mim. Eu sempre debatia as questões raciais fora do meu curso, nunca dentro. Depois, assim, de dois anos pra cá, que começou a ter a cadeira de História da África, eletiva, que é com o professor [José] Rivair [Macedo] e eu fiz, nas [Ciências] Sociais, a cadeira da afrodescendência, com a Denise Jardim. Mas, sim, são todas cadeiras eletivas, se tu puder passar todo o teu curso de História sem saber de História da África, tu pode. Tu vai pra rede, depois, dar aula, sem saber nada de África.

E, então, assim, o que me manteve, em grande parte, na Universidade foi o contato com o movimento negro. Se eu não tivesse esse contato, não sei se eu conseguiria me manter. E tá em contato com os outros estudantes negros, porque, quando se articulou o fórum de ações afirmativas, em 2012, e, aí, eu conheci a galera negra que tava, também, ingressando, então foi aquele processo nosso de empoderamento da identidade negra conjunta. Então, a gente construía, revia, voltava junto naquele movimento. E, aí, assim, hoje, atualmente, é a mesma galera, só que cada um segue um caminho. Mas a gente passou por esse processo juntos, acho que foi uma época muito bacana, em relação a isso. Depois, quando eu decidi fazer o meu – sempre, durante o curso, apesar de ter isso, de ter artigos de tema livre, por exemplo: “Ah, a cadeira vai ser um tema livre. O artigo final”, coisa assim, eu sempre escolhia a questão racial. E sempre foi muito difícil, porque os professores não sabiam orientar em relação a isso ou, enfim, não davam muita importância.

E, aí, no final, quando eu decidi fazer o meu TCC, eu disse: “Bom, eu vou pegar a questão racial e tal...”. E, aí, primeiro, eu tinha pensado em fazer sobre a participação dos negros gaúchos na Guerra do Paraguai. E, aí, eu fiz o projeto, com uma cadeira de técnicas, né, e, quando eu consegui, a orientadora, que tem uma professora que pauta a questão racial lá, só, do curso, tem essa pessoa que tem essa temática que é a pós-abolição que trabalha, aí eu procurei ela e ela disse OK, enfim. Aí, quando eu fiz todas as leituras, fiz todo o projeto, entreguei na cadeira de projeto, fiz aquele projeto totalmente sozinha, sem nenhuma orientação, tanto do professor quanto dela, aí, no final da cadeira, depois, quando eu fui mostrar o projeto

pra ela, ela disse, educadamente, que eu tinha feito uma leitura errada dos textos e que eu fiz uma interpretação errada e teria que refazer tudo de novo e que não tava bom. E, aí, eu saí, assim: “E agora? Leitura errada dos textos... O que que eu vou ler desses textos?”. Aí eu entrei em férias e eu pensei: “Poxa, eu quero tanto trabalhar com a questão educacional...”. E, aí, tem esse problema: apesar de estar num curso de licenciatura, a História fica lá no Campus do Vale, no IFCH [Instituto de Filosofia e Ciências Humanas], as cadeiras de Educação, aqui na FACED. Mas, assim, o curso, apesar de ser licenciatura, é totalmente voltado pra pesquisa, não te forma pra licenciatura. Então, não tem relação dos professores da FACED e daqui, quer dizer, pros de lá, os professores do Departamento de Ensino de História, então eu nem posso nem ter orientação daqui, não podia ter oficialmente. Tinha que ser de um professor de lá do IFCH. E, lá, a questão de educação não é pautada. E, aí, nisso, eu já tinha pego uma bolsa de extensão no Laboratório de Ensino de História, o LHIST [?], e eu disse: “Olha, eu quero trabalhar com educação, a questão da lei, isso”.

Aí, eu voltei das férias decidida: mudei de tema, mudei de orientadora, mandei e-mail pra ela: “Ó, mudei de tema, muito obrigado, tchau”. E fui procurar um professor que topasse a questão de educação. E, aí, eu consegui o professor, o professor Odolar [?], ele aceitou, mas, desde o início, falou: “Olha, não sei essa temática”. Aí, essa professora que me supervisionava no LHIST, a Carla Meineirs [?], foi me dando dicas em relação a isso, a essa temática. E, como dentro do LHIST, eu entrei na pesquisa dela, que ela pesquisava trajetórias de recepção da Lei 10.639, nos municípios de Cachoeirinha e Palmares do Sul.

Então, eu peguei os dados de Cachoeirinha, mas só fiz a questão dos documentos, eu peguei os projetos políticos-pedagógicos das escolas pra analisar como a Lei, essas temáticas, tavam inseridas ali. E foi uma escrita sozinha, assim, desse TCC pra mim, porque meu professor orientador não tinha nada de conhecimento sobre essa temática. Então, eu fiz relacionado a essa temática, coloquei extraoficialmente a professora como co-orientadora, porque essa opção não existia oficialmente, mas eu coloquei ela como co-orientadora. E, na banca, eu fiz questão de ter a presença de uma mulher negra, eu chamei a professora Marilene Paré e tava ela e o professor de lá, que é o [Enrique] Padrós. E aí consegui, enfim, aprovação no TCC e: “Tu tem que levar isso adiante...”. E uma das coisas que me chamou a atenção, durante o projeto, durante as entrevistas, lá no

município de Palmares do Sul, foi uma professora negra que falou que ela se deu conta da sua negritude, do seu papel, quando ela teve que aplicar a lei. Porque, aí, ela se deu conta que é uma professora negra e a responsabilidade que ela tinha dessas temáticas. E, aí, foi durante o curso dos procedimentos, ela estava, ela fez uma formação, e a gente fez lá no município com a professora Petronilha e ela disse: “Até então, eu era contra as cotas, não me via como uma professora negra e, naquela formação da professora Petronilha, eu fui entender”. E, aí, eu fiquei: “Bah, olha só, então, professores construindo sua identidade negra, aplicando a legislação”.

Aí eu decidi que eu queria pesquisar isso. Então, se fosse pra pesquisar na [Faculdade de] Educação isso, trabalhar com professoras negras que estão atuando na educação básica. E, aí, resolvi fazer, mas não queria fazer, na realidade, no meu íntimo, eu não queria seguir no mundo acadêmico, eu não gosto do mundo acadêmico [risos da entrevistada]. Mas, por eu estar inserida num movimento de mulheres negras, por tá conhecendo a Fernanda Oliveira, que é militante, que é doutoranda em História e ela me inseriu numa rede de mulheres negras, intelectuais negras do Brasil, ela me empurrou muito, tipo assim: “Tu tem que seguir”. A lalorixá Sandra Li, também, que eu tenho contato direto, também: “Tu tem que ir, tu tem que ir”, então foi muito delas me empurrando e: “Bom, então eu vou”. E vim fazendo a seleção, passando pelas etapas, mas muito, assim, empurrada por essas mulheres. E, aí, eu consegui passar, ingressei agora em agosto e com essa temática de pesquisa de mulheres negras, com esse desafio, mas muito empurrada pelo movimento de mulheres negras.

Eu me lembro um dia que eu entreguei o meu TCC, eu entreguei no dia 17 de novembro, porque nesse mesmo dia eu ia viajar pra marcha de mulheres negras, em Brasília. Então, eu entreguei o TCC pro meu amigo entregar, porque eu ia viajar, eu ia pegar o voo tarde pra lá. Aí eu entreguei o TCC, aquela loucura, fui pra casa, peguei a mala, fui pro aeroporto, né. Só fui me dar conta da onde que tava indo, o que que eu tava... quando eu desci no aeroporto, em Brasília, e eu olhei aquelas milhares de mulheres negras no aeroporto e, aí: “Ah, eu tô aqui!”. E, aí, quando eu cheguei no ginásio, foi muito bom, assim, de eu passar aquela dor, aquele sofrimento da escrita do TCC, e, aí, no dia que eu entregar, eu ir pra Brasília, pra marcha de mulheres negras. Assim, foi libertador. E, aí, eu voltei de lá muito mexida, né, com aquilo, com aquele movimento, com aquela energia que rolou lá.

Durante o curso, uma das coisas que me deixou marcante, assim, pra mim pensar, enquanto mulher negra, assim, foi no curso Lideranças Negras Femininas, também, que a gente promoveu, e a fala daquelas mulheres mexeu muito comigo. Depois eu fui pra Pelotas, no terreiro da Mãe Giza, participar do Vozes Negras Femininas. Foi esses dois eventos que me marcaram muito de pensar: “Não, mas tem uma especificidade de ser mulher negra”. Né? Aí que eu comecei a ler e a procurar mais essa temática. Depois, no contato com a Fernanda também, e a Márcia. A Márcia já foi um divisor. E aí, durante, fora o movimento, eu entrei no Coletivo [trecho incompreensível] de turbantes. Que, aí, a gente faz oficinas sobre estética negra em todos os lugares [risos da entrevistada], enfim. Mas a gente focou, fez bastante em escolas. A gente fez, num mês, em toda a comunidade escolar, lá no Morro da Cruz, na Escola Municipal Morro da Cruz. Então, a gente fez oficinas durante todo o mês, com as funcionárias da escola, os professores, os alunos e a família. Foi muito bom, no processo da escrita do TCC eu tava lá. Então, ao mesmo tempo que eu tava analisando o documento escolar, eu tive contato com crianças negras. Teve uma menina que chegou pra mim e disse: “Eu não gosto de ser negra, não gosto do meu cabelo...”. E é uma escola que é referência na aplicação da Lei. Como é que uma escola, que é referência na aplicação da Lei e tem crianças que falam isso pra nós? Então, é de pensar isso, o quanto um instrumento legal, na realidade, pode ou não fazer diferença.

E, então, assim, de tá fora, com esse coletivo, pensando a estética negra, pensando mulheres negras, porque isso é o que nos afeta diretamente, também foi o que me levou mais a pensar sobre essa especificidade. E, também, de fazer um reconhecimento, né, reconhecimento de privilégios, no caso. De eu ser uma mulher negra andando, de tom de pele preta de “pouca tinta”, como falam em Pernambuco, de ser uma mulher negra de pele clara, por ter o cabelo cacheado. E, aí, de pensar que consigo ter uma maior circularidade, de repente, em vários espaços, inclusive na academia, por causa disso, né? De certa parte, a negritude me permite circular por isso. De pensar: “Ai...”. Quando me chamam, algumas vezes, pra alguma fala ou alguma coisa: “Ai! Vem falar a temática das mulheres negras!”. As pessoas englobam, assim, como se fosse uma coisa só, como se a gente tivesse o mesmo pensamento, como se a gente vivesse as mesmas coisas. E, não, né? Cada uma tem a sua especificidade, assim, né, de diferenças culturais, físicas e de vivência,

enfim. Tem esse movimento grande, mas o pensamento de mulheres negras é diverso.

Então, isso foi muito difícil pra mim, assim, até hoje eu fico me questionando muito desse meu “não lugar”, na realidade. E, ao mesmo tempo, eu tenho, me encaixo, me coloco enquanto mulher negra. Mas, enquanto mulher negra, privilegiada por ter alguns marcadores que me dão algum privilégio. Às vezes, seguidamente eu tenho isso: “Será que eu vou? Será que eu sou? Será que não? Será quê?”. É muito impressionante que, nisso também, na academia, eu sigo nisso, de me colocar como mulher negra, de seguir falando sobre isso, empurrada sempre pelas que vieram antes de mim. Pelas mulheres mais velhas, no sentido de: “De novo tu tá falando isso?! Tu sabe que tu é... Vai, vai!”. E eu vou [risos da entrevistada], muito empurrada por essas mulheres. Então, eu fico muito de cara, assim, quando tem pessoas que falam: “Ai, o movimento negro é essencialista, o movimento negro...”. Ele tem um papel direto, na nossa trajetória, assim. Nossa, mesmo, eu coloco todos os estudantes negros que estão aqui, cotistas. Porque, se não fossem eles, a gente não estaria aqui. Se não fosse a luta deles, a gente não ia estar... Acho que é isso...

Entrevistadora:

E, assim, a tua recepção, Priscila, a tua recepção em sala de aula. Tu me narraste aqui, agora, que teve uma certa dificuldade de se identificar, no início, até tu saber, realmente, qual era o papel da mulher negra na sociedade acadêmica. Teve algum momento que tu sofreste alguma discriminação por isso? Se sentiu discriminada, seja por gênero, seja por raça, durante a tua recepção ou durante o curso?

Entrevistada:

Sim, no curso. Bom, teve uma professora que – e, aí, não foi pela questão racial, se bem que ela não falou isso pra outros estudantes, né –, mas ela me falou que, ai, eu tava indo mal na disciplina e eu fui falar com ela. E ela: “Aí, o que que tu faz? O que que...”; “Ai, eu trabalho, estágio e tal”. E foi o momento que eu tava muito envolvida com a militância e tal, e ela falou: “Olha, a Universidade não é pra ti, não é

pra esse tipo de aluno. Na verdade, tem que ter dedicação exclusiva para as cadeiras, tem que estudar, só. Se tu quer isso, tu vai ter que mudar”. E, aí, eu: “Isso aqui não é pra mim”. Durante as disciplinas, tu vê, eu não conseguia ter uma, como diz o professor [trecho incompreensível]: “Interpretação errada dos textos”, dependendo, como ela falou. Mas eu via, assim, que os meus colegas tavam mais ambientados com aquele sistema. A maioria, de escola particular, a maioria com pais que já eram professores, já eram militantes. Então, eles tinham por exemplo... Tinham colegas que já entram no curso de História com Marx debaixo do braço. Eu nunca tinha ouvido falar. Então, foi mais pela trajetória, assim, de ser de escola pública, que não tá ambientada com essa questão cultural, mesmo. E, claro, sempre quando vieram tocar na questão racial na sala de aula, o olhar sempre era pra mim. Os professores falavam meio que me olhando: “Tá, tu fala”. Os colegas sempre me olhando e meio que: “Tá, e aí?! Que que tu vai falar? Que que tu vai fazer?”. Tipo, sempre esperavam de mim um posicionamento, até porque, até então, eu era a única aluna negra em várias cadeiras. Então, meio que esperavam sempre um posicionamento de mim: “Tá, e tu, enquanto negra?”. Então, isso era o mais difícil, assim.

E, durante o curso, no ano de 2012, 2013, teve um colega que divulgou na cadeira – é, foi em 2012 –, ele era ingressante, ele fez um texto, falando, divulgou entre os colegas – tive cópia, entre os colegas – que as mulheres negras eram as piores, porque nunca iam reproduzir uma raça pura. Ele distribuiu entre os colegas e o professor que entrou com um processo administrativo, a Universidade não fez nada, foi uma ação individual do professor que fez isso. Isso foi totalmente abafado no curso, ninguém falou nada. Eu perguntei – tem a ouvidoria da Universidade –, eu fui fazer a denúncia lá e nem tinha racismo. Tinha vários assuntos, né, quando tu vai fazer denúncia, preconceito de gênero, tarará. Racismo não existia, tive que registrar em “outros”. E, enfim, ficou assim. E, aí, eu não era da mesma barra que ele, então eu não estudava com ele. Mas teve uma vez que a professora juntou as turmas e eu tive que fazer a prova na mesma sala que ele e ele sentou na minha frente. Aquilo de ter que tá na mesma sala com uma criatura que pensa isso de mim. Bah! Me incomodou demais, assim. Aí ele saiu do curso, mas o meu colega, o Adriano, que até se formou comigo, ele montou um processo contra ele. No ano passado, ele descobriu o telefone do Adriano, ligou pra casa do Adriano, ameaçando o Adriano.

Então, assim, é sempre nós, sozinhos. A questão racial, na Universidade, foi sempre muito sozinha; nós e nós. Porque a Universidade não se posiciona, institucionalmente, contra isso. Teve uma questão de preconceito homofóbico dentro do curso, o Instituto fez aula pública, o Instituto se posicionou contra, o Instituto fez toda uma mobilização, sabe, tentando diminuir. Mas por que somente nesse caso de discriminação houve esse posicionamento e no caso da questão racial não teve, sabe? Foi o que me incomodou mais.

Entrevistadora:

Eu acho, assim, que tu alcançaste, assim, mais ou menos o que eu gostaria de atingir, assim. Tu terminaste a graduação semestre passado, já ingressou pro Mestrado, né? Então, eu queria que tu me disseses o valor desse teu diploma na tua carreira, na tua vida pessoal e na tua vida profissional.

Entrevistada:

Na vida pessoal, eu acho que, pra nós, assim, como um todo – mulheres negras –, foi uma transgressão, né? A gente transgride o que nos é colocado. A gente sai, vamos dizer, de um novo lugar. Porque eu sou a única da família que ingressou no Ensino Superior, ninguém mais ingressou no Ensino Superior. Então, já é uma mudança, assim. Tá na pós-graduação, então, nossa, nem fala! Então, eu acho que tu sair, assim, tu ser moradora de periferia, de uma família pobre, onde, né, são domésticos, pedreiros, e ter um diploma de Ensino Superior. A gente tem uma carga muito positiva, nesse sentido, assim, de mudar o perfil. Tá mudando o perfil dessa família, dessas pessoas. E ser uma mulher negra, com diploma, acho que transgride muito mais, né? Eu acho que é uma questão política, eu vejo mais assim.

Questão pessoal, a nível de profissional, eu penso: “Por que que eu não fiz Administração?” [risos da entrevistada e da entrevistadora]. Mas nesse sentido, bom, eu escolhi ser professora. Então, é muito difícil, né? A questão de reconhecimento, de conseguir um emprego. Eu fiquei procurando, agora, seis meses emprego, não consegui. Então, fiquei fazendo bico por fora e outras coisas. Até eu conseguir fazer um concurso, é difícil, né, eu passar, porque tu já tá fazendo os

concursos com Doutorado, com títulos etc., a concorrência é muito grande. Mas eu acho que ter, assim, ainda mais numa Universidade federal, né? Todo mundo fala: “Ai, tu é formada pela UFRGS?”. As pessoas dão um “ah!” [risos da entrevistada]. Aí, eles olham estranho, mesmo durante o curso, né, eles diziam: “Ai, onde é que tu estuda? Tu estuda na UFRGS?! Como assim, tu estuda na UFRGS?!”. Então, eu acho que tem, assim, esse papel mais político, assim, de transgressão desses espaços.

E, aí, ver, assim, no processo de escrita do TCC, depois, a formatura e tal, eu vi o orgulho das pessoas, assim, das mulheres negras, do movimento principalmente, de ver um orgulho de ter, assim, uma menina negra formada e tal, com o diploma. Então, assim, eu olhava e dava conta que: “Nossa, elas tão muito mais orgulhosas do que eu mesma”. De ver, de entender que isso tem um papel político, de representação, né? Eu acho que a representatividade disso é muito importante, né? Depois da formatura, aí teve a divulgação de um discurso de meninas negras lá de São Paulo, Rio de Janeiro, sei lá da onde, veio falar comigo: “Bah, tu me representa! Não sei o quê”. Isso, assim [risos da entrevistada], foi muito importante, né? De ter um papel representativo. A mesma coisa, quando a gente ia nas escolas, de quando a gente faz as oficinas, nas escolas, de falar: “Ó, eu sou moradora de periferia como vocês, sou uma menina negra como vocês, mas me formei pela UFRGS”. Elas enxergam uma possibilidade, enxergam que: “Ai, se ela conseguiu, eu também consigo”. Eu imagino que foi isso que eu passei, também, né, pra ingressar.

Entrevistadora:

E, pra encerrar, na sua opinião, a política de cotas trouxe benefícios pra ti? A política de cotas inserida na Universidade.

Entrevistada:

Sim, sim, com certeza. Eu acho que, graças a elas, eu estarei aqui, eu permaneci aqui. E, aí, essa luta do movimento negro, eu fico pensando que, na época, antes de isso tudo, né, deve ter sido muito difícil. Eu participei, assim, da renovação e já vi o quanto foi difícil, imagina no processo de implementação

realmente, né? Então, eu tô aqui por isso, né? Porque, a partir de eu ver que tinha ações afirmativas aqui dentro que eu vi que: “Ai, é possível de eu tá lá”. E me abriu as possibilidades. Isso que é importante, não que isso seja “o caminho” certo, mas me deu mais uma possibilidade de escolha de vida, de profissional, enfim. Então, foi essencial, acredito, pra mim tá aqui. E, se não tivesse, acho que seria muito difícil, por exemplo, durante o curso, eu via estudantes negros aqui, né, tipo, de começar a ver esse aumento gradual, ano a ano. De ver esse eles começar a se enxergar, sabe, formar os coletivos de gente negra. Isso foi muito importante. E isso tudo é esse processo, esse Programa de Ações Afirmativas.

Entrevistadora:

Então tá, dou por encerrada a entrevista e quero te agradecer a tua participação.

Entrevistada:

Brigado!

ENTREVISTA Nº 5

Nome da entrevistada: Viviane

Data de realização: 26 set. 2016

Local da realização: Faculdade de Direito da UFRGS (Porto Alegre/RS)

Entrevistada:

Meu nome é Viviane, hoje eu tenho 25 anos, estou na UFRGS há quatro anos, aproximadamente. Tô entre o terceiro, quarto semestre, mais ou menos. Se for nivelar as cadeiras daria isso, terceiro, quarto semestre. Por quê? Bom, vamo lá.

Primeiro semestre. Entrei na Universidade eu tinha 19 anos, mais ou menos. Foi bem difícil porque, realmente, alunas negras, pobres, como eu, é muito difíceis, eram raras. Então, a discriminação existe, né, porque tu te sente deslocada, tu não te sente acolhida, um universo totalmente novo e tu te sente perdido. Então, de uma

certa forma, eu me retraí muito nos primeiros semestres. E, também, era uma época de muita festa. Então, pra festa, tu sempre tem parceiros, tu sempre tem amigos. Então, eu perdi muitas aulas, enfim. Não levei a faculdade muito a sério.

Durante esse tempo – estou na Universidade há quatro anos – eu posso dizer que eu tenho, aproximadamente, umas três amigas, alunas, assim, que realmente me conhecem, conhecem a minha trajetória. Porque é todo mundo de um mundo totalmente diferente do meu. Eu vim de escola pública, sempre estudei em escola pública. Sempre tive bom rendimento nos estudos, porque eu me dediquei a estudar, mas nunca porque bons colégios. Isso eu senti muita dificuldade, quando eu entrei na Universidade, porque eles te cobram muito e tu, nem sempre, tem essa base a acrescentar.

Sempre tive que trabalhar, então sempre foi mais difícil. Eu trabalhei em diversas áreas e, geralmente, trabalhava o dia inteiro, pra vir pra faculdade à noite. Depois de passados uns dois anos, eu tranquei a faculdade, resolvi sair e engravidei. Tive meu filho, casei e voltei pra Universidade. Então, como mãe, mais difícil ainda, porque meu filho tem dois anos e dez meses, mas, por ele, eu disse que vou conseguir me formar e vou conseguir o meu diploma. Então, hoje é mais difícil, porque tenho menos tempo pra estudar. Mas eu estudo com muito mais qualidade, por mais incrível que isso pareça.

Hoje, eu faço bolsa, pela Universidade mesmo. Comecei a aprender, na verdade, a utilizar as oportunidades que a Universidade me dá. Então, hoje eu faço bolsa, né, com um salário razoável [risos da entrevistada], digamos assim, pela carga horária e pelas atividades. Mas é uma forma de complementar a renda em casa. Então, eu faço essa bolsa, perto de casa, e, hoje, eu estudo de manhã e estudo à noite, pra correr atrás do prejuízo. Porque hoje eu estaria me formando, seria, mais ou menos, o ano da minha formatura, se eu tivesse seguido todos os anos conforme o calendário. Mas, enfim, ainda falta muito pela frente [risos da entrevistada], tem mais de meio curso, ainda, pra cursar.

E, hoje, basicamente, é isso. Faço algumas cadeiras pela manhã, faço algumas cadeiras à noite. Nesse meio-tempo, eu trabalho como revendedora de todos os produtos que me oferecerem [risos da entrevistada]; produtos de beleza, produtos de, enfim, diversas áreas. E concilio com os estudos pra concursos públicos, porque preciso de uma estabilidade. E, agora, eu me vejo em um impasse: a renda diminuiu muito, por eu ter saído do emprego anterior que eu tinha, ter

optado pela bolsa. A gente tinha uma renda X e a renda diminuiu, por eu ter saído. Só que, agora, a renda do meu marido também diminuiu. Eu sou casada e eu dependo dele, e a situação é muito precária. Então, talvez, eu volte a trancar a faculdade [risos curtos da entrevistada], de novo, pra conseguir uma colocação melhor pra, mais pra frente, tentar trancar o curso [risos da entrevistada]. O que mais eu poderia acrescentar...

Enfim, dessa trajetória que eu tive dentro da Universidade, tive algumas experiências com professores bem traumatizantes. Eu me lembro que, na minha primeira vez que eu tentei cursar cálculo, eu perguntei prum professor e disse: “Olha, é muito difícil, é muito diferente da matemática que a gente vem acostumado”. E ele disse pra mim que ele tava ali justamente pra isso, pra separar os bons dos ruins: “Se tu não conseguir aprender cálculo, então tu não prestava pra aquele curso”. Esse era o papel dele na Universidade, porque aluno meio-termo, aluno meia boca, insinuando que alunos de cotas não serviam pra Universidade. E hoje, atualmente, trabalhando como bolsista dentro da Universidade, eu ainda escuto esse tipo de coisa: “Que a Universidade deveria ser privatizada, porque alunos pobres e alunos de cotas não merecem estar aqui”. Porque nós não temos condições nem capacidade pra desempenhar um bom papel. Infelizmente, eu ainda não consegui fazer a diferença e esfregar na cara deles o meu diploma [risos da entrevistada]. Mas, enfim, tô tentando, tô fazendo a minha parte, da maneira que eu consigo.

Mas o preconceito existe e contra a mulher existe mais ainda, né? Porque eu vejo isso na área de trabalho, por exemplo. Pra mim conseguir alguma colocação na minha área, a probabilidade é muito pequena, porque eu sou preta e eu sou pobre e, então, enfim. Isso influencia. Pelo fato de tu ser mulher, já diminui o teu salário. O fato de eu ser negra, diminui 20%, quase. Então, é uma coisa absurda, mas é a verdade. Então, é muito complicado. Mas eu tenho o apoio dos meus pais. O meu pai é taxista e minha mãe é cabeleireira. Os dois são autônomos. Então, trabalhar em carteira assinada e registro celetista é bem diferente da realidade que eu cresci. Mas, enfim, eles sempre me dizem que esse é o melhor caminho a seguir porque, realmente, tá muito difícil lá fora, a concorrência tá muito grande. Mas eles me apoiam bastante. Tenho uma irmã, inclusive, por parte de pai – apesar de a gente não ter muito contato –, que é formada na UFRGS, em História. E, também, por ser negra, ela diz que, apesar de vir de uma classe social diferente da minha, um pouco mais elevada, ela diz que, só por ser negra, ela sofreu muito preconceito durante o

curso. Então, é uma coisa que, realmente, a gente não só vê na TV, ou que a gente vê nos, enfim, nas redes sociais. É uma coisa que a gente, realmente, presencia.

Hoje, depois de quatro anos de Universidade, eu me sinto muito mais acolhida, assim. Eu vejo muito mais mulheres negras, eu vejo muito mais mulheres no meu curso e eu vejo muito mais mulheres negras. Então, isso faz uma certa diferença. E, hoje, todas elas têm esse empoderamento, né? Então, hoje em dia, é muito mais reconfortante estar na Universidade do que quando na época que eu entrei, porque, hoje, eu me sinto muito mais capaz e eu me sinto muito mais segura do que há tempos atrás [responde a uma pergunta da entrevistadora].
Administração. Eu curso Administração de Empresas, noturno.

Entrevistadora

Agora, eu te vou provocar.

Entrevistada:

Tá.

Entrevistadora:

Vou te provocar, a Viviane. As cotas, pra ti, elas trouxeram um benefício?

Entrevistada:

Claro.

Entrevistadora:

Tu vê as cotas como um benefício?

Entrevistada:

Vejo, vejo pela diversidade. Eu vejo porque, quando eu entrei na Universidade, por exemplo, eu acho que foi um dos primeiros anos de cotas da Universidade, eu não tinha, quase, colegas negros. Então, eu não me sentia representada aqui dentro. Eu não me sentia como parte da Universidade. Tanto que, qualquer prédio que a gente for, a gente vai ver um mural de formandos, o número de negros nas fotos é mínimo. E, de uns tempos pra cá, conforme tu for olhando a evolução dos tempos, do passar dos anos, vai aumentando, assim. Tu vê um, tu vê dois, dependendo, tu vê três. Então, as cotas mudaram totalmente essa visão que a gente tem de Universidade. Porque, apesar de ser uma Universidade federal, que é uma Universidade pública, tu não vê a pessoa pobre aqui dentro. Tu vê o outro lado, tu vê a burguesia, tu vê o pessoal com dinheiro. Tu vê alunos que, realmente, teriam condições de pagar por uma Universidade privada, não são alunos que não têm condições. Então, as cotas ajudam muito. Eu tenho n colegas e conhecidos, familiares, enfim, que conseguiram entrar na Universidade, graças às cotas. Em outras épocas, eu tive familiares que tentaram, tentaram, tentaram e não conseguiram, devido à falta das cotas.

Entrevistadora:

Tá, e essa diplomação que tu vais ter agora, né, tu vais ser, tu vai formar em Bacharel em Administração de Empresas. Esse teu diploma, tu pretende dar continuidade nos estudos? Após tu adquirir esse diploma de graduação?

Entrevistada:

Pretendo. Pretendo, porque eu pretendo focar na gestão, basicamente, de pessoas, assim. Então, é uma área que é muito abrangente, então, tem muita coisa a ser seguida e só com a faculdade fica difícil tu te aperfeiçoar naquilo, né, na área que eu realmente quero seguir. A gestão de pessoas, então, é um segmento bem amplo, né? Que, se tu não continuar estudando, tu te torna um profissional que não digo que incapacitado, mas um profissional talvez, até, deficiente, em algumas áreas.

Entrevistadora:

Me fala dessa tua mesma diplomação na tua vida pessoal.

Entrevistada:

Orgulho. Nossa, eu vou ser a primeira – eu pretendo me formar, no caso, daqui a uns três anos –, eu vou ser a primeira pessoa, tanto mulher quanto homem, a me formar, a ter um diploma, na minha família. Poucos conseguiram terminar o Ensino Médio; eu fui a primeira a entrar numa Universidade e eu vou ser a primeira a me formar, se Deus quiser. Hoje, eu tenho primos mais novos, no caso, que conseguiram, já, entrar em Universidades, né, privadas, não públicas. Pública, ninguém conseguiu entrar. Ainda continuo sendo a única nesse segmento, mas enfim. Já temos outros primos que entraram em Universidades. Mas eu vou ser a primeira, no caso, a me formar. E poder mostrar pro meu filho: “Tu consegue” e que tu tem capacidade, nossa, faz tu te sentir a melhor pessoa possível.

Entrevistadora:

Eu acredito que a nossa entrevista foi rápida, tu foste bem clara nos meus objetivos e quero te agradecer...

Entrevistada:

Eu que agradeço a participação.

Entrevistadora:

Pela tua disponibilidade de contribuir com a minha pesquisa.

Entrevistada:

Tá certo. Obrigada!

ANEXO A – Lista de presença e fotos do evento realizado



Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ASSUFGRS) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Universidade Federal de Ciências da Saúde (UFCSB) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS (IFRS) - POA

Data: 18/05/2017 Local: ASSUFGRS Horário: 18h

LISTA DE PRESENÇA

GT ANTIRACISMO

Nome	E-mail
1. <i>Luís da Mota</i>	<i>LUIS.MOTA@SEAD.UFRGS</i>
2. <i>Nilza Eliane Silva da Costa Bernardes</i>	<i>nilzahne@ufpr.br</i>
3. <i>NEIDERJANE SILVA DA COSTA</i>	<i>neidecosta@ufrgs.br</i>
4. <i>Jefferson Roberto C. de Macedo</i>	<i>JEFFERSONGRANDE20@HOT</i>
5. <i>WILBERTO J. A. CHUVAS</i>	<i>wilberto.chuvase@</i>
6. <i>NARA T RIAN MOREIRA</i>	
7. <i>José H. M. Borges</i>	<i>José H. M. Borges.</i>
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	



